

Plágio: O segredo escondido dos Jornalistas?

Ana Catarina Matias de Lemos

Trabalho de Projecto de Mestrado em Jornalismo

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa**

Setembro 2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Hermenegildo Borges.

AGRADECIMENTOS

A todos os jornalistas que aceitaram participar neste Trabalho Projecto. A sua disponibilidade e sinceridade foram essenciais para a elaboração deste Trabalho.

Ao Senhor Professor Doutor Hermenegildo Borges pela sua orientação, acompanhamento, espírito crítico e preocupação, os meus mais sinceros agradecimentos.

À minha família e amigos pela sua amizade, apoio, incentivo e ânimo.

A todos vós, Muito Obrigado!

RESUMO

O plágio cometido por jornalistas no desempenho da sua actividade profissional é, antes de mais e por vontade da classe profissional a que pertencem, expressa em Assembleia-Geral, uma prática deontologicamente censurável. Contudo pode também tipificar, enquanto violação dos direitos de autor, ilícitos de natureza criminal previstos e puníveis nos termos dos artigos 195.º (crime de “usurpação”) e 196.º (crime de “contrafacção”) do Código do Direito de Autor. A esta luz, os jornalistas ao cometerem plágio, na sua actividade profissional, colocam em causa a credibilidade, a isenção e o rigor da informação, tornando cada vez mais frágil a confiança dos leitores no jornalismo e nos órgãos de comunicação.

O presente Trabalho Projecto debruça-se sob o plágio na realidade jornalística portuguesa, em particular na imprensa escrita, procurando determinar se aquela prática se configura como sendo um fenómeno raro e pontual ou, se pelo contrário, se assume como uma prática rotineira comumente praticada e aceite pelos Jornalistas. Com este projecto, propomo-nos, também, a identificar o que estes profissionais entendem ser um “plágio jornalístico”. No âmbito do presente Trabalho procedemos igualmente, a título de mera ilustração, à análise de alguns casos de plágio praticados por jornalistas que foram denunciados ao Provedor do Leitor do Jornal Público e realizámos, igualmente, algumas entrevistas a jornalistas sobre o tema em presença.

A investigação efectuada permitiu-nos tomar consciência de que o plágio é uma prática existente e recorrente no meio jornalístico português, assim como nos permitiu identificar a existência de uma certa indefinição em torno do próprio conceito de “plágio” por parte dos jornalistas.

Este Trabalho Projecto propõe-se esboçar um “diagnóstico” preliminar sobre a questão do plágio no panorama jornalístico português, assumindo-se como um limiar essencial para o desenvolvimento de uma investigação mais aprofundada da temática do plágio, a realizar em momento posterior do meu percurso académico, destinada a verificar, então, de forma mais consistente e sustentada, do ponto de vista epistemológico, as hipóteses que se esboçam no âmbito do presente Trabalho. Todavia propõe-se, desde já, dar um contributo reflexivo e crítico para o debate que urge fazer sobre este tema, não apenas no meio académico, mas também no seio da própria classe dos jornalistas profissionais, preocupada que está em salvaguardar a credibilidade e a boa imagem de si enquanto classe profissional.

Palavras-chave: Plágio, Jornalismo, Deontologia, Código Deontológico, Sindicato dos Jornalistas, Auto-regulação, Direitos de Autor.

ABSTRACT

The plagiarism committed by journalists when they are performing their professional activity is a practice ethically objectionable according with the will of the professional class to which they belong and expressed in General Assembly. However, it is also typified - as a violation of copyright - an illicit criminal, provided and punishable by Article 195. ° (the crime of "usurpation") and 196.° (the crime of "counterfeiting") of the Code of Copyright . According to this sense, when journalists commit plagiarism they are endangering credibility, accuracy of information and breaking readers trust' in journalism and in the media.

This Work Project focuses on plagiarism that occurs in the Portuguese journalism, particularly in the press, and tries to determine if that practice is a rare and punctual phenomenon or, on the contrary, if it is seen as a routine practice commonly practiced and accepted by journalists. With this project work, it is proposed also to identify what these professionals see as a "journalistic plagiarism."

In the present work, as a mere illustration, we proceed to the analysis of some cases of plagiarism committed by journalists that were reported to the Reader's Provider of "Jornal Publico" and some interviews were made to journalists on the subject at hand.

The investigation led to the awareness that plagiarism is an existing practice and recurrent among Portuguese journalists, as well it has identified the existence of a certain undefinition about the concept of "plagiarism" by journalists.

This Work Project aims to outline a preliminary "diagnosis" on the subject of plagiarism in the Portuguese newspaper landscape, assumed as an essential threshold for the development of a more thorough investigation of the subject of plagiarism to be held at a later stage of my academic career, with the propose of checking, in a more consistent and sustained way, in a epistemological point of view, the hypotheses that are outlined in the present work.

However, it is proposed now to give a reflective and critical contribution to the debate that is urgently required on this matter, not only in academia but also within the same class of professional journalists, that is concerned to safeguard the credibility and the good image of themselves as professional class

Keywords: Plagiarism, Journalism, Ethics, Code of Ethics, Union of Journalists, Self-regulation, copyright.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE	v
LISTA DE ABREVIATURAS	vii
I. INTRODUÇÃO.....	1
I. 1 - Delimitação do objecto de estudo.....	1
I.2 - Objecto da Investigação	5
I.3 - Metodologia de investigação.....	6
II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	8
II.1 - Deontologia e Jornalismo	8
II.2 - A Deontologia e a Auto-Regulação no Jornalismo.....	11
II.3 - O jornalismo Português: breve resenha histórica	13
II.3.1 - Autonomia do Conselho Deontológico face ao Sindicato dos Jornalistas	14
II.3.2 - Código Deontológico Português	18
II.3.3 - A Responsabilização pela infracção deontológica no jornalismo português	23
II.4 - Plágio: Análise do conceito.....	26
II.5 - O plágio no panorama legal português	29
III. Plágio na imprensa escrita	31
III.1 - O Caso da jornalista Clara Barata	32
III.2 - O caso da jornalista Francisca Gorjão Henriques	35
III.3 - O caso da jornalista Ana Fragoso.....	35
III.4 - O caso da jornalista Ana Gomes Ferreira	36
IV. ENTREVISTAS	44
V. Conclusão	48
VI. Referências Bibliográficas.....	50
VII APÊNDICE	57
VIII ANEXOS	58
VIII.1	59
VIII.2	64
VIII.3	70
VIII.4	72
VIII.5	78
VIII.6	80
VIII.7	83
VIII.8	87
VIII.9	90

VIII.10 93

VIII.11 95

VIII.12 100

VIII.13 104

VIII.14 107

VIII.15 109

VIII.16 113

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.º- Artigo

CDADC- Código do Direito de Autor e Direitos Conexos

CP- Código Penal

CR – Conselho de Redacção

I. INTRODUÇÃO

I. 1 - Delimitação do objecto de estudo

O plágio praticado no jornalismo é susceptível de afectar a credibilidade, a isenção, a confiança e o rigor da informação. Tal comportamento, ao ser adoptado pelos jornalistas, coloca em causa princípios e valores fundadores do jornalismo e afecta, consequentemente, a credibilidade da classe dos jornalistas profissionais. Ciente deste conjunto de razões, a comunidade jornalística portuguesa condena, através de um normativo expresso no Código Deontológico dos Jornalistas¹, a prática do plágio, considerando tal comportamento como uma grave falta profissional. O plágio configura, igualmente, uma violação dos direitos de autor, como se constata pelos normativos legais contidos no Código de Direito de Autor, designadamente os que se referem aos crimes de “usurpação” (art.º 195.º) e de “contrafacção” (art.º 196.º), punidos nos termos do art.º 197.º com penas de prisão e de multa.

Embora não existam dados precisos sobre a frequência da prática de plágio na actividade jornalística portuguesa existe, contudo, a percepção, tanto na comunidade académica como no seio da classe dos jornalistas, de que esta conduta assume contornos problemáticos no exercício quotidiano da actividade jornalística. O plágio praticado no jornalismo tem vindo a afectar os jornais no mundo inteiro², assumindo-se esta questão como uma problemática actual que merece ser objecto de estudo e análise.

No jornalismo português têm-se vindo a detectar trabalhos jornalísticos que foram reproduzidos, literal ou parcialmente, a partir de uma peça jornalística de um outro profissional, sem que naquele trabalho se faça qualquer citação ou referência à fonte de informação utilizada. Também a utilização abusiva de trabalhos de agência por parte dos jornalistas mereceu a atenção do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, o qual emitiu uma recomendação na qual se refere que se tem tornado “uma situação infelizmente frequente” os jornalistas assumirem a autoria de textos que, na verdade, incorporam transcrições directas de despachos de agências noticiosas

1 “O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais” (art.º 2.º do Código Deontológico dos Jornalistas aprovado a 4 de Maio de 1993).

2 Inúmeros casos de plágio foram detectados em importantes jornais: o caso Jayson Blair no *The New York Times* (2003); o caso Janet Cooke no *The Washington Post* (1980); o caso R. Foster Winans no *The Wall Street Journal*; o caso Staples Center no *Los Angeles Times* (1999); o caso Jack Kelley no *USA Today* (2004); o caso P. Smith & M. Barnicle no *The Boston Globe* (1998); o caso Stephen Glass no *New Republic* (1998). No caso português, pode-se referir o caso de plágio de Clara Pinto Correia (Janeiro/Fevereiro de 2003) na revista *Visão*.

sem indicação da sua origem³. Tão correntes se têm vindo a tornar estas práticas, que muitos jornalistas já consideram, inclusivamente, tais comportamentos como sendo legítimos. “Nos casos em que a única comprovação dos factos é um exclusivo da agência noticiosa, o jornalista de jornal, rádio ou televisão tem o dever de referir a proveniência da informação, sob pena de cometer plágio” refere o Conselho Deontológico na referida Recomendação. Também o Código Deontológico determina, claramente, que os factos devem ser comprovados (art.º 1.º) e que os jornalistas devem usar como critério fundamental a identificação das fontes (art.º 6.º).

Serge Halimi, jornalista do *Le Monde Diplomatique*, alertou os seus leitores para a prática de plágio cometido por jornalistas e denunciou, igualmente, a indulgência generalizada para com tal comportamento:

”Aviso ao leitor: o plágio, que constitui uma forma de roubo intelectual, raramente é sancionado pela profissão. Pior, os autores confrontados com esse processo continuam a beneficiar dos favores mediáticos. Em França a técnica mais comum consiste em pilhar o artigo de um colega, a sua análise e os seus dados, citando-o uma única vez, por regra num ponto assaz acessório. Quando confrontado com a prova da rapina, o malfeitor, apanhado em flagrante delito, chega, por vezes, a ter a audácia de retorquir: “Viram que os homenageei”. Na imprensa americana, uma prática deste género significa o descrédito profissional do culpado; nas universidades, a exclusão definitiva do estudante ou do professor. Mas também podem, apesar de este aviso se destinar ao leitor (ou de não o terem lido), defender-se de qualquer acusação de pilhagem ou de plágio, citando abundante, precisa e constantemente as suas fontes.” (Halimi in Araújo, 2007)

O imediatismo, a velocidade⁴, a dinâmica da concorrência, a necessidade de ter um bom

3 Recomendação 3/96 - Julho/03 do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (Utilização Abusiva de trabalhos de agências): “1. Os órgãos de informação devem ter como princípio a identificação da origem do material informativo que acolhem. Esta regra deve ser escrupulosamente cumprida quando a origem da informação é um exclusivo de outro órgão de comunicação social. Se não identificar a fonte, o órgão de informação perde legitimidade para, em caso de desmentido, transferir a responsabilidade do erro 2. Os jornalistas devem proibir-se de incorporar nos seus trabalhos assinados excertos de despachos de agências sem a expressa menção da sua origem e, sendo estes assinados, sem a expressa menção do seu autor 3. Os Conselhos de Redacção dos jornais, rádios e televisão devem exercer uma vigilância crítica constante no sentido de inverter a prática corrente de usurpação de material de agência e sua apresentação como original 4. Os Conselhos de Redacção existentes nas agências noticiosas devem, a partir da divulgação desta recomendação, accionar os mecanismos para que futuros casos de plágio mereçam a adequada punição como grave falta profissionalismo”.

4 A velocidade faz parte da prática jornalística diária sendo, inclusivamente, considerada no meio profissional como uma das principais qualidades inerentes a um bom jornalista. Tem-se vindo a assistir, sobretudo com o advento do jornalismo online, ao acentuar do ritmo de trabalho, a *deadlines* cada vez mais apertados e a um aumento da pressão exercida sobre os jornalistas nas redacções. A esta realidade acresce, ainda, o facto de o jornalista, em inúmeras redacções, ter de produzir, em paralelo, quer material para o jornal impresso quer para a página online do seu órgão de comunicação.

desempenho produtivo, numa profissão cada vez mais competitiva, bem como a pressão do *deadline*⁵, inerentes á prática jornalística, são constrangimentos que podem potenciar a ocorrência de situações de plágio. Contudo, nenhum destes factores se configura como uma razão passível de justificar a prática de comportamento tão eticamente reprovável por aqueles profissionais⁶. Na raiz da questão do plágio residem, sobretudo, factores relacionados com a falta de formação dos jornalistas em matérias de foro ético e deontológico e com a falta de eficácia dos mecanismos de regulação da qualidade da imprensa.

Seja o plágio praticado de uma forma intencional ou resulte ele do desconhecimento ou inexperiência do jornalista (quanto ao uso de fontes, citações, resumos ou paráfrases de ideias de outros autores), a verdade é que tal comportamento configura um acto ilícito e uma grave falta profissional que, ao ser detectado, coloca em causa a confiança e a credibilidade do jornalista face aos seus leitores, aos outros jornalistas e perante o órgão de comunicação social para o qual aquele profissional trabalha.

As consequências do plágio praticado por um jornalista, resumem-se, na maioria dos casos, a um pedido de desculpas daquele profissional e do Jornal afectado aos leitores. Contudo, os casos mais graves podem levar à suspensão e, inclusivamente, ao despedimento do jornalista envolvido. Contra o jornalista pode ainda ser apresentada uma queixa no Sindicato dos Jornalistas e ser mesmo instaurado um processo judicial com fundamento na violação do Direito de Autor.

O plágio no panorama jornalístico português é um tema pouco estudado apesar das consequências que, ao nível profissional e jurídico, pode acarretar para os jornalistas e de atentar contra a prática de um jornalismo sério, rigoroso, imparcial e credível. A informação existente sobre este assunto é escassa e a suposta prática de plágio cometida por jornalistas baseia-se em meros rumores e suposições, existentes no meio jornalístico e académico, envoltas em suspeitas de tolerância e condescendência existentes na comunidade jornalística, pelo que se desconhece a verdadeira dimensão que esta questão possa assumir entre nós.

Tendo como objectivo principal compreender a dimensão que o plágio assume na actual realidade jornalística portuguesa, elegemos este tema como objecto do presente Trabalho Projecto. Este trabalho propõe-se contribuir, ainda que modestamente, para o aprofundamento do

5 Os jornalistas, como afirma Tuchman “são homens de acção que devem processar com rapidez as notícias e, por isso, assumem uma postura pragmática ao serem constantemente desafiados pelas horas de fecho. No contexto de uma prática diária pautada pela velocidade, a reflexão aprofundada encontra pouco abrigo - condição esta que leva o repórter, em geral, a apoiar-se numa dinâmica repetitiva, percorrendo caminhos já conhecidos no processo de recolha e processamento das informações. A menos que o jornalista tenha levado a cabo uma investigação prolongada, ele geralmente tem menos de um dia de trabalho para se familiarizar com o background dos acontecimentos, para recolher informações e para escrever o seu artigo”. (Tuchman, 1993)

6 “Estamos nós, jornalistas, a edificar um princípio peculiar? Temos sempre tempo e espaço para transcrever os textos de outrem, mas falta-nos sempre espaço e tempo para mencionar as fontes?”. (Araújo, 2007)

conhecimento académico neste domínio, através do “diagnóstico” da prática do plágio cometido no seio do jornalismo português, em particular na imprensa escrita. Almeja-se, desde modo, compreender se no panorama jornalístico nacional o plágio se resume a casos raros e pontuais ou se, pelo contrário, assume contornos de uma prática reiterada e rotineira, cuja dimensão torne imperativo e urgente proceder a um posterior estudo que aprofunde esta temática visando obter explicações e equacionar soluções (como medidas de controle, sanção e prevenção) que permitam diminuir, ou mesmo evitar, este tipo de comportamento na classe jornalística.

Para a realização deste Trabalho Projecto efectuámos pesquisa e revisão bibliográfica, tão ampla quanto possível, de obras publicadas sobre o tema (tendo-se tido, particularmente, em conta obras publicadas por autoridades académicas neste domínio), manuais académicos, artigos de revistas técnicas e especializadas, teses de mestrado e de doutoramento. Procedemos, igualmente, à análise de casos de plágio praticados por jornalistas –os quais foram alvo de queixa junto do Senhor Provedor do Leitor do Jornal Público– e efectuaram-se, ainda, entrevistas a jornalistas, procurando obter informação específica e necessária à elaboração desta investigação.

O presente Trabalho Projecto organiza-se em cinco capítulos. De uma forma abreviada expomos, de seguida, os principais aspectos tratados em cada um dos mesmos:

Capítulo I, Introdução. Neste capítulo faz-se uma breve contextualização do tema do trabalho escolhido e abordam-se algumas questões acerca da sua relevância social e profissional no jornalismo. Enunciam-se, ainda, os objectivos, o problema e a metodologia de investigação.

Capítulo II, Revisão da Literatura. Este capítulo foca a fundamentação teórica do presente Projecto. Em primeiro lugar, efectua-se a contextualização da deontologia no jornalismo, enquanto dispositivo ao serviço da auto-regulação do jornalismo. Em segundo lugar, procura-se fazer o enquadramento legal da figura do “plágio” no sistema jurídico português.

Capítulo III, Plágio na Imprensa Escrita. Neste capítulo são explanados casos de plágio, praticados por jornalistas da redacção do Jornal Público, que foram alvo de queixa junto do Senhor Provedor do Leitor daquele Jornal por parte de leitores.

Capítulo IV, Entrevistas realizadas a jornalistas. Neste capítulo são objecto de análise as entrevistas efectuadas a jornalistas sobre a temática do plágio e apresentam-se os resultados obtidos.

Capítulo V, Conclusões. Neste capítulo expõem-se as principais conclusões alcançadas com o presente estudo e apresentam-se algumas considerações e linhas de investigação a desenvolver, a

partir da investigação efectuada no âmbito deste Trabalho Projecto, curando de identificar, desde já, a informação e as fontes que consideramos relevantes para a realização futura de um estudo académico com a consistência e profundidade que o tema do plágio requer e justifica.

I.2 - Objecto da Investigação

Este Trabalho Projecto tem como objectivo central indagar se o plágio é uma conduta presente na actividade jornalística portuguesa, em particular na imprensa escrita, procurando delinear os contornos que a dimensão desta prática possa, eventualmente, ter no panorama jornalístico nacional. Inseridos neste objectivo geral, foram equacionados objectivos específicos que nortearam o presente trabalho:

- Compreender o conceito de plágio existente entre os jornalistas portugueses, em particular na imprensa escrita;
- Comparar a noção de plágio que preside às escolhas realizadas quotidianamente pelos jornalistas, e que fazem parte da “ética descritiva” de que fala Boris Libois na sua obra *Éthique de L’Information*, com o conceito de plágio, em sentido normativo-prescritivo, expresso, com diferente recorte, tanto pela “ética prescritiva” ou “normativa”, que Libois identifica com a “deontologia da classe jornalística”, como pela ordem jurídica vigente;
- Analisar a existência de uma atitude de tolerância de índole “corporativa” que inibe os jornalistas de denunciar e divulgar casos de plágio praticados por outros jornalistas;
- Avaliar se existe uma eficaz auto-regulação neste domínio e procurar saber por que formas e com que eficácia se realiza o combate à prática de plágio jornalístico em Portugal por parte da Comissão de Deontologia dos Jornalistas;
- Tentar compreender até que ponto o plágio é considerado como uma conduta “desculpável” pelos jornalistas face aos constrangimentos actuais da profissão;
- Reunir um conjunto de informações base sobre o plágio que permitam determinar a ocorrência e delinear as características do plágio na imprensa escrita portuguesa.

Uma pergunta se nos colocou à partida e norteou toda a investigação por nós desenvolvida no presente Trabalho de Projecto: Em que medida o pouco conhecimento de casos de plágio, praticados no panorama jornalístico português, se deverá ao facto de esta ser uma conduta raramente praticada pelos jornalistas ou será que advém da existência de uma convivência generalizada entre profissionais do mesmo ofício relativamente ao plágio?

Em torno desta pergunta foram, por nós, equacionadas as seguintes hipóteses:

- Os jornalistas não denunciam os casos de plágio que detectam no exercício jornalístico porque existe uma definição pouco clara do conceito de plágio na comunidade jornalística;
- Existe uma ineficaz regulação da prática de plágio no jornalismo português, no que diz respeito à imprensa escrita;
- O plágio tornou-se uma rotina comumente aceite pelos jornalistas.

I.3 - Metodologia de investigação

Face aos objectivos, gerais e específicos, do presente Trabalho de Projecto, considerou-se adequada a realização de um estudo exploratório^{7 8} que tivesse subjacente o método de “análise qualitativa”⁹. Em articulação com a metodologia de “análise qualitativa” realizou-se um “estudo de caso”^{10 11}, o qual assumiu uma perspectiva descritiva¹² e centrou os seus objectivos no

7 Com este tipo de estudos pretende-se, assim, «proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade». (Carmo & Ferreira, 1998)

8 Esta investigação é de natureza exploratória uma vez que se pretende “identificar variáveis importantes e gerar hipóteses para investigação futura”. (Marshall & Rossman, 1995)

9 Em investigação qualitativa os objectivos principais são descrever um problema ainda mal conhecido e defini-lo, isto é, explorar em profundidade um conceito que leva à descrição de uma experiência ou à atribuição de uma significação a esta mesma experiência. (Brink, 1998, in Fortin, 2009)

10 “O Estudo de Caso é a exploração de um “sistema limitado”, no tempo e em profundidade, através de uma recolha de dados profunda envolvendo fontes múltiplas de informação ricas no contexto” (Creswell, 1994); Para Yin o Estudo de Caso pode ser conduzido para um dos três propósitos básicos: explorar, descrever e explicar. (Yin, 1994)

11 De acordo com Yin “os estudos de caso, da mesma forma que os estudos experimentais, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos”. Segundo o mencionado autor, o Estudo de Caso, não representa uma amostragem, e o objectivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). Daqui se conclui a possibilidade de se retirarem conclusões positivas sobre a possível generalização dos factos. (Yin, 1994)

12 A investigação terá uma natureza descritiva visto tratar-se de uma “área de investigação que implica estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação. Inclui a recolha de dados para testar hipóteses

entendimento do que os jornalistas interpretavam, na sua prática quotidiana, como sendo “plágio”, bem como na forma como estes profissionais davam sentido às suas experiências. Na senda da metodologia de investigação aqui esboçada, propõe-se:

1. Identificar situações que suscitem dúvidas ou que levantem um maior grau de dificuldade na realização das escolhas quotidianas efectuadas pelos jornalistas em matéria de plágio;
2. Investigar em que medida a identificação daquilo que os jornalistas entendem constituir um caso de plágio é capaz, ou não, de esclarecer as dificuldades de definição daquele conceito detectadas na revisão bibliográfica;
3. Obter opiniões e sugestões dos jornalistas entrevistados, em matéria de plágio, procurando identificar as características daquela prática nos trabalhos jornalísticos e, na medida do possível, aprofundar o conhecimento das suas causas e consequências.

Tendo presentes os objectivos estabelecidos, efectuou-se um cruzamento de metodologias de investigação tendo-se, em primeiro lugar, procedido à análise de conteúdo dos artigos de opinião do Provedor do Leitor do Público, publicadas no site online do Jornal Público¹³, entre Janeiro de 2006 e Março de 2011, os quais focavam casos de plágio cometidos por jornalistas da redacção daquele diário.

A escolha da coluna do Provedor do Leitor do Jornal Público, como campo de análise, resultou quer do facto de este ser uma figura que se enquadra no contexto da auto-regulação da actividade jornalística, quer da consideração de que a sua actuação tem reflexos importantes no interior do próprio Jornal¹⁴. A escolha dos casos de plágio praticados por jornalistas da redacção do Jornal Público, teve o intuito de, por um lado, perceber a forma de plágio praticada por estes profissionais e, por outro lado, analisar os esclarecimentos dados por estes jornalistas ao Provedor

ou responder a questões que lhe digam respeito”. (Carmo & Ferreira, 1998)

14 “O PÚBLICO.PT não é apenas uma forma prática de aceder à informação do jornal. Permite também uma ligação (sic) mais rápida, mais completa e, por vezes, mais sociável com os leitores. Os números médios mensais do “site” (segundo o Departamento Comercial do próprio jornal) são eloquentes: mais de 13 milhões de “pageviews”; 6 milhões de “pageviews” na “homepage”; mais de 500.000 utilizadores únicos. O PÚBLICO on-line suscita, necessariamente, uma parte significativa das mensagens enviadas ao provedor”. (Araújo, 2006)

14 Joaquim Fidalgo refere, a este propósito, que o Provedor do Leitor “mais do que criar uma cultura de exigência e de rigor profissional e ético onde ela porventura não existiria, surge como consequência dela, nos locais onde ela já de algum modo estava presente, e alimenta-a, potencia-a, desenvolve-a, dá-lhe novos caminhos de expressão, seja mediante os contributos que recebe (e põe à reflexão) de pessoas exteriores ao universo jornalístico, seja mediante o seu próprio contributo crítico e qualificado, além do mais advindo de um ‘posto de observação’ independente e distanciado das rotinas de feitura do jornal”. (Fidalgo, 2001)

do leitor, face à acusação de plágio que sobre eles pendia.

Procedemos, igualmente, à realização de entrevistas exploratórias a jornalistas procurando analisar as percepções destes profissionais relativamente ao plágio praticado no meio profissional. Fez-se uso da entrevista^{15 16} na convicção de que esta seria, de facto, a técnica mais adequada ao tipo de dados a recolher, tendo-se optado pelas entrevistas semi-estruturadas, por estas parecerem as mais adequadas face ao contexto, além de que ofereciam uma maior segurança à investigadora. As entrevistas foram conduzidas através de um guião (Apêndice A) onde se enunciavam algumas questões gerais que foram sendo exploradas mediante as respostas dadas pelos jornalistas.

A elaboração deste Trabalho Projecto implicou a consulta de várias fontes documentais, tais como: obras académicas sobre o tema, publicações científicas (nacionais e estrangeiras), artigos jornalísticos, investigação efectuada em sites da Internet (tais como o Clube dos Jornalistas, Sindicato dos Jornalistas, Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, o RepositóriUM da Universidade do Minho, entre outros), bem como na informação recolhida no arquivo do Sindicato dos Jornalistas.

II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

II.1 - Deontologia e Jornalismo

As raízes históricas do jornalismo, como refere Camponez, assentam num conceito estruturalmente ambíguo, como assim o revelam a sua origem e evolução histórica, a noção funcionalista da profissão¹⁷ e os factores de carácter político, cultural, económico e pragmático,

15 A técnica de entrevista é definida como uma interacção, uma conversação, implica igualmente, da parte do investigador, uma atitude de escuta atenta e de receptividade em relação à mensagem formulada (Daunais, 1992, in Gauthier, 2003). Consistindo também na comunicação verbal entre pessoas que se envolvem voluntariamente em igualdade de relação afim de partilharem um saber experienciado e isto, para melhor compreender um fenómeno de interesse para as pessoas implicadas. (Savoie-Zajc, 2003)

16 Há três tipos de entrevistas que variam entre as que são totalmente informais ou de conversação e as que são altamente estruturadas e fechadas (Patton, 1990, in Tuckman, 2000). As entrevistas qualitativas variam quanto ao grau de estruturação, desde as entrevistas estruturadas até às entrevistas não estruturadas. No entanto, as entrevistas semi-estruturadas têm a vantagem de se ficar com a certeza de obter dados comparáveis entre os vários sujeitos. (Bogdan & Biklen, 2000)

17 Profissão, segundo a noção restrita da sociologia das profissões, define-se pela: presença de longos e complexos processos de formação; conhecimentos especializados e domínio técnico da sua aplicabilidade prática; elevada autonomia e responsabilização profissional; regras de deontologia profissional; normas restritivas e formas colegiais de controlo do acesso e do exercício da profissão; noção de serviço prestado à colectividade; reconhecimento oficial, público da profissão; existência de uma cultura profissional. À luz desta definição, o jornalismo dificilmente pode ser considerado como uma profissão. (Freire, 2006)

inerentes ao exercício do jornalismo nas sociedades democráticas contemporâneas^{18 19}. Neste contexto, a deontologia têm assumido um papel de relevo no jornalismo através da sua função de credibilização da profissão procurando «institucionalizar a integridade» (Huteau & Pigeat, 2000) e «criar uma consciência moral colectiva na profissão» (Aznar, 2005).

A deontologia configurou-se, assim, como uma forma do jornalismo conseguir cartografar um campo sinuoso e instável, onde se jogavam múltiplos interesses divergentes –dos jornalistas, das empresas de media e do público–, bem como uma maneira do jornalismo responder às novas condições políticas, económicas, culturais, sociais e tecnológicas a que o exercício da profissão jornalística ia estando sujeita ao longo do tempo (Camponez, 2009).

A necessidade interna de credibilização do jornalismo, ligada à constituição e afirmação de uma identidade profissional dos jornalistas²⁰, foi a razão inicial que motivou o aparecimento dos códigos deontológicos. Era necessário moralizar o jornalismo e «criar uma identidade profissional baseada no respeito de certas normas deontológicas básicas» (Aznar, 2005). Neste contexto, Hugo Aznar aponta que os códigos deontológicos, mediante a incorporação de conteúdos, facilitam a aprendizagem ética da profissão podendo constituir-se num «acervo ou património moral da profissão». Este papel dos códigos deontológicos assume especial importância, principalmente, se atendermos que numerosos estudos sobre o jornalismo indicam que a aprendizagem nas redacções e o convívio inter-pares adquire extrema relevância na profissão jornalística.

A redacção dos primeiros códigos deontológicos no jornalismo²¹, conforme sublinha Camponez, não configurou o momento do aparecimento dos valores na profissão, tendo apenas representado a passagem à forma escrita de códigos não escritos (os quais se foram formando através de um processo histórico de sedimentação de reflexões, experiências e debates da

18 Max Weber diria a propósito dos jornalistas que «o jornalista partilha com todos os demagogos (...) a sina de não ter uma classificação fixa. Pertence a uma espécie de casta de párias, que, na «sociedade», é sempre cotada socialmente em função dos seus representantes que estejam a um nível ético mais baixo». (Weber, 2000)

19 A diversificação dos modos de exercer o jornalismo, as transformações rápidas impostas pelas novas tecnologias, a crescente disparidade de trajectórias profissionais, as diferentes concepções acerca do exercício da profissão, o desaparecimento progressivo de um modelo comum de referência sobre o exercício do jornalismo e a pulverização de ofícios no seio da profissão são, ainda, alguns dos factores que persistem na indefinição do jornalismo como profissão. (Rieffe, 2005)

20 A deontologia desempenhou um papel de referência interna no próprio jornalismo, funcionando como um elemento agregador e de construção da unidade profissional e de homogeneização de comportamentos e de culturas. Nesse sentido, o código deontológico é o reflexo de uma cultura de comportamentos associada a uma profissão. A existência de um código de conduta preconiza uma unidade de comportamentos e implica um pensamento moral sobre procedimentos considerados desviantes. (Pigeat & Huteau, 2000)

21 Os códigos deontológicos do jornalismo são, fundamentalmente, um produto do séc. XX. Claude-Jean Bertrand refere que a primeira iniciativa de formulação de um código deontológico pertenceu aos jornalistas da região polaca da Galiza, então sob domínio do Império Austro-Húngaro, que, em 1896, adoptaram uma lista de deveres e instituíram um tribunal de honra. (Bertrand, 2002)

profissão). O referido autor aponta que no início do século XX existia já um consenso suficiente dos jornalistas em torno de princípios fundamentais que se afiguravam capazes de se impor como uma moral profissional²². Contudo, as novas tecnologias implicaram novos desafios à informação e confrontaram o jornalismo com novos problemas. A privatização e a concentração dos *media*, o aumento da concorrência e da importância do mercado na determinação dos conteúdos mediáticos, bem como o escrutínio crescente do papel social do jornalista, por parte da opinião pública, vieram dar uma nova acuidade às questões relacionadas com a credibilidade e com a responsabilidade dos *media* e dos jornalistas no final do séc. XX. A existência de um público mais exigente e crítico²³ relativamente aos *media*, repercutiu-se, também, na denominada crise de credibilidade do jornalismo. Este facto, central para a legitimidade do jornalismo, incrementou, também ele, na opinião de Camponez, a necessidade de reforçar a componente ética e moral da profissão.

Esta nova realidade, no final do século XX, impulsionou a criação de novos códigos deontológicos ou a revisão dos já existentes (Ward, 2004), pois o jornalismo necessitava de responder aos condicionalismos externos com os quais se confrontava. Os códigos deontológicos, neste período, refere Camponez, tinham o intuito de tornar os procedimentos profissionais, admissíveis no jornalismo, mais transparentes assim como possibilitar o seu escrutínio pelo cidadão comum e pelas instituições, nomeadamente as jurídicas, que, deste modo, podiam utilizar os códigos como auxiliares dos seus juízos sobre as opções dos jornalistas e dos *media*. Esta virtualidade é apontada por aquele autor como sendo uma das mais importantes dos códigos deontológicos, pois permite que o jornalismo assuma o seu compromisso cívico para com a sociedade.

No jornalismo, os códigos deontológicos espelham o contexto em que foram elaborados. As normas de conduta, os mecanismos de moralização das práticas profissionais e os valores em que esses códigos²⁴ se inspiram assentam numa geometria não estanque que, por sua vez, reflecte os

22 Vários factores reflectem a existência de um consenso em torno de certos valores do jornalismo, tais como: a progressiva generalização de normas de conduta profissional; a criação de princípios internacionais de boas práticas do jornalismo; a constituição de núcleos de deveres –nomeadamente relativos à informação, às fontes, ao tratamento do público, às práticas entre profissionais, à defesa da profissão–; a multiplicação de fóruns de discussão e novos instrumentos de verificação e crítica das práticas jornalísticas. (Camponez, 2009)

23 Dominique Wolton, referindo-se ao audiovisual, aponta que o público adquiriu uma cultura crítica à medida que foi aumentando os seus conhecimentos, pelo que os jornalistas devem repensar as suas formas de tratamento da informação. (Wolton, 1999)

24 Camponez aponta, a título meramente exemplificativo, como valores identificados nos códigos deontológicos do jornalismo: a verdade, a imparcialidade, a objectividade, a exactidão, a identificação da fonte de informação, a confirmação da informação, a igualdade de tratamento, a distinção entre notícias e comentários, a recusa do sensacionalismo, a separação entre a publicidade e o conteúdo editorial, não inventar, não noticiar rumores, citação e protecção das fontes, presumir a inocência, respeitar a privacidade, não caluniar, não discriminar ninguém em função do sexo, da raça, da etnia ou do grupo social, defender a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, assumir a responsabilidade dos seus trabalhos, não utilizar meios tecnicamente ilícitos para obtenção da informação, não plagiar, não exercer actividades incompatíveis com a profissão, não noticiar actos em que se encontre envolvido,

contextos sociais, culturais, políticos e económicos em que aqueles emergem (Camponez, 2009).

II.2 - A Deontologia e a Auto-Regulação no Jornalismo

A deontologia adquire o seu propósito quando um grupo social organizado se interessa em sujeitar a sua actividade profissional a regras de controlo ético, de responsabilização e de qualidade (Camponez, 2009). A deontologia não se confunde com auto-regulação, não obstante aquela ser considerada “uma das suas expressões mais nobres” (Moreira, 1997) e, por vezes, a primeira actividade auto-reguladora²⁵. A auto-regulação envolve uma organização colectiva que estabelece as regras que regem o seu próprio comportamento e que, ao mesmo tempo, se responsabiliza pelos mecanismos utilizados para garantir a sua aplicação (Moreira, 1997). Entre essas regras, encontram-se os Códigos Deontológicos. A auto-regulação, compreendida como o conjunto dos mecanismos institucionalizados, dedicados a vigiar e a fazer respeitar os princípios e os valores normativos do jornalismo, é um assunto que emerge nos textos normativos do jornalismo de forma, sobretudo, implícita²⁶, estando o seu aprofundamento reservado, regra geral, à análise e ao estudo de cada um dos mecanismos auto-reguladores (Camponez, 2009).

Existe uma grande pluralidade de mecanismos de auto-regulação no jornalismo. Segundo a análise que Aznar faz destes mecanismos, estes podem ser agrupados em quatro grandes grupos, consoante se tratem de iniciativas do Estado (entidades reguladoras), de empresas de *media* (estatutos editoriais, estatutos de redacção, códigos de empresa, livros de estilo), dos jornalistas (códigos deontológicos, estatutos profissionais, cláusula de consciência, associações profissionais, jornalismo crítico, centros de formação), do público (correio dos leitores, organizações não-governamentais ligadas aos media, pesquisa científica) e de formas partilhadas de diálogo entre estas três partes (correio dos leitores, provedores dos leitores, alguns modelos de conselhos de

defender dos direitos dos jornalistas, etc. (Camponez, 2009)

25 Hugo Aznar refere que a eficácia da deontologia, enquanto expressão da dimensão moral de uma actividade profissional, não vai além daquela que deriva da persuasão e do compromisso que pode suscitar nas consciências dos indivíduos. A auto-regulação, pelo contrário, assume-se pelo seu carácter institucional e colectivo, a partir do qual garante a publicidade, a continuidade e a coerência das suas normas e julgamentos. (Aznar, 2005)

26 O ponto 9 da «Declaração de Princípios de Conduta dos Jornalistas», da Federação Internacional de Jornalistas, afirma que «reconhecendo a lei de cada país, o jornalista, em matéria profissional, só aceitará a jurisdição dos seus pares, excluindo qualquer intrusão governamental ou outra»; A referência mais explícita à auto-regulação como um dever dos jornalistas, expresso ao nível dos documentos normativos do jornalismo, é a Resolução 1003, aprovada pela Assembleia Geral do Conselho da Europa, em Julho de 1993. A resolução refere explicitamente que os meios de comunicação, no respeito pelos princípios deontológicos de rigor que «garantam a liberdade de expressão e o direito dos cidadãos a receber informações verídicas e opiniões honestas», devem criar organismos ou mecanismos de auto-controlo, destinados a garantir a vigilância e o cumprimento dos princípios deontológicos.

imprensa). A multiplicidade destes mecanismos tende, contudo, segundo Camponez, a debilitar e fragilizar a auto-regulação dos jornalistas, pois representam diferentes vozes e perspectivas, por vezes tão desarticuladas entre si e com motivações tão distintas, que não permitem um diálogo social efectivo.

A adopção de um modelo de auto-regulação centrado exclusivamente na evocação de princípios deontológicos do jornalismo não configura, para alguns autores, um modelo capaz de oferecer respostas satisfatórias para evitar situações de deslize no campo da deontologia jornalística. Neste contexto, James Curran aponta que o jornalismo não pode confiar nos pressupostos ideológicos do profissionalismo para resolver, ou sequer esclarecer, o debate sobre o papel dos *media* nas democracias contemporâneas. Curran refere que, perante a autonomia da profissão face aos poderes ligados à administração e propriedade dos *media*, os próprios profissionais acabam por, de forma implícita, reconhecer ter um estatuto de subalternidade face às fontes de informação no processo de mediação com o público. O próprio estatuto profissional dos jornalistas é ambíguo, na medida em que não impõe exigências específicas no acesso à profissão, nas habilitações ou nas formas de auto-controlo (ao contrário do que sucede, geralmente, em outras profissões). Idêntica ambiguidade existe na própria noção de profissionalismo jornalístico, a qual se encontra sujeita a diferentes interpretações de acordo com os diversos *media*, tipos de propriedade e tradições culturais. Finalmente, também a deontologia profissional dos jornalistas é ela própria ambígua, necessitando, muitas vezes, de estruturas adequadas destinadas a dar-lhe sustentação (Curran, 1991).

Na opinião de Mário Mesquita a “deontologia constitui um instrumento de aperfeiçoamento dos jornalistas, individualmente considerados, ou um factor de identidade da profissão no seu conjunto. Mas não possui virtualidades suficientes para explicar as transformações políticas, económicas, sociais, tecnológicas e retóricas da comunicação social, nem as frequentes “derrapagens” mediáticas. A imagem das empresas e dos jornalistas pode reforçar-se ou melhorar com a revalorização da “ética profissional”. Chega sempre o momento das homenagens que “o vício presta à virtude”. Mas a deontologia-todo-poderosa, salvadora dos cidadãos, essa, só existe na imaginação generosa dos ingénuos ou na estratégia cínica” (Mesquita, 16 de Março, 2001). No mesmo sentido, Hugo Aznar refere que a eficácia da deontologia, enquanto expressão da dimensão moral de uma actividade profissional, não vai além daquela que deriva da persuasão e do compromisso que pode suscitar nas consciências dos indivíduos. A auto-regulação, pelo contrário, assume-se pelo seu carácter institucional e colectivo, a partir do qual garante a publicidade, a continuidade e a coerência das suas normas e julgamentos.

As críticas efectuadas à auto-regulação dos *media* consistem, em geral: na falta de eficácia, em parte, resultante da ausência de efectivos mecanismos sancionatórios; na sujeição às pressões de

lobbys e de interesses corporativistas, em detrimento do público; na falta de independência; na falta de credibilidade; no risco de valorização dos mecanismos de mercado e na desresponsabilização do Estado nas tarefas de regulação em esferas fundamentais da sociedade (Bertrand, 2002; Aznar, 2005).

II.3 - O jornalismo Português: breve resenha histórica

Durante o Estado Novo, o jornalismo era visto como um instrumento de propaganda do regime, o que dificultou a afirmação socioprofissional dos jornalistas²⁷. Salienta Camponez que a situação tornou-se, de tal modo preocupante, que o Governo –procurando garantir a dignidade do jornalismo, profissão à qual caberia «um papel de importância primacial na política do espírito»²⁸–, teve de intervir no sentido de corrigir algumas situações que se verificavam nas empresas proprietárias de Jornais.

Os esforços para organizar a classe dos jornalistas, encetados no final do séc. XIX e inícios do séc. XX, estavam, em grande medida, limitados pela visão tutelar da informação e pelo papel instrumental que o Estado Novo havia atribuído aos jornalistas (Veríssimo, 2003). A este panorama acrescia, também, o facto de que aqueles profissionais se encontravam vigiados por um forte aparelho de censura que cerceava qualquer ideia de autonomia e de responsabilidade social do jornalismo.

O sindicalismo corporativo, instituído pelo Estado Novo através da organização dos trabalhadores em sindicatos nacionais, visava subjugar a actuação destes últimos ao respeito pelos «interesses superiores da colectividade nacional»²⁹. Porém, o Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, tendo-se recusado a conformar com as exigências impostas pelo regime ditatorial, foi extinto e procedeu-se, posteriormente, à criação do Sindicato Nacional dos Jornalistas. A liberdade de expressão, condição fulcral para a afirmação socioprofissional do jornalismo, não existia durante o Estado Novo pelo que não fazia sentido, na altura, falar-se em auto-regulação e responsabilidade social do jornalismo (Camponez, 2009). Com o fim do modelo corporativo do regime e com a liberdade sindical e de associação, conferidas pela democracia, a inscrição de todos

27 A dificuldade em definir juridicamente o conceito de jornalista bem como os critérios de atribuição da carteira profissional são exemplos das debilidades do jornalismo durante a ditadura. (Camponez, 2009)

28 Diário do Governo, II Série, n.º 229, de 30 de Setembro de 1942.

29 Nos termos do art.º 5.º dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas de 1934: «O Sindicato subordina a sua actividade ao interesse superior da colectividade nacional e reconhece-se factor de cooperação activa e leal com todos os outros factores da organização corporativa da Nação, em consequência do que repudia o princípio da luta de classes e de toda a manifestação interna ou externa contrária aos interesses nacionais».

os jornalistas no Sindicato deixou de ser obrigatória. Contudo, o Sindicato dos Jornalistas e o Conselho Deontológico³⁰ continuaram a deter o poder de representação da classe jornalística, uma vez que a maioria dos jornalistas manteve-se fiel à sua estrutura sindical e continuou a reconhecer-lhes os mesmos direitos que o modelo corporativo do Estado Novo lhes havia atribuído.

Os jornalistas apenas no início da década de 80 conseguiram, como sublinha Camponez, alcançar um relativo consenso em torno do conceito de jornalista e apresentavam-se em condições de exercer a actividade reguladora da sua profissão num quadro de maior autonomia. No entanto, segundo aquele autor, a liberdade de associação e a liberdade sindical, decorrentes do novo quadro legal e constitucional democrático, começaram a surtir efeitos desagregadores no seio do Sindicato dos Jornalistas e, em particular, no Conselho Deontológico. No primeiro caso, tais efeitos fizeram-se sentir através de uma diminuição, lenta mas continuada, dos níveis de sindicalização e de representatividade do universo da classe dos jornalistas. Já o Conselho Deontológico, por sua vez, viu a legitimidade do seu papel – enquanto órgão regulador alargado a todos os jornalistas – ser posto em causa, tendo sido suscitado o problema da sua representatividade e da necessidade da sua autonomia.

II.3.1 - Autonomia do Conselho Deontológico face ao Sindicato dos Jornalistas

O debate sobre a autonomia do Conselho Deontológico face ao Sindicato dos Jornalistas irrompeu, pela primeira vez, em 1986. Nesse mesmo ano, no 2.º Congresso dos Jornalistas, considerou-se que «a experiência de 12 anos de liberdade e 10 de Código Deontológico demonstrou que a seriedade e credibilidade do jornalismo português têm sido afectadas por incorrectas, ambíguas e ineficientes disposições deontológicas» (2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, 1986) pelo que se defendeu a revisão das normas orientadoras da profissão. Neste 2.º Congresso apontou-se para a definição de novos princípios orientadores da profissão, os quais se deveriam basear num código de honra e conduta profissional que traduzissem, em normas consensuais, os valores éticos com incidência no jornalismo, constituindo-se como um compromisso dos jornalistas perante a opinião pública.

As intervenções feitas neste Congresso revelavam a necessidade de uma reestruturação do Conselho Deontológico e, neste sentido, apontavam dois caminhos alternativos: por um lado, havia quem defendesse a eleição do Conselho Deontológico em separado dos restantes corpos gerentes do Sindicato dos Jornalistas; por outro lado, havia quem concordasse com a autonomização do

30 O Conselho Deontológico assumiu, no passado, as denominações de Conselho Disciplinar (1934-1940), Conselho Técnico e de Disciplina (1962-1975), Conselho Técnico e de Deontologia (1979-1990).

Conselho em relação ao Sindicato e a sua institucionalização como um órgão alargado a toda a classe de jornalistas, com poderes para suspender e expulsar os jornalistas e de cujas decisões caberia apenas recurso para os tribunais comuns.

No final deste Congresso, a resolução adoptada sustentava que o Código Deontológico deveria ser aprovado por todos os detentores de carteira profissional e que a sua aplicação deveria estar a cargo de «um Conselho Deontológico eleito por todos os jornalistas» (e não apenas pelos profissionais sindicalizados), cujos poderes de sanção deveriam estar reduzidos aos aspectos morais .(2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, 1986).

Também as sucessivas revisões dos Estatutos do Sindicato dos Jornalistas revelavam, de acordo com Camponez, que quer a autonomização do Conselho Deontológico, quer a transformação do código de conduta profissional num documento que fosse extensivo à toda a classe profissional, eram necessidades que o Sindicato pressentia como sendo necessárias. Efectivamente se, em 1975, o Conselho Técnico surgia nos Estatutos do Sindicato, fundamentalmente, como um órgão consultivo da Direcção –incumbido da emissão de pareceres (em caso de diferendo relativamente às aptidões exigíveis para o exercício da profissão) e da elaboração de pareceres, informações e estudos solicitados pela Direcção–, esta situação alterou-se com os Estatutos de 1979, tendo o Conselho Técnico deixado de estar subordinado à Direcção, em matéria de disciplina e de deontologia, e passado a ter a competência de «apreciar todos os casos de infracção aos estatutos do Sindicato, ao Código Deontológico e, quando existirem, ao Estatuto do Jornalista e ao Regulamento da Carteira Profissional» (art.º 40.º). No exercício destas atribuições, caberia ainda ao Conselho Técnico «instruir os respectivos processos e propor as penas a aplicar». A revisão dos Estatutos do Sindicato dos Jornalistas, que teve lugar em 1990, veio ainda conferir ao Conselho Deontológico uma maior autonomia, como salienta Camponez, uma vez que lhe incumbiu, explicitamente, da competência para analisar “todos os casos” de infracção ao Código Deontológico, ao Regulamento da Carteira Profissional e ao Estatuto do Jornalista. O Conselho Deontológico passou assim a incluir, também, a elaboração de estudos, informações ou pareceres que fossem solicitados por qualquer órgão do Sindicato e “por qualquer jornalista”³¹.

A Direcção do Sindicato, em 1992, apresentou uma proposta de acordo com a qual teriam «capacidade eleitoral activa para o Conselho Deontológico todos os jornalistas com título profissional actualizado». Esta proposta, subscrita pelo Conselho Deontológico e aprovada pelo Conselho Geral, estava, contudo, como refere Camponez, inquinada por uma incongruência jurídico-legal, pois ao possibilitar que o Conselho Deontológico (um órgão de uma instituição de carácter associativo privado: o Sindicato de Jornalistas) pudesse ser eleito por toda a classe

31 Alíneas a), b) e c) do art.º 43.º dos Estatutos do Sindicato dos Jornalistas.

jornalística, incluindo sócios e não sócios do Sindicato, permitia a ocorrência de potenciais situações em que os sócios do Sindicato se teriam de submeter à vontade dos não sócios. Tais situações, do ponto de vista estatutário, teriam uma legalidade duvidosa e suscitariam um grave problema de legitimidade. A referida proposta da Direcção do Sindicato nunca chegou a ser concretizada, tendo o Conselho Deontológico mantido a sua representatividade limitada aos membros do Sindicato dos Jornalistas e apenas com poder de intervenção efectivo relativamente aos membros deste último.

A questão da autonomia do Conselho Deontológico face ao Sindicato dos Jornalistas voltou a ser abordada no 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, tendo-se debatido a evolução do Conselho Deontológico no sentido de uma estrutura que envolvesse (e compromettesse) todos os jornalistas e que tivesse, eventualmente, capacidade para sancionar os profissionais que violassem o Código Deontológico. Este debate, em torno da autonomia do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, ficou também marcado pela polémica da criação da Ordem dos Jornalistas.

A Associação dos Jornalistas Portugueses, fundada em 1991, propôs a criação de uma Ordem dos Jornalistas com base no argumento de que o Sindicato dos Jornalistas não se configurava como uma instância adequada para a discussão de temas de foro deontológico. Aquela Associação apontava, também, que o Código Deontológico era ineficiente pois consistia, apenas, numa carta de ética que se limitava a enunciar alguns princípios vagos, norteadores da deontologia.

Neste 3.º Congresso, os defensores da Ordem dos Jornalistas ao considerar que as condições de exercício da profissão, sentidas na altura, colocavam os jornalistas numa situação particularmente vulnerável à degradação dos padrões éticos e profissionais, exigiam um reforço da auto-regulação da profissão, por via institucional, em que as funções sindicais e deontológicas não se imiscuíssem entre si.

A Direcção do Sindicato dos Jornalistas, por sua vez, opôs-se, veemente, à proposta de criação da Ordem dos Jornalistas pois entendia que esta iria enfraquecer a classe jornalística e debilitar a profissão face ao patronato e ao poder, conduzindo ao esvaziamento da organização sindical. A Direcção do Sindicato dos Jornalistas considerava-se, por isso, como a entidade que estaria em melhores condições para representar os jornalistas³².

Relativamente a esta querela, o Provedor de Justiça considerou que o poder disciplinar atribuído ao Sindicato dos Jornalistas, no âmbito das infracções dos deveres deontológicos dos

32 O Sindicato considerava que a criação de uma Ordem dos Jornalistas teria como consequências: 1) colocar em causa a liberdade individual, uma vez que a inscrição seria obrigatória ofendendo a liberdade de associação; 2) representaria uma perda de autonomia colectiva da classe, relativamente ao poder político, encarregue de criar a Ordem e aprovar os referidos estatutos; 3) colocaria o exercício da profissão sob a dependência do poder político; 4) seria contrária ao princípio de que devem ser os jornalistas a escolher as suas formas de organização e de auto-disciplina, sem intervenção do Estado. (Sindicato dos Jornalistas, Quatro razões para dizer não à Ordem, 1992)

jornalistas, implicava o exercício de verdadeiros poderes ou prerrogativas de autoridade, pelo que extravasava as competências daquela organização sindical. Também o Tribunal Constitucional, no Acórdão n.º 445/93, de 14 de Julho, considerou que a Lei não podia atribuir aos Sindicatos poderes de autoridade, sob pena de se ficar perante «verdadeiros poderes ou prerrogativas de autoridade, manifestamente contrários e estranhos àqueles que são próprios dos sindicatos e se inscrevem no âmbito das suas específicas finalidades». O próprio Regulamento da Carteira Profissional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 513/79 de 24 de Dezembro, consagrava a possibilidade de haver mais do que uma organização sindical representativa dos jornalistas. Desde modo, afirma Camponez, não faria sentido que apenas o Sindicato dos Jornalistas gozasse de tal prerrogativa de autoridade.

“O que nós queremos”, afirmou José Manuel Mestre, durante o 3.º Congresso dos Jornalistas, “é uma entidade que seja ouvida e respeitada por todos e para o ser é preciso que nos junte a todos.” Nestes precisos termos se recusou, liminarmente, a ideia de uma Ordem dos Jornalistas. Em contrapartida, José Manuel Mestre propôs a existência de um Conselho de Conduta Profissional dos Jornalistas. Nesta mesma linha de pensamento, surgiu a proposta de Óscar Mascarenhas (na altura, Presidente do Conselho Deontológico) que, considerando que quer a Ordem como o Sindicato seriam incapazes de resolver o problema de auto-regulação dos jornalistas, sugeriu uma solução que envolvia, de forma expressa ou implícita, a adesão dos jornalistas a um “Conselho de Ética”, “abarcando jornalistas de todas as origens associativas ou até individualmente inscritos”³³ (Mascarenhas, 1998).

Não obstante as propostas emergentes no 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, em 2009, aquando da nova revisão feita aos Estatutos do Sindicato, a discussão que havia sido encetada naquele Congresso permanecia, praticamente, no mesmo ponto em que havia sido deixada (Camponez, 2009).

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, independentemente da discussão que havia sido encetada a nível ético e moral, assumiu-se, durante muito tempo, como um expressivo órgão responsável pela auto-regulação dos jornalistas. Não obstante a autonomia crescente que o Conselho Deontológico foi conseguindo alcançar no seio do Sindicato dos Jornalistas, certo é que aquele órgão nunca conseguiu, de acordo com as características de uma verdadeira auto-regulação profissional, reunir toda a classe jornalística. Esta dificuldade ocorreu, na opinião de Camponez, pela resistência exercida pelo Sindicato dos Jornalistas em ceder algumas das suas competências exclusivas, em matéria de deontologia do jornalismo, em detrimento de um organismo extra sindical que assumisse tais competências. O Sindicato dos Jornalistas nunca esteve disposto a abdicar das suas competências exclusivas naquelas matérias, justificando esta sua posição com base

no argumento de que as suas funções de defesa dos direitos dos jornalistas seriam um corolário lógico dos deveres deontológicos. O Sindicato dos Jornalistas, neste sentido, considerava deter uma legitimidade reforçada nas negociações com o Governo e com as associações patronais. A deontologia era, assim, como aponta Camponez, utilizada numa perspectiva estratégica e instrumental, uma vez que se defendia que quem impunha deveres, a nível moral, estaria em melhores condições de reivindicar direitos no plano sindical. Aponta ainda aquele autor que estas circunstâncias, aliadas às hesitações da classe jornalística em assumir as responsabilidades sociais inerentes às especificidades da profissão, contribuíram para que o legislador tivesse tomado, progressivamente, um conjunto de iniciativas – com ou sem o acordo do Sindicato dos Jornalistas – que foram adquirindo um protagonismo crescente (em áreas outrora dependentes da auto-regulação profissional) e que contribuíram para o esvaziamento das competências do Conselho Deontológico. O autor em questão justifica o seu ponto de vista, escorando-o nos seguintes argumentos: foi o Estado que definiu a forma de organização dos jornalistas, impondo-lhes um Sindicato único o que, de alguma forma, determinou a auto-regulação dos jornalistas, mesmo quando o regime democrático passou a prever a liberdade de associação; foi também o Estado que determinou os critérios de acesso à profissão, bem como os critérios de atribuição da carteira profissional; foi, igualmente, o Estado que determinou o modelo de ensino superior do jornalismo; foi o Estado que impôs um modelo sancionador, embora gerido por jornalistas e representantes de empresários de comunicação, por considerar insuficientes as fórmulas vigentes em sede de auto-regulação, não obstante as competências já atribuídas nesta matéria ao organismo regulador da comunicação social; e, finalmente, foi também o Estado que, de forma indirecta, determinou os valores e as formas de responsabilização dos jornalistas.

II.3.2 - Código Deontológico Português

A tarefa de determinar um conjunto de usos e costumes dos jornalistas, assentes num estatuto moral e intelectual dos seus profissionais, revelou-se um processo moroso e difícil em Portugal como, aliás, o revelaram os vários Estatutos do Sindicato dos Jornalistas.

Os primeiros Estatutos do Sindicato dos Jornalistas, aprovados em Fevereiro de 1934, assinalavam uma «função eminentemente social da Imprensa» e, por consequência, reclamavam para esta «as garantias eficazes de uma austera probidade intelectual e moralidade da parte dos que a exercem, quer como empresários, quer como jornalistas» (art.º 3.º). O art.º 4.º dos mesmos Estatutos estabelecia que os fins do Sindicato residiam em «pugnar pela independência da Imprensa», «defender a independência moral dos jornalistas», aperfeiçoar e desenvolver a cultura

intelectual e física dos associados, observar as regras deontológicas da profissão e intervir em conflitos entre os sócios e entre estes últimos e as empresas. Os objectivos explanados neste Estatutos do Sindicato seriam alcançados através da actuação de um Conselho Disciplinar com funções consultivas em questões de interesse sindical.

Os Estatutos do Sindicato de 1940, por sua vez, não referiam o papel da deontologia profissional nem a importância social do jornalismo. O Conselho Disciplinar não era mencionado nestes Estatutos e as suas funções consultivas e disciplinares foram, inclusivamente, extintas ou transferidas para a competência da Direcção ou da Assembleia-Geral do Sindicato. Apenas com os Estatutos do Sindicato, de Novembro de 1962, voltou a surgir a figura de um órgão consultivo e disciplinar, designado como «Conselho Técnico e de Disciplina». Nestes últimos Estatutos emergiram também, pela primeira vez, disposições referentes à disciplina e ao respeito das actividades profissionais (art.º 6.º) e à necessidade de se elaborar um Código Deontológico (art.º 90.º), cujas infracções deveriam apreciadas pela Direcção, através de um parecer do Conselho Técnico e de Disciplina. Refere Camponez que os Estatutos de 1962 não conseguiram concretizar o seu intento de elaborar um código deontológico que orientasse a conduta profissional dos jornalistas, pelo que se manteve em vigor os princípios éticos e deontológicos da profissão previstos pelos Estatutos do Sindicato Nacional de Jornalistas –os quais, de uma forma bastante vaga, apontavam como deveres do associado “concorrer, por todos os meios ao seu alcance, para a dignificação da profissão e da Imprensa em geral”. Perante à ausência de textos orientadores e de preocupações sistematizadas, do ponto de vista ético e deontológico, era necessário recorrer a códigos de conduta informais (Correia & Baptista, 2007).

Os jornalistas apenas na década 70 conseguiram «levar a cabo essa tarefa de moralização da profissão, através da adopção de um código deontológico» (Camponez, 2009). Fernando Correia e Carla Baptista esclarecem, a este respeito, que a deontologia dos jornalistas portugueses, neste período, continuava muito marcada pela ideia de um aperfeiçoamento moral. A confusão existente entre valores morais e profissionais assumia-se, nessa altura, como uma característica marcante do jornalismo o que, por sua vez, dificultava o reconhecimento e a afirmação da credibilidade do jornalismo enquanto profissão.

Efectivamente, em 1973, a Direcção do Sindicato dos Jornalistas apresentou à Assembleia Geral um projecto de Código Deontológico em cujo Preâmbulo se apontava a necessidade de um Código Deontológico que tivesse em consideração o facto da complexidade do exercício do jornalismo dificultar a informação verdadeira e livre, sendo que a falibilidade do perito da informação objectiva imponha uma noção clara dos seus direitos e deveres, “o que implicava a rejeição da mentira e do erro e a esforçada procura da verdade”. O “direito à informação materializa-se através de jornalistas que assumam as consequências dos seus actos e omissões, segundo normas de

idoneidade profissional que apliquem a cada caso de acordo com o que a sua consciência lhes ditar. Decorre daqui que a deontologia profissional pressupõe a responsabilidade do jornalista, a qual só existe quando e onde existir liberdade” referia aquela mesma proposta.

Do projecto do Código Deontológico constavam, então, 24 princípios, os quais se iniciavam com o dever de respeitar escrupulosamente o direito do público a uma informação verdadeira e objectiva e que finalizavam com o dever de prestar concurso activo à defesa institucional dos interesses profissionais, da deontologia, da valorização profissional e da liberdade de expressão (Pina, 1997). O referido projecto determinava também as formas de actuação que deveriam ser adoptadas perante os casos de infracção deontológica dos jornalistas, sendo que as infracções previstas podiam originar a aplicação de penalidades, de acordo com o mecanismo processual estipulado no Estatutos do Sindicato, as quais incluíam a censura, a advertência, a advertência registada, a suspensão até três meses, a suspensão até um ano e a demissão.

O proposta do Código Deontológico apresentado pela Direcção do Sindicato acabou, contudo, por ficar suspensa devido a uma decisão da Assembleia Geral de 12 de Fevereiro de 1973. Contudo, a pretensão em redigir um Código Deontológico denotava já que a classe jornalística tinha consciência dos seus problemas e da importância da deontologia (Pina, 1997).

A censura, a acção conservadora do Estado Novo sobre o papel dos meios de comunicação social, o estatuto de minoridade da profissão de jornalista e o modelo tutelar decorrentes do regime ditatorial, fizeram com que o jornalismo português não tivesse conseguido acompanhar as mudanças ocorridas no campo da comunicação social as quais, por sua vez, haviam trazido novas formas de fazer jornalismo, novas competências e novos profissionais. Este panorama reflectiu-se também nas dimensões morais e éticas do jornalismo, uma vez que esta classe profissional se encontrava muito pouco habituada a assumir a sua responsabilidade social (Camponez, 2009).

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, o novo regime legal e constitucional democrático reconheceu a liberdade de expressão e de imprensa. A Lei de Imprensa, aprovada 10 meses após o golpe militar, estabeleceu um prazo de 90 dias, a contar da entrada em vigor daquele diploma, para que o Sindicato de Jornalistas procedesse à elaboração e aprovação do Código Deontológico (art.º 61.º). A elaboração de um Código Deontológico passava, então, a ser uma obrigação legal, conservando os jornalistas a liberdade de definir o conteúdo daquele. Esta situação, contudo, colocava o jornalismo numa situação de auto-regulação de iniciativa estatal (Pereira, s.d).

O primeiro Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses surgiu, não obstante o prazo estabelecido pela Lei de Imprensa, apenas em 1976. Este Código era composto por dois capítulos, sendo que o primeiro compreendia 22 alíneas e focava os deveres do jornalistas enquanto o segundo capítulo, composto por dois pontos, abordava as garantias do cumprimento daqueles deveres.

No 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, o Código Deontológico de 76 foi alvo de duras críticas. A sobreposição entre normas deontológicas e jurídicas, existente naquele Código, foi, desde logo, apontada por Luís Humberto Marcos. Também os defensores da Ordem de Jornalistas apontavam que o Código Deontológico de 76 se adequava mais a uma carta ética, orientadora do exercício da profissão, do que a um código deontológico com a finalidade de prescrever normas de conduta em situações concretas. Alguns jornalistas, presentes naquele Congresso, defenderam, inclusivamente, a elaboração de um novo Código Deontológico o qual “não deveria acolher preceitos já incluídos, ou susceptíveis de virem a ser incluídos, nos instrumentos legais” que enquadrassem o exercício da profissão (Fidalgo, Alves, Queirós & Tavares, in 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, 1986).

O Sindicato dos Jornalistas elegeu, nos mandatos de João Mesquita (1989-1993), como um dos seus objectivos principais a tarefa de tornar a redacção das normas de conduta do Código Deontológico de 1976 moralmente mais “neutras” e, desde modo, mais condizentes com os valores de uma deontologia profissional. Relembre-se que, como salienta Camponez, nos primeiros Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas as normas de conduta destes profissionais apresentavam características morais muito próximas das exigências sociais de probidade e de respeito pelos bons costumes, não existindo uma diferenciação clara entre os planos ético e deontológico –questão esta que se tornou visível com a discussão que culminou com a formulação do Código Deontológico de 1993 e dos seus grandes princípios do exercício do jornalismo.

O novo Código Deontológico dos Jornalistas foi aprovado pela Assembleia Geral do Sindicato de Jornalistas a 22 de Março de 1993, tendo este, a 4 de Maio do mesmo ano, sido submetido a sufrágio por parte de todos os profissionais procurando, desde modo, estabelecer um compromisso de honra destinado a vincular «todos os jornalistas dignos deste nome e das tradições da sua profissão». O Código Deontológico em causa foi aprovado por 1172 votos num universo estimado de 2582 títulos profissionais existentes (Pina, 1997).

O Código Deontológico de 1993 colheu influências de inúmeras fontes, entre as quais se salienta: o texto de 1975, o Anteprojecto de Código Deontológico (apresentado por uma comissão nomeada pelo Sindicato dos Jornalistas) e as duas outras propostas alternativas que foram apresentadas no 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses. As principais teses plasmadas em códigos deontológicos de outros países (como a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos), assim como textos de instituições internacionais (como a Declaração de Bordéus da Federação Internacional de Jornalistas e da Declaração dos Direitos e Deveres dos Jornalistas, aprovada em 1971, em Munique, pelos representantes dos jornalistas dos países da Comunidade Económica Europeia) foram também elas acolhidas por aquele Código Deontológico.

Camponez sublinha que o Código Deontológico de 1993 possuía uma intenção pedagógica

de combater o desconhecimento dos jornalistas relativamente às regras da sua conduta profissional. A preocupação de elaborar um documento conciso que pudesse ser um instrumento acessível a todos os jornalistas patenteia essa mesma preocupação por parte Código. Este esforço de síntese e concisão foi também, posteriormente, utilizado para elaborar o “cartão da credibilidade” o qual, não obstante possuir o tamanho de um cartão de crédito, contempla os dez pontos da deontologia dos jornalistas. Este trabalho de síntese logrou também em reunir, pela primeira vez na história dos jornalistas portugueses, um conjunto de princípios consensuais e estáveis, contrariamente ao que havia sucedido com o Código Deontológico de 1975.

Pelo exposto se constata que a vontade manifestada pelos jornalistas em adoptar um Código Deontológico, em 1972, cedeu lugar a um modelo de auto-regulação, induzido pela Lei de Imprensa, de 1975. Mais tarde, a partir de 1999, o Código Deontológico dos Jornalistas converteu-se num conjunto de normas profissionais –as quais foram sendo gradualmente apropriadas e impostas pelo próprio legislador–, que, numa linha de coerência jurídica, foram associadas a um modelo sancionatório contrário à própria vontade dos jornalistas (Camponez, 2009).

O Código Deontológico de 93 foi de algum modo “apropriado” pelo Legislador, através da publicação do Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99 de 13 de Janeiro). Note-se, como revela Camponez, que no art.º 14.º deste Estatuto, referente aos deveres fundamentais do jornalista, todos os deveres dos jornalistas (à excepção do princípio definido na alínea c) do citado art.º) possuem uma correspondência com a letra ou com o espírito do Código Deontológico. A inclusão de normativos da deontologia profissional dos jornalistas na letra da Lei poderá ter várias leituras: a de uma mera substituição da deontologia pela Lei; a de que o Código Deontológico não estaria adaptado à realidade jornalística ou a leitura mais consistente de que o Legislador pretendeu reforçar pela via da regulação jurídica, a actividade profissional dos jornalistas, por reconhecer nela o cumprimento de uma relevante serviço de interesse público, daí resultando uma inevitável redundância entre a letra dos normativos deontológicos e a dos normativos legais. Todavia, inequivocamente distintos na natureza que os define e na eficácia que deles se espera.

A Entidade Reguladora da Comunicação Social revelou possuir sérias reservas relativamente à apropriação da deontologia pelo legislador. No seu parecer sobre o novo Estatuto do Jornalista, a Entidade Reguladora da Comunicação Social criticou a opção “de transformar em normas jurídicas comandos de dimensão deontológica” e apontou que isso levaria a “sequelas relevantes, tanto no mundo do Direito como na esfera de actividade dos jornalistas”. A Entidade Reguladora salientou também que alguns conceitos de natureza deontológica, face à sua indeterminação, permitiam a intromissão do sistema legislativo e isso acabaria por confiar aos tribunais “a interpretação e a aplicação de normativos que lhe são extrínsecos, porque característicos do universo socioprofissional”. O parecer criticou, ainda, o facto de a iniciativa legislativa ter efectuado um

trabalho de recombinação, nalguns casos, e de segmentação, noutros, ao invés de se ter limitado a reproduzir o texto deontológico. Ao ter adoptado este procedimento, o Legislador teria efectuado, mesmo com propósitos respeitáveis, uma tarefa de «reescrita», reveladora de uma atitude invasiva da ética e da moral profissional.

De acordo com o parecer em causa, a miscenização ocorrida entre deontologia e Direito, duas ordens normativas diferentes, levaria ao agravamento das normas já previstas pelo Código do Processo Penal, na reelaboração doutrinária de questões-chave da dogmática jurídica e no reforço da responsabilidade civil dos jornalistas.

Segundo a Entidade Reguladora da Comunicação Social, o novo Estatuto do Jornalista teria vindo acrescentar a responsabilidade penal e civil dos jornalistas (através de uma definição imprecisa do termo “disciplinar”), bem como novas situações de “potencial incumprimento das obrigações inerentes aos cargos ou postos de trabalho confiados aos jornalistas” -o que poderia fragilizar, relativamente a estes, as garantias constitucionais de liberdade de expressão e de independência.

II.3.3 - A Responsabilização pela infracção deontológica no jornalismo português

Como diz A. Maia na sua obra de 2007, *“Apesar dos jornalistas portugueses, tal como os jornalistas de todo o mundo, se sentirem muito orgulhosos por assumir a sua auto-regulação voluntária como essencial para a responsabilidade social da sua profissão, esta auto-regulação é muito escassa e, em alguns casos, totalmente irrelevante”*.

Durante o regime ditatorial, explica Camponez, o Sindicato Nacional dos Jornalistas –de modo a cumprir as suas funções de regulação, representação e defesa das relações laborais– possuía um modelo misto de sanções morais e disciplinares. O carácter sancionatório, contudo, alterou-se profundamente com o fim do regime corporativo e com o reconhecimento da liberdade de associação e da liberdade sindical.

O estabelecimento de garantias para o cumprimento do Código Deontológico de 76 foi uma das funções que veio a ser atribuída ao Sindicato dos Jornalistas pela Lei de Imprensa. O Código Deontológico de 1976 tinha um Capítulo dedicado a tais garantias, definindo no seu art.º 2 a aplicação das penalidades previstas nos Estatutos do Sindicato. Ou seja: a advertência, a censura, a suspensão até um ano e a demissão. Neste âmbito, Camponez defende que a remissão efectuada por aquele Código para as sanções do Sindicato fazia com que, em rigor, essas sanções adquirissem uma natureza mais associativa do que profissional, uma vez que as mesmas não englobavam toda a classe profissional dos jornalistas. Na prática, as medidas de suspensão ou de expulsão que eram

aplicadas aos jornalistas –no quadro da liberdade sindical e de associação– não possuíam um efeito penalizador mas, apenas, uma dimensão de censura moral entre pares. Esta situação, por sua vez, segundo o apontado autor, contrariava a própria Lei de Imprensa a qual dispunha que os jornalistas se deveriam dotar de mecanismos sancionatórios que visassem o cumprimento dos seus deveres deontológicos. A Lei em questão não referia, contudo, a natureza daquelas sanções.

A responsabilização deontológica dos jornalistas foi defendida, nos vários Congressos dos Jornalistas Portugueses, por inúmeros profissionais. No 2.º Congresso as sanções foram restritas ao domínio moral– fazendo vencimento a posição que imperava entre os jornalistas de que a profissão apenas deveria estar sujeita a sanções morais– e no 3.º Congresso os jornalistas referiram a necessidade de existir um órgão que fosse capaz de agregar todos os jornalistas em torno das questões fulcrais da deontologia profissional, “eventualmente com capacidade de sancionar aqueles que violem o Código” (3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, 1998).

Na génese do modelo das sanções morais, consagrada no 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, encontrava-se o pressuposto de que um bom sistema de denúncia pública seria suficiente para conseguir impor o respeito pelas regras de conduta jornalística³⁴ (Camponez, 2009). A sanção moral revelar-se-ia, assim, capaz de conseguir dissuadir as práticas jornalísticas irresponsáveis uma vez que a credibilidade assumia um papel fulcral no jornalismo. A defesa das sanções morais como mecanismo sancionatório colhia, também, como argumentos que: a sanção moral se enquadrava num sistema legal mais abrangente que não iria isentar os jornalistas da responsabilidade civil e criminal (nomeadamente, no que dizia respeito às questões mais graves relativas à violação dos limites da liberdade de imprensa); de que não sendo o jornalismo uma profissão liberal, a responsabilização dos seus profissionais não se poderia colocar nos mesmos moldes do efectuado em outras profissões com maior autonomia; e, finalmente, o argumento da ineficácia das sanções morais quando aplicadas dentro do próprio sistema corporativo (Camponez, 2009).

Esta posição, contudo, não era unânime na comunidade jornalística, como bem salienta Camponez, havendo profissionais que defendiam a existência de um sistema mais exigente de responsabilização dos jornalistas ao nível da auto-regulação e da co-regulação. Os defensores desta última posição consideravam que a coercibilidade se assumia como um elemento essencial para que existisse uma sanção efectiva.

Entre os aspectos apontados como responsáveis pela descredibilização da auto-regulação,

34 Foi, aliás, com base neste pressuposto que o Sindicato dos Jornalistas analisou o regime de sanções incluído na Proposta de Lei n.º 76/X e considerou que esta última ao propôr a introdução do princípio da publicidade da sanção no novo Estatuto do Jornalista vinha quer expandir o escrutínio público aos actos dos jornalistas (escrutínio este, por sua vez, permitido através do direito de resposta, da carta dos leitores, dos provedores, entre outros mecanismo), quer estabelecer uma medida que não possuía qualquer paralelo com o que se verificava em outras profissões. (Camponez, 2009)

com base em sanções morais, figuravam, entre outros: a ineficácia dos órgãos de auto-regulação, a permissividade destes últimos face à violação das regras de conduta profissional, a inexistência de um carácter pró-activo ou de um papel crítico daqueles órgãos, e a falta de visibilidade pública dos casos objecto de censura.

Muitos foram, também, os defensores da Ordem dos Jornalistas que consideraram que a suposta propagação dos casos de má conduta profissional entre os jornalistas configurava, por si só, um motivo justificativo de instituições de auto-regulação mais fortes no jornalismo, bem como de modelos sancionatórios com penalizações efectivas, para além das verbais.

O jurista Vital Moreira assumiu a posição que defende que as normas deontológicas apenas têm força vinculativa caso estejam associadas a medidas sancionatórias. O autor entende como “medidas sancionatórias” as decisões punitivas de carácter socioprofissional que não são consideradas como sanções efectivas e que não tem natureza de mera “censura verbal”. Vital Moreira sustenta que, no jornalismo, usar apenas a sanção moral como resposta à violação das normas deontológicas constitui um caso de verdadeira irresponsabilidade deontológica³⁵.

Uma das críticas que, neste âmbito, Carlos Camponez aponta a Vital Moreira consiste no facto de este último desvalorizar a importância da crítica do jornalismo, nomeadamente dos pareceres do Sindicato dos Jornalistas, reduzindo-os a uma mera «censura verbal, por falta de sanções efectivas» com carácter facultativo. Para Camponez, “o Sindicato dos Jornalistas tem seguido o princípio geral de responder a todas as queixas apresentadas àquele órgão, mesmo as referentes a jornalistas não sindicalizados. Esses pareceres tem um carácter público e são objecto de publicação no *site* do Sindicato dos Jornalistas. Por vezes, nomeadamente nos casos mais graves e polémicos, as decisões do Conselho Deontológico são mesmo objecto do tratamento por parte dos meios de comunicação, ampliando ainda mais o seu âmbito de discussão pública” (Camponez, 2009).

A concepção de que as sanções jurídicas não se configuram, necessariamente, como mais desfavoráveis para os infractores, comparativamente às sanções morais, fortalece a opinião dos autores que defendem que, no caso concreto do jornalismo, a reprovação moral funcionaria como uma sanção adequada, não devendo o Estado imiscuir-se na determinação dos deveres ou no regime sancionatório da deontologia dos jornalistas. Esta interferência da lei no domínio da deontologia do jornalismo é ilustrado por Camponez através do regime de sanções, em matéria de responsabilidade deontológica, imposto pelo Estatuto do Jornalista e pelos diplomas que regem o funcionamento da

³⁵ Aquele autor foi, inclusivamente, defensor da criação de uma secção disciplinar dos jornalistas, de âmbito restrito, que funcionasse dentro da própria Comissão da Carteira Profissional do Jornalista. Refira-se, sobre esta questão, que as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 70/2008 de 15 de Abril acabaram por acolher as propostas de Vital Moreira.

Comissão da Carteira Profissional do Jornalista, designadamente o seu estatuto disciplinar³⁶. Saliente-se que o regime de sanções previsto no Estatuto do Jornalista –ao permitir que o Direito se imiscua com a ética e com a deontologia do jornalismo– configura, para a Entidade Reguladora da Comunicação Social, uma situação potencialmente geradora de conflitos a nível da legitimidade na auto-regulação dos jornalistas.

A introdução de sanções disciplinares profissionais surge justificada na Proposta de Lei 76/X como uma forma de colmatar o vazio existente no ordenamento jurídico português, em matéria de responsabilização dos jornalistas pelo incumprimento dos “*deveres legais*”. Camponez afirma, a este respeito, que aquele regime sancionatório reforça e aprofunda a juridificação da deontologia. Não obstante a intenção manifestada por aquela proposta, a versão final da Lei acabou por reconhecer o papel das sanções morais e reduziu o peso das penalidades inicialmente previstas. O referido autor alerta que o poder e a legitimidade que o legislador português detêm no âmbito da definição dos deveres e das responsabilidades do jornalismo e dos jornalistas assume-se como uma situação bastante arriscada e perigosa no panorama jornalístico português, uma vez que tal situação se poderá transformar num instrumento limitador da liberdade de imprensa.

II.4 - Plágio: Análise do conceito

A etimologia da palavra plágio é considerada oriunda do latim, *plagiarius* (sequestrador)³⁷, contudo Skandalakis argumenta que a palavra teria origem no termo grego *plagios* (obliquidade, no sentido daquele que apresenta uma moral desviada).

Os casos de plágios são frequentes na História³⁸, tendo sido acusados desta prática autores

36 (Aviso n.º 23504/2008, de 17 de Setembro).

37 “As origens da palavra plágio remontam ao início do primeiro século, AD, e são atribuídas a Marcus Valerius Martialis, (Martial), conhecido pela sua poesia com carácter satírico, vulgo epigrama. Lê-se na fonte que o plágio, como um epíteto para o roubo da linguagem e das ideias de outro escritor, foi inventado pelo poeta romano Martial. Ao censurar Fidentinus por este recitar as suas palavras como se fossem dele próprio, Martial comparou-o à pior coisa que ele podia considerar – um ladrão de escravos, um plagiário”. Portanto, a partir desta cena, nasce aquela que viria a ser uma das figuras mais censuradas por infringir os mais elementares códigos éticos e morais - o plagiador. Na sua forma mais simples, o que sabemos hoje é que um plagiador é um kidnapper, um raptor, que comete roubo intelectual, que escreve algo que de facto é pertença de outra pessoa, que, em suma viola a ética profissional. Mas, segundo Randall, já a enciclopédia de Diderot, do século XVIII, oferece uma definição de plagiador semelhante às que maioritariamente vigoram nos dias de hoje. “Um plagiador é um homem que a todo o custo quer ser um autor e não tendo nem génio nem talento, copia não só frases, mas também páginas e passagens inteiras de outros autores e tem a má fé de não os citar; ou aquele que com pequenas mudanças e adição de pequenas frases apresenta a produção dos outros como algo que fosse imaginado ou inventado por ele próprio; ou ainda aquele que reclama para ele a honra da descoberta feita por outro”. (Callapez, 2006)

38 De acordo com Pennycook, a criação de textos originais apenas passou a ser valorizada após o movimento Iluminista europeu. Antes deste período, a qualidade de um texto estava intrinsecamente relacionada com a sua autoria anterior e deveria ser fonte de verdade e autoridade, sendo a cópia literal considerada uma prática

ilustres como: Théophile Gauthier, Alexandre Dumas, Rousseau, Eça de Queirós³⁹, Fernão Lopes e Luís de Camões, entre outros. Almeida Garret, autor da primeira Lei portuguesa sobre Direitos de Autor⁴⁰, foi, também ele, considerado um plagiador.

A tarefa de definir o conceito⁴¹ de plágio é extremamente complexa pois o seu significado assume contornos subjectivos⁴² consoante a cultura em que aquele conceito se encontra inserido.

O Grande Dicionário da Língua Portuguesa define plágio como “apropriação ou cópia de trabalho alheio (literário ou científico) sem indicação da verdadeira origem; Rigorosamente, a apropriação, por um autor, de pensamentos, imagens e frases de qualquer outro, sem lhes dar, nem ao todo em que estão inseridos, um cunho pessoal, sendo que este cunho justifica as apropriações.”

Em 1943, Eugénio Aresta debruçava-se já sobre esta questão e avançava definições para o conceito de plágio, considerando “o plágio o roubo da propriedade literária ou científica, quer o roubo da propriedade literária ou científica, quer o roubo claro, copiando ou traduzindo, quer ainda imitando servilmente.” (Aresta, 1943).

O plágio assume-se como uma imitação dissimulada e insidiosa em que o plagiador se apodera da essência e da expressão criativa e original de outrem, apresentando como se fosse sua a obra “sob veste ou forma diferente” (Ascensão, 2008), “conferindo-lhe, muitas vezes, de modo subtil e ardiloso, uma configuração distinta” (Trabuco, 2006).

O plágio pode assumir diferentes formas⁴³, sendo as mais comuns: a cópia literal de textos, a

socialmente aceita, de ampla utilização e que demonstrava a boa qualidade de um texto. Pennycook manifesta-se favorável à ideia de Kearney, segundo a qual a noção de “autor” surgiu num momento de individualização na história das ideias, do conhecimento, da literatura, da filosofia e das ciências. Consequentemente, a elaboração de textos passou a estar directamente relacionada com a noção de propriedade individual, que por sua vez estabeleceu a noção de autoria, dando origem ao texto inédito e original como sendo característico da modernidade ocidental. O plágio literal surge, então, como consequência da noção de individualização da autoria. O plágio pode ser visto também como um movimento de resistência ao modelo cultural ocidental vigente, que valoriza ao extremo a individualidade, a criatividade e a originalidade, deixando de lado a criação a partir de outra criação, sem definições de propriedade ou de autoria. (Pennycook, 1996)

39 Eça de Queirós é considerado um super-plagiário por Eugénio Aresta, o qual expõe algumas obras daquele autor como exemplos de plágio, entre elas, as Conferências do Casino, as *Prosas Bárbaras*, o *Crime do Padre Amaro*, *O Mandarim*, *O Primo Basílio*, a *Ilustre Casa de Ramires*, a *Relíquia* e mesmo nos folhetins da *Gazeta de Portugal*. (Aresta, 1943)

40 A 18 de Julho de 1851 foi publicada a primeira Lei Portuguesa sobre Direito de Autor, mantendo-se esta em vigor até 1867, ano em que a matéria do Direito de Autor foi inserida no Código Civil elaborado pelo Visconde de Seabra.

41 Um conceito «é uma construção abstracta que visa dar conta do real» e que «exprime o essencial dessa realidade, do ponto de vista do investigador». (Quivy & Campenhoudt, 1998)

42 “plagiarism is a relative, not absolute matter”. (Mallon, 2001)

43 Maurer et al. (2006) apontam como actividades que constituem ou resultam em plágio: “a) utilizar o trabalho de outros como sendo da sua própria autoria; b) a cópia de ideias ou palavras sem identificar o(s) autor(es) original(ais); c) não colocar uma citação literal entre aspas; d) fornecer uma indicação incorrecta da fonte bibliográfica a partir da qual determinada informação ou texto foram obtidos; e) mudar algumas palavras da estrutura da frase sem indicar o(s) autor(es) original(ais) da mesma; f) copiar uma grande extensão de texto de uma fonte para utilizar na preparação de um trabalho inédito, mesmo que se conceda o crédito ao(s) autor(es)

tradução (Pennycook,1996), a paráfrase, o plágio de ideias e, ainda, quando se fornecem informações bibliográficas falsas.

Antigamente, sublinha Alexandre Dias Pereira, uma das formas mais comuns de plágio residia na tradução de obras estrangeiras, uma vez que o número de pessoas que sabiam línguas estrangeiras era reduzido e o acesso às obras era diminuto, pelo que tais circunstâncias tornavam difícil, ou mesmo impossível, a detecção de casos de plágio. Muitos desses plágios só posteriormente, com o estudo dessas línguas e das respectivas obras, foram detectados. Actualmente, na nossa sociedade de informação, a cópia *ipsis verbis*, total ou parcial, de uma obra, em que apenas se altera o nome do autor é fácil de identificar pois o acesso à informação é cada vez mais fácil e rápido. Contudo, nem sempre é assim pois, muitas vezes, o plagiador utiliza mecanismos de disfarce para encobrir a cópia. Este “pirata do mar da tinta”⁴⁴ (Aresta, 1943) dissimula, encobre, disfarça, muda a apresentação, a configuração de modo subtil e ardiloso (Trabuco, 2006), com o intuito de que a sua obra pareça original e distinta da obra plagiada. Mas aproveita-se da estruturação ou apresentação do tema, da chamada composição, que se distingue da ideia e da forma (Ascensão, 2008).

Antonio Castán sustenta que “*la obra original es sometida a un hábil proceso de deformación, en virtud del cuál el imitador introduce en ella modificaciones, cambia aspectos formales, sustituye parcialmente unas expresiones o unos rasgos por otros equivalentes o semejantes, consiguiendo de este modo hacer pasar como propios, bajo una presentación formal distinta, los valores estéticos o intelectuales de una obra ajena.*” (Castán, 2001).

O plagiador surge como alguém que rouba os frutos advenientes do esforço criativo e intelectual de outrem. Contudo, apesar do plágio ser aparentemente intencional, também se pode estar perante casos em que não existe, por parte de quem plagia, a intenção de tomar como sua uma obra alheia. Neste contexto, Maurer esclarece que o plágio pode ser:

- a) acidental, quando o sujeito que comete o plágio não tem conhecimento sobre o assunto, ou pouco conhece sobre normas de citação e de referências bibliográficas;
- b) não-intencional, quando o indivíduo que comete o plágio não sabe distinguir e atribuir diferentes graus de relevância às inúmeras fontes de informação que utiliza para citar;
- c) intencional, quando se copia parte do trabalho de outrem sem conceder a este o devido crédito de autoria, e;
- d) auto-plágio, quando se utiliza parte de um trabalho de própria autoria daquele que plagia, sem

original(ais).” (Maurer, 2006)

44 Diz-nos o Eugénio Aresta que para identificar o plagiador é necessário “desmascarar para além das nuvens de fumo das divergências verbais, através das quais o pirata do mar de tinta procura escapar-se, escondendo o pavilhão suspeito, a suspeita natureza do seu barco e abrir fogo contra ele, em condições de tiro muito piores do que aquelas em que se encontra o acusador, quando se trata do plagiato verbal. (Aresta, 1943)

que se faça referência explícita ao mesmo.

II.5 - O plágio no panorama legal português

O jornalismo é uma actividade que consiste no exercício habitual e constante da actividade de escrever em jornais ou outras publicações periódicas. Nestes termos, o exercício do Jornalismo traduz-se na profissão de jornalista, no âmbito da qual são produzidos textos escritos. Os trabalhos jornalísticos são assimiláveis, por via de regra, às obras literárias (Pereira, 1999) merecendo, desde modo, a protecção legal conferida pelo Direito de Autor.

As obras⁴⁵ são criações do espírito humano, enquanto ser cultural (Ascensão, 2008), contudo nem todas as obras merecem a tutela do Direito de Autor, mas apenas aquelas que “são criativas, que trazem algo de novo, expresso através da personalidade do seu autor”⁴⁶. Desde modo, são excluídas da protecção do Direito de Autor, “as ideias, os processos, os sistemas, os métodos operacionais, os conceitos, os princípios ou as descobertas” (n.º 2 do art.º 1.º do CDADC).

Se a obra é utilizada, sem o consentimento do seu autor, mas mantendo o nome desde, estamos perante uma utilização não autorizada, ou seja estamos perante um caso de usurpação (art.º 195º CDADC). Se alguém apresenta uma obra alheia como sendo própria, então existe a utilização do trabalho criativo de outrem, e estamos perante uma contrafacção (art.º 196º CDADC).⁴⁷

Comete crime de contrafacção quem utiliza, como sua, a obra de outrem. A contrafacção pode efectuar-se por reprodução servil ou através de plágio. A reprodução servil é a cópia ou tradução, enquanto o plágio consiste na apropriação do trabalho de outra pessoa. O plágio não tem conteúdo criativo (Trabuco, 2008), não tem individualidade própria e neste “nada se acrescenta à criação alheia” (Ascensão, 2008) a que se recorre⁴⁸. Desde modo, se estivermos perante uma obra que seja de tal modo semelhante com uma obra alheia, a ponto de carecer de expressão criativa e individualidade própria, estamos perante o crime de contrafacção. Na identificação do crime de

45 O art.º 1 n.º 1 do Código de Direitos de Autor e Direitos Conexos considera como obra “as criações intelectuais de domínio literário, científico e artístico, por qualquer modo exteriorizadas”. O n.º1 do art.º 2 do CDADC elenca uma lista (não taxativa) de exemplos de obras que segundo o CDADC se inserem no conceito de obras protegidas.

46 (Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 8864/2008-5 de 16 de Dezembro).

47 Oliveira Ascensão aponta que os conceitos de usurpação e contrafacção, adoptados pelo legislador, estão trocados (Ascensão, 1993).

48 O Tribunal da Relação de Lisboa apontou que para identificar a prática de plágio é necessário aferir se estamos perante uma ausência de criação, ausência de esforço criativo (Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 3501/05.OTBOER.L1-2, de 18 de Junho).

contrafacção é necessário não confundir plágio com influência⁴⁹ e com a utilização de elementos precedentes, uma vez que estes são lícitos e inevitáveis.⁵⁰

No âmbito da contrafacção exclui-se o chamado “copiador de boa fé”, situação que ocorre com frequência na internet, em que aquele que copia não tem consciência de que está a praticar um acto ilícito. Muitos sítios da internet apresentam-se como sendo de reprodução livre, contendo obras autorizadas ou que não são protegidas. Contudo, nem sempre tal se verifica e o utilizador, muitas vezes, não tem meios para confirmar se está efectivamente perante um conteúdo livre ou não.

Uma obra plagiada é punida como crime de contrafacção, previsto no art.º 196.º CDADC, e o critério utilizado para distinguir entre cópia e mera semelhança ou influência é o da individualidade própria. Ou seja, se uma obra, apesar das semelhanças que tiver com outra, possuir uma individualidade própria, se evidenciar um esforço criativo, então estamos perante uma obra criativa que não é considerada plágio.

Nos termos do n.º 2 do art.º 196.º CDADC só a parte ou fracção alheia utilizada como própria é considerada como sendo contrafacção. A distinção que esta norma efectua entre reprodução total e parcial, interessa, sobretudo, para efeitos da determinação da medida da pena (art. 71.º n.º 2, a) Código Penal) efectuada pelo juiz.

Reafirma o n.º 3 do art.º 196.º CDADC que para existir crime de contrafacção não é essencial que a reprodução seja feita pelo mesmo processo que o original, com as mesmas dimensões ou com o mesmo formato ou grafismo.

Até à Lei n.º 114/91 a contrafacção era punida somente a título de dolo, contudo, a partir desta Lei, foi eliminado o advérbio “fraudulentamente”⁵¹ passando também a ser punível a contrafacção a título de negligência (art.º 197, n.º 2 CDADC) (Rebello, 2002).

É necessário distinguir se estamos perante um caso de contrafacção ou perante uma mera citação, porque esta última situação, se feita dentro dos limites legais, é uma conduta lícita. A

49 Oliveira Ascensão referindo-se a inspiração sem apropriação em obra alheia diz que “essa zona estaria nas situações em que a obra alheia tomada como inspiração: naquelas em que o autor, dentro da sua criação cultural, faz outra obra, sem modificar ou transformar a primeira. Esta, embora reconhecível, não foi utilizada, no sentido do direito de autor. Enquanto assim acontecer, as exigências da criação cultural levam a que a actuação permaneça livre. Doutro modo amputar-se-ia ao diálogo cultural e portanto a liberdade de expressão. Mas o fundamento só se pode encontrar no alto nível criativo próprio. Há que rejeitar cuidadosamente tudo o que represente apropriação disfarçada de obra alheia. (Ascensão, 2007)

50 Reforça Eugénio Aresta apontando que existe uma ribeira fronteira entre o bem e o mal, entre os processos honestos e desonestos de fazer um livro, entre a influência e o plágio, sendo um “leviano «assacador de plágios», aquele que os vir no registo de conceitos, de pensamentos ou de expressões que, começando por ser de alguém, desceram ao *Forum* e passaram a ser de toda a gente, tornando-se impessoais e objectivas “,” que não saiba ou não queira fazer a distinção entre o que possa ir buscar-se a obra de outros, utilizando-os apenas como simples «textos capazes de fornecer material» aos quais se dará arquitectura própria, e o roubo premeditado e mal intencionado. (Aresta, 1943)

51 No Decreto-Lei n.º 13 725 de 27 de Maio de 1927 era denominada de “contrafacção fraudulenta” (art.º 126.º).

citação encontra-se prevista na alínea g) do n.º 2 do art. 75º CDADC, nestes termos:

“A inserção de citações ou resumos de obras alheias, quaisquer que sejam o seu género e natureza, em apoio das próprias doutrinas ou com fins de crítica, discussão ou ensino, e na medida justificada pelo objectivo a atingir”. Esta previsão é completada pelo n.º 2 do art. 76º que estipula que as citações não se devem confundir na obra em que estão a ser utilizadas, nem podem ser “tão extensas que prejudiquem o interesse por aquelas obras”.

A doutrina, tem encetado a discussão se a citação deve, ou não, ser considerada uma conduta lícita e sobre quais os requisitos, nomeadamente o tamanho, que aquela deve respeitar. A Convenção de Berna imponha que as citações fossem curtas contudo, após a revisão daquele diploma, passou-se apenas a impôr que as citações sejam conformes aos bons costumes e na medida justificada para o fim a atingir (art.º 10.º, após a revisão de Estocolmo)⁵².

Oliveira Ascensão defende que caso a citação seja objectivamente justificada, nenhum limite de extensão lhe poderá ser imposto mas sublinha, contudo, que a citação só pode abranger “o que for exigido e justificado pelo mesmo fim” (Ascensão, 2008) sob pena de ser considerada ilícita.

Ao crime de contrafacção corresponde uma pena de prisão até 3 anos e multa de 150 a 250 dias que varia de acordo com a gravidade da infracção o que remete para critérios da determinação da pena do Código Penal (arts. 47º e ss e 70.º e ss CP). Em caso de reincidência, as penas são agravadas para o dobro – até 6 anos de prisão e não há suspensão de pena – art.º 197 n.º 3 CDADC, assim como também não tem efeito suspensivo o recurso da decisão que aplicar coima de montante inferior a 399,04 euros (art.º 207 CDADC). O n.º 2 do art.º 197 CDADC estipula que a negligência é punível com multa de 50 a 150 dias.

III. Plágio na imprensa escrita

Os casos de plágio praticados por jornalistas da redacção do Jornal Público, escolhidos como campo de análise, foram expostos pelo Provedor do Leitor daquele diário, na sua coluna de opinião, após queixa que lhe foi efectuada por parte dos leitores daquele Jornal.

Os casos de plágio seleccionados resultaram de uma pesquisa feita, no site do jornal Público, aos artigos de opinião do Provedor do Leitor, publicados entre Janeiro de 2006 e Março de 2011,

⁵² A Directiva 2001/29/CE, de 22 de Maio, relativa à harmonização de certos aspectos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da Informação, permite no seu art.º 5º, n.º 3, alínea d) “citações para fins de crítica ou análise, desde que relacionadas com uma obra ou outro material ilegalmente tornado acessível ao público, desde que, excepto quando tal se revele impossível, seja indicada a fonte, incluindo o nome do autor, e desde que sejam efectuadas de acordo com os usos e na medida justificada pelo fim a atingir.

tendo sido escolhidos os artigos que faziam referência a casos de plágio praticados por jornalistas. A escolha do Jornal Público foi impulsionada quer pelo facto de este órgão de comunicação possuir um livro de Estilo –o qual define as regras e os princípios que regem a actividade dos jornalistas daquele jornal–, quer pelo facto daquele Jornal colocar na sua página online os artigos de opinião do Provedor do Leitor (de salientar que o site do Jornal Público dispõe de uma página dedicada ao Provedor do Leitor em que se encontram os textos deste último, bem como uma ligação ao seu respectivo blogue).

Com a abordagem dos casos de plágio praticados por jornalistas da redacção do Jornal Público, visou-se, por um lado, percepção da forma de plágio praticada por estes profissionais e, por outro lado, analisar os esclarecimentos dados por estes jornalistas ao Provedor do leitor, face à acusação de plágio que sobre eles recaía.

III.1 - O Caso da jornalista Clara Barata

Clara Barata, jornalista da redacção do Jornal Público e editora da secção ciência deste mesmo diário, escreveu na Revista Pública, a 22 de Outubro de 2006, um artigo intitulado “Em busca do autobronzeador ideal” (Anexo VIII.3).

O Provedor do Leitor do Público, Rui Araújo, recebeu uma queixa de um leitor na qual este sustentava que o texto daquela jornalista havia tido “a sua origem numa tradução de um texto anglo-saxónico”. Afirmava o leitor que “parece mesmo que é efectuado um “copy & paste” do inglês que depois é traduzido por cima.” (Araújo, 2007)

O Provedor do Leitor, face ao que lhe havia sido comunicado, pediu um esclarecimento à editora da Revista Pública, a jornalista Dulce Neto, a qual, por sua vez, lhe explicou que o ocorrido se tinha tratado de um “lamentável lapso de edição”. O Provedor solicitou, igualmente, uma justificação do sucedido à jornalista em causa, Clara Barata, a qual veio sustentar que era:

“lamentável que o texto tenha saído assim (...) Não está citado porque consultei vários sítios na Internet, para recolher informação e compará-la. Nem sempre esse trabalho de pesquisa é citável, porque podem ser mais as citações do que o próprio texto, como era o caso dessa caixa. Sei que algumas pessoas gostam de dizer que copiamos tudo e traduzimos, mas fazemos o mesmo que qualquer pessoa que esteja a estudar um determinado tema faz, que é procurar informação, compará-la e trabalhá-la, sobretudo quando se procura fazer passar uma informação útil, como é o caso dessa caixa. As citações são essenciais, mas devem-se fazer quando se utiliza de facto um naco de informação único de precioso para

compor o trabalho (por exemplo, podem-se consultar vários jornais e todos reproduzem um mesmo telex, com pequenas afinações; da mesma forma, uma informação de saúde pode ser apresentada em vários “sites”, livros e outras fontes, na íntegra ou com pequenos ajustes, e não se devem citar todos os sítios consultados). Para fazer a caixa, não me lembro que sítios citei, mas sei que andei por vários sítios para coligir informação. O que não devia ter acontecido era sair um extracto em inglês - até porque o texto passou por várias mãos até sair –, isso com toda a certeza...”(Araújo, 2007)

O Provedor do Leitor, na sua coluna do Jornal Público intitulada “Uma forma de Plágio” (Anexo VIII.1), expôs o caso de plágio da Jornalista Clara Barata tendo considerado “inaceitáveis” as justificações dadas por aquela profissional. O Provedor do Leitor, na análise que efectuou do caso, considerou que a jornalista tinha, no artigo em questão, copiado frases na íntegra (na ordem exacta do original) sem ter inserido aspas nem indicado a autoria da informação. A jornalista Clara Barata respondeu, então, a tais acusações sustentando que:

“Porque haviam de estar colocadas entre aspas essas frases, pergunto eu? Não me lembro de onde tirei os dados da caixa, podem ter vindo em grande parte de um sítio, não faço a mais pequena ideia, mas duvido que seja de algum autor que se sinta espoliado (porque são dados factuais, como já disse várias vezes). E as últimas frases devem estar repetidas em todas as notícias escritas sobre o assunto, mais ou menos da mesma forma, porque são provenientes de um comunicado de imprensa. Quem quiser procurar frases e expressões iguais ou semelhantes a outras em inglês ou português encontrá-las-á muito no Público ou até no New York Times”. (Barata in Araújo, 2007)

A Direcção Editorial do Jornal Público, a 10 de Janeiro de 2007, publicou uma nota sobre a suspeita de plágio que recaia sobre a jornalista em causa, apontando que a exposição pública do caso, feita pelo Provedor do Leitor, constituía “já, e só por si, uma dura crítica aos métodos que são atribuídos à referida profissional para a realização do trabalho em causa”. A Direcção solicitou “uma reunião urgente ao Conselho de Redacção (CR) do jornal, órgão que tem como principal função a avaliação das condutas éticas e deontológicas dos jornalistas. O mesmo fez, de resto, a profissional em causa”, de modo a tomar uma posição, relativamente a este caso de plágio. A Direcção Editorial do PÚBLICO comprometeu-se, ainda, a tornar públicos todos os documentos que fossem e tivessem “elaborados sobre este caso, criando para tal um espaço especial no nosso

site na internet". Efectivamente foi criada, no site do Jornal, uma área com todos os documentos relevantes relativos ao caso "Uma forma de plágio".

O Conselho de Redacção ouviu o Provedor do Leitor e a jornalista envolvida, analisou os artigos no cerne da polémica e concluiu que a jornalista havia, efectivamente, violado a regra do Livro de Estilo do Público no tocante às situações que envolviam a transcrição de informações não recolhidas directamente pelos jornalistas daquele Jornal. Face ao sucedido, o Conselho de Redacção (CR) efectuou três recomendações:

"a) O CR relembra a importância de atribuir correctamente a informação, identificando sempre todas as fontes utilizadas de acordo com os princípios do Livro de Estilo.

b) O CR recomenda à Direcção Editorial que deve clarificar e uniformizar os critérios de citação usados em todo o jornal, nomeadamente no que diz respeito a caixas e textos não assinados.

c) O CR entende que é igualmente importante clarificar e uniformizar os critérios sobre a assinatura de textos, designadamente dos que se baseiam quase exclusivamente no tratamento e edição de textos de agências noticiosas." (Comunicado do Conselho de Redacção do Público, 2007)

A Direcção do Público após ter analisado os factos em causa, estudado o parecer do Conselho de Redacção e ouvido as pessoas envolvidas no caso "Uma forma de plágio", emitiu, a 18 de Janeiro de 2007, uma nota na qual assumia a *"total responsabilidade por todos os erros, lacunas e insuficiências verificados no trabalho da redacção"* e referia que *"o presente caso ilustra que determinadas regras não se encontram suficientemente clarificadas ou interiorizadas, comprometendo-se perante os leitores a esclarecê-las e a fazê-las cumprir por toda a Redacção e a apurar e aplicar regras de controlo de qualidade mais apertadas"*.

A Direcção daquele Jornal considerou, ainda, que a jornalista Clara Barata havia adoptado um procedimento errado (e inaceitável) ao utilizar no seu texto parágrafos adaptados ou traduzidos de um artigo da revista "New Scientist", sem ter identificado claramente a fonte e os excertos que havia utilizado. A Direcção do Público, não obstante considerar censurável o comportamento da jornalista Clara Barata, decidiu não colocar um processo disciplinar à jornalista face à *"insuficiente clarificação de algumas das regras que foram agora quebradas e perante a existência, que admite, de práticas erradas do mesmo tipo – ainda que de menor gravidade –, seria injusto fazer deste 'um caso exemplar', por muito rentável que isso pudesse ser em termos de exposição mediática."* Apontou ainda que *"a exposição pública do caso e esta censura que entendeu também tornar pública, constituem instância suficiente de consciencialização do erro, de sanção e uma forte motivação para a sua correcção – que são os seus objectivos fundamentais, em prol dos leitores."* (Nota da Direcção do Público sobre o caso "Uma Forma de Plágio", 2007).

III.2 - O caso da jornalista Francisca Gorjão Henriques

Na sua coluna de 21 de Maio de 2006, o Provedor do Leitor do Jornal Público, Rui Araújo, expôs a queixa de dois leitores que salientavam o facto de “um artigo da BBC News, escrito pelo Sr. Gavin Esler” ter sido “*‘traduzido’ e publicado no jornal PÚBLICO no dia 10/04/2006 sob a assinatura de um jornalista. Neste artigo, o Sr. jornalista não menciona a fonte e limitou-se a fazer uma tradução literal desse artigo.*”(Araújo, 2006) (Anexo VIII.8).

O artigo em causa, com o título “*Como os EUA perderam a América Latina*” (Anexo VIII.9), era da autoria da jornalista do Público, Francisca Gorjão Henriques, e havia sido publicado a 9 de Abril de 2006. O Provedor do Leitor pediu, então, esclarecimentos à jornalista relativamente ao plágio de que esta era acusada. Francisca Gorjão Henriques, em sua defesa, afirmou que o título do seu artigo se baseava “*numa citação do analista que escreveu o artigo da BBC, devidamente identificada no meu texto*” (Araújo, 2006). Tanto a jornalista como a respectiva editora haviam considerado que a autoria do artigo utilizado por aquela profissional “*ficava atribuída para quem lesse o conteúdo*”. Sublinhou ainda a jornalista que “*o próprio título da BBC poderá ser inspirado no de outro artigo (que também vem citado amplamente no meu texto, mas não no da BBC) escrito por Peter Hakim para a Foreign Affairs de Janeiro-Fevereiro: ‘Is Washington losing Latin America’*” (Henriques in Araújo, 2006).

Francisca Gorjão Henriques afirmou ainda que “*as referências ao artigo da BBC on-line estão sempre identificadas e devidamente citadas (...). O meu texto baseou-se, claramente, no confronto dos pontos de vista de dois analistas, que foram sempre identificados e citados, do princípio ao fim*”. A jornalista considerou também que havia mudado “*algumas palavras à frase de Hakim, ainda que poucas, já que se trata de uma informação factual e não de carácter opinativo, e por isso não coloquei as aspas nessa frase – que é antecédida por uma citação e seguida da conclusão de Hakim*”(Henriques in Araújo, 2006).

No site do Jornal Público, não se encontra qualquer referência a uma eventual reacção por parte da Direcção Editorial do Jornal Público ou do Conselho de Redacção relativamente a este caso.

III.3 - O caso da jornalista Ana Fragoso

O Provedor do Leitor do Jornal Público, Rui Araújo, recebeu a queixa de um leitor segundo

a qual a notícia "Erro do ICN viabilizou parque eólico em Espanha" (Anexo VIII.12), da autoria da jornalista Ana Fragoso, transcreveria um texto da agência noticiosa Lusa. Na referida queixa, o leitor apontava que a notícia em questão havia reproduzido *“um facto objectivamente falso sem contactar as pessoas envolvidas”*, pois a agência Lusa havia cometido um erro factual naquela notícia.

A jornalista Ana Fragoso ao ser abordada pelo Provedor do Leitor, relativamente a esta situação, explicou que no seu texto *“as declarações transcritas da Lusa estão devidamente identificadas”* e apontou que *“o título da notícia se baseou num texto da agência Lusa, que citava um dos responsáveis do ICN”* (Fragoso in Araújo, 2006). A jornalista referiu que o artigo havia sido assinado por si com a agência Lusa e, por razões que desconhecia, tinha acabado por ser publicado unicamente com a sua assinatura. *“Não é norma cortar o nome da Lusa ou de outros jornalistas do próprio jornal, quando há textos escritos em conjunto”* referiu ainda a jornalista.

Para compreender o que havia sucedido, o Provedor do Leitor do Público decidiu também pedir esclarecimentos ao editor, Nuno Sousa, relativamente ao facto de ter sido retirado o nome da agência Lusa da assinatura daquela peça. Nuno Santos respondeu que a ausência de *“referência à agência Lusa na assinatura do texto é um mero lapso, que muitas vezes deriva dos constrangimentos de fecho do jornal. Sempre que as peças jornalísticas são elaboradas por um jornalista do PÚBLICO com recurso a informações de agência, é regra assinar-se com ‘Lusa’ (no caso) no final do texto, logo a seguir ao trinco. Acontece que, por vezes e inadvertidamente, essa última referência desaparece na etapa de fecho das páginas quando é necessário ajustar o tamanho do texto ao espaço disponível. (...) Será relevante, porém, notar que as declarações extraídas do telex da Lusa estão perfeita e devidamente identificadas no texto (...) pelo que me parece não haver margem para dúvidas relativamente ao veículo dessa informação em particular”* (Santos in Araújo, 2006).

No site do Jornal Público, não se encontra qualquer referência a uma eventual reacção da Direcção Editorial do Jornal Público ou do Conselho de Redacção relativamente a este caso. Contudo, constata-se que a notícia “Erro do ICN viabilizou parque eólico em Espanha”, disponível no arquivo online do referido Jornal, surge sem a assinatura da jornalista e apenas com o nome da agência Lusa.

III.4 - O caso da jornalista Ana Gomes Ferreira

José Queirós, Provedor do Leitor do Público, na sua crónica de 27 de Março de 2011, debruçou-se sobre a acusação de plágio que um leitor havia feito à jornalista Ana Gomes Ferreira

(Anexo VIII.15). O leitor (e autor de um blogue alegadamente plagiado pela jornalista) queixava-se *“de não ter sido feita na peça do PÚBLICO qualquer referência ao nome do blogue, ao respectivo link ou à sua própria identidade de autor do texto”*. Afirmava também o leitor que o corpo do artigo em causa não era *“mais do que um resumo da história (...) conforme contada no meu blogue, contendo citações textuais sem indicação da fonte e várias expressões por mim usadas”* (Queirós, 2011).

A jornalista em questão veio explicar que a referência ao blogue constava do seu texto, mas contudo reconhecia que *“lamentavelmente, o nome do blogue [na peça de 23/1] não está em caixa alta”*, tendo este, sim, sido *“um lapso da nossa parte, pelo qual devemos pedir-lhe as maiores desculpas”* (Ferreira in Queirós, 2011). O autor do blogue solicitou que o Jornal Público publicasse uma nota a esclarecer que o texto da jornalista se baseava num artigo do seu blogue, cujo nome, título e endereço pedia que fossem indicados. O Jornal assim o fez.

III.5 - Caso da jornalista Joana Amado

No seu artigo intitulado “Copianço” (Anexo VIII.6) o Provedor do Leitor, Rui Araújo, revelou a indignação de um leitor pelo facto da jornalista Joana Amado ter assumido a autoria de uma peça da agência noticiosa britânica Reuters em que, aquela profissional, se teria limitado a traduzir o artigo na íntegra de inglês para português.

O Provedor pediu, então, que a jornalista explicasse o sucedido. A jornalista veio assumir que *“não devia ter assinado esse texto. (...) Cito três vezes a Reuters e cito a revista The Advocate (o primeiro artigo que me chamou a atenção para a história), mas devia ter citado mais. Reconheço que foi um erro não o ter feito”*. (Amado in Araújo, 2007)

No site do Jornal Público, não se encontra qualquer referência a uma eventual reacção da Direcção Editorial do Jornal Público ou do Conselho de Redacção relativamente a esta situação.

III.6 - O caso do jornalista Carlos Pessoa

O Provedor do Leitor, após ter tido conhecimento, por um leitor, que o jornalista Carlos Pessoa haveria cometido um plágio de um texto de Larousse, interpelou este profissional. O jornalista veio, então, esclarecer que *“Depois de ler a carta do leitor fui verificar. A surpresa deu lugar ao espanto, depois ao estado de choque e por fim, à estupefacção: como é possível que ‘isto’ tenha acontecido?! (...) a resposta é simples: não sei...”* e afirmou, ainda, que *“em quase 30 anos*

de profissão não têm conta as vezes em que já passei por situações semelhantes, mas sempre do outro lado da equação; ou seja, reconhecendo (ou julgando reconhecer) em textos alheios, assinados ou não, fragmentos ou vestígios do trabalho próprio, aos quais não foi atribuído o legítimo crédito.” (Pessoa in Araújo, 2007)

Em sua defesa, Carlos Pessoa, recorreu aos argumentos de que seria “*prática corrente aquilo que na gíria do meio designamos por ‘reciclagem de informação’ – uma expressão usada para traduzir a reutilização em data posterior de informação produzida num dado momento pelo próprio. Foi o que sucedeu com o texto (...) a que o leitor alude, no qual é recuperada parte substancial de um outro artigo meu publicado em 1998 (...). Nesse texto (...) é citado expressamente Claude Moliterni, embora não nomeie a obra*” (Pessoa in Araújo, 2007).

No site do Jornal Público, não se encontra qualquer referência a uma eventual reacção que tenha sido tomada pela Direcção Editorial do Jornal Público ou pelo Conselho de Redacção relativamente a este caso.

III.7 – Análise dos casos de plágio supra mencionados

Os artigos de opinião do Provedor do Leitor do Jornal Público, seleccionados como objecto de análise, explanam queixas de leitores, relativamente a casos de plágio praticados por jornalistas da redacção daquele diário, e revelam os esclarecimentos dados por aqueles profissionais ao Provedor relativamente à acusação que sobre eles recaía.

O Jornal Público, no seu Livro de Estilo, considera “*o plágio uma conduta absolutamente inaceitável. Todas as informações recolhidas em qualquer documento ou noutros órgãos de comunicação devem ser sempre devidamente atribuídas.*” Seguindo o art.º 6.º do Código Deontológico, o qual determina que o jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes, também as regras do Livro de Estilo do Jornal Público dispõem também que “*a assinatura de um texto deve reflectir de forma rigorosa a sua autoria*”.

Após a leitura do artigo “*Em busca do autobronzeador ideal*” da jornalista Clara Barata e das fontes que esta profissional utilizou para a elaboração do mesmo (o texto da wikipédia e o artigo “*Tan stimulant may bronze even the fairest skins*” da revista New Scientist) constata-se que no texto da caixa do seu artigo, intitulado “*Os efeitos de UVA e UVB*”, a jornalista efectua uma cópia, praticamente, integral e feita pela mesma ordem do texto da Wikipédia, não tendo a jornalista inserido aspas, indicado a fonte ou a autoria deste último texto. Também o Provedor do Leitor considera, na sua crónica relativa a este caso, que o conteúdo da caixa é uma “reprodução fiel e na ordem exacta do original” (Araújo, 2007).

Clara Barata no texto principal do seu artigo efectuou, igualmente, a tradução (quase literal) de inúmeros parágrafos do artigo *“Tan stimulant may bronze even the fairest skins”* da Revista New Scientist não fazendo qualquer citação ou recorrendo à utilização de aspas. Aquela revista surge apenas, no artigo de Clara Barata, como fonte de um depoimento citado pela jornalista. A profissional em questão, apesar de ter omitido aquele artigo como fonte, procedeu à identificação das fontes das citações (feitas em discurso directo) que constavam no artigo da Revista New Scientist. No mesmo sentido considerou o Provedor do Leitor, segundo o qual a jornalista “revela as fontes das citações (discurso directo) que reproduz, mas omite outras (as de discurso indirecto!). Copiou literalmente –ou quase– inúmeros parágrafos da New Scientist, sem mencionar a fonte e sem colocar o texto entre aspas” (Araújo, 2007).

Apesar de não ter assinado o texto da caixa, a Sr.^a jornalista deveria ter identificado a fonte daquela informação. Relativamente ao texto principal do artigo de Clara Barata, também a jornalista deveria ter mencionado a fonte da informação utilizada e usado aspas nas frases transcritas literalmente da revista New Scientist. Ao não ter adoptado esta prática jornalística e, ao invés, ter assinado, como sendo seu, um artigo em que utilizava o trabalho de outros autores (sem mencionar a autoria dos mesmos), ao ter copiado parágrafos sem identificar os respectivos autores originais e ao não ter colocado entre aspas as citações literais que fez, a jornalista em causa praticou, como salienta Maurer, várias actividades que resultaram na prática de plágio. Com esta sua conduta, Clara Barata violou quer o Código Deontológico dos jornalistas quer o Livro de Estilo do Jornal Público.

A jornalista Francisca Gorjão Henriques, relativamente ao plágio de que foi acusada, começou por se referir, desde logo, ao título da sua notícia *“Como os EUA perderam a América Latina”*, contrapondo-o à versão inglesa do mesmo: *“How the US ‘lost’ Latin America”* escrita pelo jornalista Gavin Esler da BBC, e ela mesma reconheceu, sem qualquer constrangimento, que o título por si usado era uma mera tradução do título desta segunda notícia. Todavia, a jornalista sustentou que o título do seu artigo se propunha apenas a ser “uma citação do analista que escreveu o artigo da BBC”, [um *título declarativo*, dizemos nós], e que o próprio título da BBC se teria inspirado no artigo escrito por Peter Hakim para a Foreign Affairs de Janeiro-Fevereiro: *“Is Washington losing Latin America?”*.

De facto, a fronteira entre “inspiração” e “cópia” é bastante ténue no exercício lúdico que é a construção de um “título declarativo”. Contudo, se atendermos ao facto de que a cópia se assume como uma actividade sem conteúdo criativo, autónomo ou individualidade própria, consistindo meramente na apropriação do trabalho de outra pessoa, é irrefutável que a jornalista Francisca Gorjão Henriques plagiou o título de Gavin Esler, sobretudo pelo facto de não ter feito referência à autoria da “declaração” no corpo da notícia. Neste sentido, foi também, o entendimento do provedor do Leitor (Rui Araújo).

A jornalista considerou que as “*referências ao artigo da BBC online estão sempre identificadas e devidamente citadas*”. Contudo, a simples comparação dos excertos da notícia fragiliza esta sua tese. O Provedor do Leitor, na análise que fez deste caso de plágio, apontou que a jornalista havia reproduzido um parágrafo inteiro da revista “Foreign Affairs” sem colocar aspas e sem mencionar a autoria do texto. Vejamos:

Francisca Gorjão Henriques: “Os Estados Unidos têm ainda assim um mercado considerável na região, com as exportações americanas a atingirem mais de 150 mil milhões de dólares por ano – quase tanto como o que exporta para a União Europeia.”

Foreign Affairs: “The United States still has a big market in Latin America, with U.S. exports to the region valued at more than \$150 billion a year, almost as much as the value of its exports to the European Union.”

Constata-se, efectivamente, que a jornalista utiliza no seu artigo um parágrafo do artigo “*Is Washington losing Latin America?*” de Peter Hakim, publicado na Foreign Affairs, não tendo utilizando aspas nem mencionando o autor da informação. Por tal razão, a conduta da Sr.^a jornalista reúne todos os elementos típicos que caracterizam o plágio. Também neste sentido foi a opinião do Provedor do Leitor que considerou que Francisca Gorjão Henriques “assumiu indevidamente a autoria de parcelas de texto” (Araújo, 2006).

Em todo o caso, a Sr.^a jornalista defende-se argumentando que todo o seu artigo era “*construído à volta das duas análises, e apenas duas, sendo isso bastante claro ao longo do texto. Considero que a informação que estou a dar é atribuída ao autor do artigo da Foreign Affairs, Peter Hakim (....). Mudei algumas palavras à frase de Hakim, ainda que poucas, já que se trata de uma informação factual e não de carácter opinativo, e por isso não coloquei as aspas nessa frase – que é antecedida por uma citação e seguida da conclusão de Hakim, que, repito, estão entre aspas. Julgo que não levanta quaisquer dúvidas sobre o facto de se tratar ainda de uma referência ao artigo da Foreign Affairs e que não reclama para mim a sua autoria.*” (Henriques in Araújo, 2006)

Apesar das justificações dadas pela jornalista, esta deveria ter utilizado aspas ou mencionado as fontes que utilizou no seu artigo de modo a fazer, claramente, a separação entre o seu trabalho e a informação que havia retirado de outras fontes. A leitura do artigo da jornalista revela que tal não sucedeu. A sua conduta profissional, no artigo em análise, deveria ter sido a de permitir que o leitor soubesse, sem margem para dúvidas, qual a fonte da informação que a jornalista havia utilizado e, se o pretendesse, pudesse ele próprio consultar a peça original. Também o Provedor do Leitor, Rui Araújo, defendeu na sua crónica “*Autoria Primeira Parte*” que o “*texto reproduzido pela jornalista*

do Público devia estar entre aspas e indicar a fonte”.

A jornalista afirmou que sendo a informação “*factual e não de carácter opinativo*” não a tinha que colocar entre aspas. Contudo, a autoria do texto que reporta tais factos não se revela de forma evidente, pelo que teria sido indispensável que a jornalista tivesse identificado o seu autor ou a sua fonte. Note-se que a citação da informação utilizada, mesmo que pequena e factual, deve ser sempre acompanhada da referência clara à sua origem ou autoria. Esta prática jornalística deve ser vista como um serviço prestado aos leitores que desejem confirmar as informações ou aprofundá-las, permitindo-se, assim, que estes afirmem a credibilidade das fontes utilizadas.

A leitura da notícia da jornalista Ana Fragoso (Anexo VIII.14), bem como do texto da agência noticiosa Lusa (Anexo VIII.13), permite constatar que aquela jornalista fez uma transcrição literal de um parágrafo do texto da agência Lusa no seu artigo. Façamos, como o Provedor do Leitor na sua crónica relativa a este caso, o exercício de contrapor e comparar os *lead* das notícias da Sr.^a Jornalista e da Agência:

Ana Fragoso: “O arquivamento indevido de uma informação no Instituto de Conservação da Natureza (ICN) permitiu a instalação, sem avaliação ambiental, de um extenso parque eólico espanhol junto a uma área protegida de Bragança”.

LUSA: “O arquivamento indevido de uma informação no Instituto da Conservação da Natureza (ICN) permitiu a instalação de um extenso parque eólico espanhol junto a uma área protegida de Bragança sem avaliação ambiental, disse à Lusa fonte do ICN”.

A única diferença existente entre estes dois parágrafos reside apenas no facto da jornalista ter retirado “disse à Lusa fonte do ICN”. A jornalista deveria ter usado aspas na informação que transcreveu literalmente da agência Lusa pois assim o impõem os princípios éticos e o próprio Livro de Estilo do Jornal Público. A jornalista contudo, ao longo do seu artigo, foi identificando as declarações que foi transcrevendo do despacho daquela agência noticiosa (p.ex.: “*O erro foi da minha divisão. O erro foi meu!, declarou à agência Lusa Henrique Pereira dos Santos, chefe da divisão de apoio à gestão das áreas protegidas no ICN.*”). A profissional Ana Fragoso deveria, no entanto, ter assinado o seu artigo com o seu nome e com o nome da agência Lusa, uma vez que recorreu a uma “parte significativa do texto da agência Lusa” como salientou, correctamente, o Provedor do Leitor (Araújo, 2006). Só através da adopção de tal comportamento a jornalista clarificaria, também, a responsabilidade de uma eventual incorrecção da informação veiculada pela agência Lusa. A jornalista, ao não ter adoptado aquele comportamento, incorreu na prática de plágio.

A título de ilustração, atentemos ainda na leitura da peça da Sr.^a jornalista Ana Gomes Ferreira, relativa à carreira 7 de autocarros da Carris (Anexo VIII.16), sobre a qual recaía também uma suspeita de plágio. A jornalista no seu artigo revelou, desde logo, que se havia baseado em informação coligida na internet, uma vez que a mesma refere *"para esta história fotográfica, interessa-nos o blogue que conta a história das carreiras da Carris"* e *"lê-se na página dedicada ao 7"*. Em todo o caso, a jornalista não refere explicitamente o texto *"7 (e 7A): O autocarro da Avenida de Roma"*, publicado em Fevereiro de 2010 no blogue *"História das Carreiras da Carris"*.

A jornalista Ana Gomes Ferreira quando cita informação retirada do referido blogue, faz um correcto uso das aspas, como o ilustra bem o seguinte trecho da sua peça: *"Em 1956, a Câmara iniciou finalmente a grande reconstrução da Avenida de Roma; e durante cerca de um ano o 7 viajou com alterações de percurso, quarteirão a quarteirão, enquanto a avenida ganhava um rosto condizente com a modernidade que apregoava"*.

A jornalista, apesar de não ter mencionado no seu artigo o nome exacto da fonte da informação utilizada, citou entre as devidas aspas a informação retirada do blogue sobre os autocarros de Lisboa, tendo tornado assim claro, para o leitor, que aquela informação não era da sua autoria. A jornalista não usou excertos ou adaptações de excertos do blogue consultado, para além dos que citou entre aspas. A conduta da jornalista Ana Gomes Ferreira, no artigo em causa, não configura um caso de plágio pois aquela profissional usou a informação do blogue como fonte do seu artigo e concedeu-lhe o respectivo crédito, apesar da referência ao nome do blogue não estar correctamente indicada.

O Provedor do Leitor, José Queirós, considerou *"injusta a acusação de plágio"* feita à jornalista, uma vez que esta havia citado *"entre as devidas aspas a frase que retirou do blogue sobre os autocarros lisboetas, tornando claro que esta não era da sua autoria, e identificou—é certo de que de forma deficiente— a sua origem"* (Queirós, 2011).

Relativamente a um outro caso de plágio supostamente praticado pela Sr.^a jornalista Joana Amado, o Provedor do Leitor, Rui Araújo, considerou que esta havia utilizado no seu artigo vários parágrafos (em parte ou na totalidade) do texto da agência noticiosa Reuters, nunca mencionando a fonte e quase nunca inserindo aspas. A jornalista, com esta prática jornalística, incorreu na prática ilícita do plágio, pois deveria ter assinado a peça com o seu nome e o da agência Reuters. Neste sentido, Rui Araújo afirma que *"teria sido, portanto, preferível que a assinatura do texto referisse "Joana Amado com Reuters". Pelo menos isso. Essa formulação (que não demorava muito tempo a formular e não representava um aumento substancial do número de caracteres) teria evitado o protesto do leitor e a intervenção do provedor. E mais: teria tornado a leitura do artigo, decididamente, bem mais escorreita"* (Araújo, 2007).

O Sr. Provedor sugeriu ainda uma forma escorreita de proceder em casos análogos, nestes

termos: Quando o trabalho do jornalista resulta da *“mera fusão de dois ou mais despachos de agência, sem qualquer participação do jornalista além do trabalho de tradução, adaptação e/ou edição, a assinatura deve apenas referir as agências noticiosas envolvidas, segundo a ordem em que tenham contribuído para o texto final”* (Araújo, 2007).

O jornalista Carlos Pessoa, referindo-se ao modo como a prática do plágio se insinua no exercício da actividade profissional de jornalista, dá-nos conta da sua própria experiência, nestes precisos termos: *“em quase 30 anos de profissão não têm conta as vezes em que já passei por situações semelhantes, mas sempre do outro lado da equação; ou seja, reconhecendo (ou julgando reconhecer) em textos alheios, assinados ou não, fragmentos ou vestígios do trabalho próprio, aos quais não foi atribuído o legítimo crédito”* (Pessoa in Araújo, 2007). Carlos Pessoa alerta-nos, assim, para a existência de uma prática frequente do plágio no jornalismo – *“não têm contas as situações que já passei por situações semelhantes”* – e reconhece que cometeu plágio ao não ter mencionado a fonte que utilizou (Larousse) mas, salientou a particularidade de que o plágio praticado havia apenas sucedido por se ter baseado num outro artigo seu, no qual teria feito a menção da autoria da Larousse de forma correcta.

Maurer, por sua vez, faz-nos notar que o plágio pode assumir também contornos de um *“auto-plágio”*. Tal ocorre quando alguém utiliza parte de um trabalho da sua própria autoria, sem que faça referência explícita ao mesmo. O jornalista Carlos Pessoa refere que *“é prática corrente aquilo que, na gíria do meio, designamos por como ‘reciclagem de informação’ – uma expressão usada para traduzir a reutilização em data posterior de informação produzida num dado momento pelo próprio. Foi o que sucedeu com o texto (...) a que o leitor alude, no qual é recuperada parte substancial de um outro artigo meu publicado em 1998 (...). Nesse texto (...) é citado expressamente Claude Moliterni, embora não nomeie a obra (...)”* (Pessoa in Araújo, 2007). Contudo, o jornalista, ao não mencionar a sobredita *“recuperação”* do seu anterior artigo, resvala para a prática do *“auto-plágio”*. A identificação das fontes da informação utilizada é um dever que se impõe ao jornalista, tanto por exigência dos normativos deontológicos como legais. O fundamento de validade de uma tal exigência não pode ser outro senão o da salvaguarda do rigor e da credibilidade da informação, garantes de uma relação de confiança entre o leitor e o jornalista.

Face aos casos analisados constata-se que as formas de plágio, cometidas pelos jornalistas da redacção do Jornal Público, consistem essencialmente: na tradução e apropriação de artigos estrangeiros por parte dos jornalistas (assumindo estes a autoria do artigo sem mencionar a fonte utilizada); na falta de menção das várias fontes utilizadas pelo jornalista na redacção dos seus textos; na cópia integral de frases e/ou parágrafos sem inserir aspas; e, finalmente, na transcrição de textos de agências noticiosas, não citando o jornalista a fonte em questão e assinando a peça sem indicação da agência. A não identificação das fontes (ou a sua incorrecta identificação) assume-se,

nos casos abordados, como a forma de plágio mais recorrente entre os jornalistas daquele Jornal.

Apesar do Código Deontológico e da existência do Livro de Estilo do Jornal Público os jornalistas evidenciam, através dos casos de plágio sobre os quais nos debruçamos, que determinadas regras (relativas à referência das fontes, utilização de aspas) não se encontram ainda suficientemente clarificadas ou interiorizadas. A própria Direcção do Jornal Público, na nota emitida relativamente ao caso de plágio da jornalista Clara Barata, admitiu a existência de “práticas erradas do mesmo tipo –ainda que de menor gravidade”. (Nota da Direcção do Público sobre o caso “Uma Forma de Plágio”, 2007).

Saliente-se que apesar da responsabilidade individual do jornalista, também há constrangimentos relacionados com a produção do jornal que influenciam decisivamente o plágio (veja-se o caso de plágio da jornalista Ana Fragoso, em que o editor justificou que a referência à agência Lusa na assinatura do texto, por vezes “desaparece na etapa de fecho das páginas quando é necessário fechar [e ajustar] o tamanho do texto ao espaço disponível”). Contudo, a invocação de razões como a “falta de tempo e de espaço” para justificar de, algum modo, a ocorrência de plágio não devem, na nossa opinião, ser toleradas pois são circunstancialismos que fazem parte da actividade do jornalismo.

IV. ENTREVISTAS

IV.1 - Resultados e sua análise

-As entrevistas foram realizadas num período de 4 meses, entre Março e Junho, no ano de 2011.

-O universo da pesquisa caracteriza-se por um total de 15 jornalistas, sendo 11 do sexo feminino e 4 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 23 e os 35 anos. Todos os jornalistas são licenciados em Ciências da Comunicação/Jornalismo e exercem a sua actividade jornalística em meios de comunicação escritos (jornais impressos, revistas e em agências de comunicação) e num jornal online.

Tabela 1: Órgãos de comunicação em que os jornalistas entrevistados exercem a sua actividade.

Órgãos de comunicação	Frequência	%
Agência de comunicação	1	6.7
Jornal impresso diário	8	53.3
Jornal impresso semanal	2	13.3
Revista	3	20
Site online	1	6.7
Total	15	100

Tabela 2: Experiência profissional (em anos) dos jornalistas do estudo de caso.

Experiência profissional	Frequência	%
0-1 anos	2	13.3
1-3 anos	9	60
Mais de 5 anos	4	26.7
Total	15	100

Os jornalistas entrevistados tendem a usar como sinónimo de “plágio” as palavras “copiar” e “copy & paste”.

Do total dos entrevistados, 14 apontaram que o plágio era uma prática com a qual se deparavam frequentemente na sua actividade profissional e apenas 1 afirmou ser “pouco comum”. A totalidade dos jornalistas afirmou ter já detectado, pessoalmente, casos de plágio praticados por outros jornalistas na imprensa escrita. Estes profissionais apontaram que o plágio era, sobretudo, frequente na Internet “pela facilidade do copy & paste”.

O plágio foi caracterizado pelos jornalistas como: “falta de profissionalismo”, “tentativa de enganar os leitores”, “facilitismo”, “atitude condenável”, “falta de respeito para com o colega que se plagia”, como algo que, em suma, “põe em causa a credibilidade do jornal e do jornalista”.

A “cópia integral de outro artigo fazendo-o passar como seu”, “copiar frases na totalidade e pela mesma ordem sem indicar a fonte”, “usar parágrafos inteiros de outras notícias sem usar aspas”, “copiar o conteúdo de outras notícias sem as indicar”, “reproduzir o conteúdo de uma

notícia sem usar aspas e não indicando a sua origem” foram as definições de plágio dadas pelos jornalistas entrevistados.

As principais dúvidas, suscitadas pelos jornalistas, relativamente ao plágio, estavam relacionadas com questões de ordem muito prática, como:

- saber como assinar um artigo, tendo o jornalista reproduzido a totalidade da informação de uma única fonte. Entre os jornalistas houve quem considerasse que se deveria mencionar a fonte utilizada no corpo do artigo e assinar a peça como sua, enquanto outros profissionais indicaram que, no caso de se reproduzir a totalidade de um texto (p. ex. um texto de uma agência noticiosa), o jornalista deveria assinar com a fonte;
- se seria necessário, ou não, o jornalista citar a fonte de dados factuais. Alguns jornalistas afirmaram que tal não se afigurava essencial, dada a natureza dos dados, enquanto outros se revelaram hesitantes e afirmaram que a citação da fonte desses dados dependeria da informação que se pretendesse veicular junto dos leitores;
- se o jornalista deveria efectuar as citações e as menções de todas as fontes utilizadas no seu artigo. Alguns jornalistas consideraram que se deveriam citar todas as fontes utilizadas; outros, ao invés, foram de opinião que não seria necessário citar todas as fontes utilizadas “mas apenas as mais relevantes”, como forma de não dificultar a leitura do artigo por parte do leitor; houve ainda quem defendesse que só seria preciso citar as fontes da informação quando se retirasse “muita informação do mesmo sítio”;

Sobre a questão de saber se o copy&paste extensivo seria, ou não, uma forma de plágio, os jornalistas foram unânimes em afirmar que o copy&paste excessivo configurava uma má conduta profissional porque o jornalista deveria trabalhar a informação, não se limitando a copiá-la ou citá-la. Contudo, os profissionais consideraram que, caso o jornalista citasse a fonte ou recorresse ao uso de aspas, tal comportamento não configuraria um plágio.

Pela nossa parte, sustenta-se a tese de que o leitor tem o direito de poder avaliar a idoneidade da fonte utilizada pelo jornalista, de verificar o rigor da selecção e citação da informação e até de aprofundar, por sua iniciativa, uma pesquisa de informação sobre um determinado tema. O Código Deontológico impõe no seu art.º 6 que os jornalistas devem usar como critério fundamental a identificação das suas fontes. Assim sendo, consideramos que os jornalistas devem citar e mencionar todas as fontes que utilizem nos seus artigos.

Sobre esta ponderosa questão, a Direcção do Jornal Público pronunciou-se no sentido de que as várias citações que os jornalistas utilizassem deveriam ser, claramente, atribuídas à fonte, exceptuando-se apenas os casos onde tal informação fosse marginal (p.ex. uso de uma simples definição) e deveriam ser feitas, tanto quanto possível, entre aspas. Não obstante, a citação sem aspas e no discurso indirecto também seria admissíveis, segundo a Direcção do Jornal Público, caso

não suscitasse ambiguidades quanto aos limites da parte citada. A Direcção do Jornal Público salientou, ainda, que nos casos em que o jornalista efectuasse a reprodução da totalidade (ou da quase totalidade da informação) de uma determinada fonte, a identificação dessa fonte no corpo do texto não seria suficiente, pelo que o texto deveria, então, passar a ser assinado pelo jornalista com a menção da fonte utilizada. Partilhamos do mesmo entendimento da Direcção do referido Jornal, relativamente a esta questão, uma vez que respeita os princípios éticos e deontológicos da profissão.

O ex-Provedor do Leitor Público, Rui Araújo, defende que perante dados factuais ou técnicos, obtidos pelos jornalistas junto de obras de referência ou de outras fontes, não se assumindo tais dados como evidentes para o leitor, torna-se indispensável que o jornalista identifique a autoria e a fonte dos mesmos. Caso contrário, o leitor vê-se impossibilitado de verificar a idoneidade e a credibilidade da fonte a que o jornalista recorreu. Concordamos e seguimos esta opinião de Rui Araújo.

Defendemos que o receio do jornalista em dificultar a leitura do seu artigo, pelo uso recorrente de aspas ou de menções de fontes de informação, não pode servir de justificação para a supressão das mesmas. Além de que, como defende Rui Araújo, ex-provedor do Leitor do Público, só citando correctamente as fontes o jornalista clarifica sobre quem recai a responsabilidade de eventuais incorrecções que a informação utilizada possa conter.

O copy&paste extensivo pode ser considerado plágio. Oliveira Ascensão defende que nenhum limite pode ser imposto à citação, desde que tal seja justificada pelo objectivo a atingir. O art.º 76.º n.º 2 do CDADC refere que a citação não se deve confundir com a obra em que está a ser utilizada. Assim sendo, o jornalista tem a obrigação legal de mencionar a autoria e a fonte das citações que utiliza.

Urge clarificar as questões acima mencionadas no seio da classe jornalística, uma vez que estas se assumem como fonte de dúvida entre aqueles profissionais. Só assim se conseguirá, na nossa modesta opinião, melhorar as práticas jornalísticas actuais e manter uma relação de confiança e credibilidade entre os jornalistas e os seus leitores.

Os nossos entrevistados apontaram ter tido conhecimento dos casos de plágio: através de “conversas com outros jornalistas”, quando efectuaram uma pesquisa para um texto e realizam uma leitura comparativa de vários artigos; 2 entrevistados mencionaram, também, ter tido conhecimento de casos de plágio através do testemunho de outros jornalistas nas redes sociais (facebook e twitter);

Dos 15 entrevistados, 13 referiram que a maioria dos casos de plágio que identificaram no jornalismo “não são muito graves”, “não são nada de especial”, consistindo em “cópias de parágrafos inteiros de outras notícias”, “partes de notícias que se lêem sobre aquele assunto que são iguais às do comunicado de imprensa e não se cita a agência”. Caracterizaram como “graves” o plágio que consistia na “cópia total de outro artigo”, na “tradução integral de um artigo

estrangeiro”, ou em “fazer passar, como seu, um trabalho de investigação de outro jornalista”.

Cinco dos entrevistados referiram, inclusivamente, já ter utilizado parágrafos de outras notícias sem os ter citado convenientemente, apontando como fundamento da sua conduta a “falta de tempo”, “não haver espaço”, “não se terem apercebido”, concluindo que “o rigor diminui quando se têm que cumprir os prazos de entrega”.

Os jornalistas entrevistados apontaram como principais consequências do plágio o “bom nome do jornalista” que fica afectado, “a sua reputação” e “a sua credibilidade” que ficam diminuídas, o “descrédito por parte dos colegas”, “a fama com que se fica entre os outros jornalistas”, “o jornalista perde o respeito dos colegas”. Referiram ainda que, nos casos mais graves, a prática do plágio poderia levar a suspensão e ao despedimento.

Quando questionados sobre a sanção, que consideravam que deveria ser aplicada aos jornalistas que cometessem plágio, apontaram que a detecção e exposição dos casos plágio, ao colocar a “integridade profissional” do jornalista em causa, constitui, por si só, uma sanção pior do que a que resultaria da aplicação de medidas disciplinares ou penais. Contudo, referem ser necessário a existência de métodos mais eficazes na detecção da prática de plágio no jornalismo.

Os resultados obtidos nas entrevistas realizadas permitem verificar que o plágio é um comportamento presente no jornalismo português, assumindo contornos de ser uma prática frequente entre aqueles profissionais. Tal situação, pode fundamentar-se num possível desconhecimento dos jornalistas relativamente ao conceito de plágio e às várias formas que este comportamento pode assumir. Os jornalistas entrevistados tenderam apenas a considerar como plágio a tradução e a cópia integral de um artigo sem indicar o seu verdadeiro autor, a falta de menção das fontes e a ausência de aspas nas citações, desconhecendo outras formas de plágio.

Os jornalistas, não obstante a sua unanimidade em afirmar que o plágio no jornalismo configurava uma conduta eticamente censurável e condenável, não revelaram, contudo, uma atitude activa de denúncia face aquele comportamento quando o detectam na prática jornalística dos seus pares.

V. Conclusão

Foi pretensão do presente Trabalho Projecto proceder a um enquadramento da temática do plágio no contexto jornalístico português.

A investigação efectuada permitiu verificar que o plágio, não obstante ser considerado pelos jornalistas como uma grave violação deontológica, constitui hoje uma realidade incontornável no

jornalismo português, em particular na imprensa escrita. Entre os jornalistas, denota-se a existência de uma certa indefinição relativamente ao conceito de plágio. Esta realidade tornou-se visível através da dificuldade, revelada por estes profissionais, em identificar todas as situações que, no meio académico, integram a definição de plágio. A esta luz, é legítimo concluir que a resposta à hipótese de trabalho relativa à existência de uma definição pouco clara da noção de plágio, por parte dos jornalistas profissionais, é afirmativa.

A hipótese colocada segundo a qual os jornalistas toleram o plágio praticado no jornalismo, não se conseguiu verificar pois, se por um lado, os jornalistas afirmam não tolerar o plágio, considerando tal conduta como deontologicamente condenável no meio profissional, por outro lado, quando detectam um caso de plágio não usam os meios que têm disponíveis para denunciar aquelas situações. Esta realidade, contudo, não deixa de ser um indício de que os dispositivos de auto-regulação não tem sido eficazes no combate ao plágio no jornalismo.

Estamos cientes de que os jornalistas estão sujeitos à pressão do tempo, da velocidade e que, também por isso, cometem erros na citação das fontes, na utilização de aspas, etc, incorrendo na prática de plágio. O problema surge quando estes “erros”, de excepção que deviam ser, passam a ser a regra na prática profissional quotidiana do jornalista. Os jornalistas têm que reconhecer os seus erros e ter a disponibilidade para discutir com os seus pares a melhor forma de alterar as suas práticas profissionais erradas à luz do direito e da ética profissional dos jornalistas. Como diz Patrick Charaudeau, ninguém é obrigado a ser jornalista, mas se alguém resolve sê-lo por opção livre, então tem de saber que, nesse acto, assume um compromisso com a verdade. Ora o plágio é uma das faces da negação dessa verdade com a qual o jornalista se compromete. Sem esse compromisso é a credibilidade, a confiança, o rigor e a objectividade do jornalismo que estão em perigo.

Com este estudo procurou-se estabelecer um ponto de situação da questão do plágio na imprensa portuguesa, havendo todo o interesse em, posteriormente, se avançar para um projecto de investigação mais abrangente e aprofundado. Com o conjunto de informações que se procurou reunir com este Projecto, visando-se compreender melhor a figura do plágio no jornalismo, tornou-se visível que o plágio se assume como uma realidade e como um problema, cada vez mais preocupante entre os jornalistas. Compreender o que os jornalistas consideram configurar um caso de plágio na sua actividade profissional assumiu-se como um patamar essencial neste Projecto pois, só assim, se poderá dar, posteriormente, corpo e alma a um trabalho de investigação mais consistente sobre o plágio no jornalismo português. Considera-se, por isso, ser importante enunciar, desde já, alguns dos objectivos para um futuro trabalho de investigação sobre o tema, tais como:

- Estudar as características e as motivações dos jornalistas que cometem o plágio;

- Identificar sectores do jornalismo onde o plágio tenha uma maior incidência;
- Analisar as queixas de plágio existentes no Conselho Deontológico e quantificar a sua evolução histórica;
- Analisar e quantificar as queixas de plágio que os Provedores do Leitores recebem dos leitores;
- Analisar e quantificar os casos judiciais que tenham como objecto a contrafacção no jornalismo;
- Identificar as sanções disciplinares aplicadas pelos órgãos de comunicação social aos jornalistas que tenham cometido plágio.

VI. Referências Bibliográficas

AAVV. (1982). Liberdade de expressão, expressão de liberdade. In: 1.º Congresso dos Jornalistas

- Portugueses – Conclusões, teses, documentos. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva do I CJP.
- AAVV. (1986). Deontologia. In: 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses – Conclusões, teses, documentos. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva do II CJP.
- AAVV. (1998). 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses – Conclusões, teses, documentos. Lisboa: Comissão, Executiva do III Congresso dos Jornalistas Portugueses.
- Aresta, E. (1943). «*Algumas considerações sobre a propriedade literária e o plágio apoiadas num exemplo elucidativo*». Porto: Edição Marânus.
- Ascensão, J. d. (1993). *Direito Penal de Autor*. Lisboa: Lex Edições Jurídicas.
- Ascensão, J. O. (2008). *Direito Civil e Direitos Conexos*. Coimbra Editora.
- Ascensão, O. (2007). *Sociedade de Informação e Liberdade de Expressão, Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles*. Coimbra Editora.
- Aznar, H. (2005). *Comunicação Responsável – A auto-regulação dos media*. Porto: Porto Editora.
- Baptista, F. C. (2007). *Jornalistas – Do ofício à profissão*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Bertrand, C.-J. (2002). *A Deontologia dos Media*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Biken, R. B. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2000). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Campones, J. C. (2009). *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo, A auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*. Universidade de Coimbra.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da investigação - guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castán, A. (2001). *El plagio de formatos de programas de televisión*. Madrid: Creaciones Audiovisuales y Propiedad Intelectual.
- Catherine. *Designing Qualitative Research*. 1995: Marshall, & Rossman, Gretchen B., Sage Publications, .
- Creswell, J. W. (1994). *Research Design - Qualitative & Quantitative Approaches*. USA: SAGE.
- Curran, J. (1991). Mass media and Democracy: A reappraisal. In J. Curran, & M. G. (orgs.), *Mass Media and Society* (pp. 99,100). Londres: Edward Arnold.
- Ferreira, H. C. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Fidalgo, J. (2007). Notas sobre “o lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas. *Comunicação e Sociedade - Regulação dos Media em Portugal*, 11.
- Fidalgo, J. (2008). Os novos desafios a um velho ofício ou... um novo ofício? – A redefinição da profissão de jornalista. In M. Pinto, & S. Marinho, *Os Media em Portugal nos Primeiros Cinco Anos do Século XXI*. Porto: Campo das Letras.
- Fidalgo, J. (2001). O Provedor do Leitor visto pelos Jornalistas: resultados de um inquérito de opinião. Obtido em 10 de Junho de 2011, de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2773/1/jfidalgo_IISOPCOM_2001.pdf
- Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e Etapas no Processo de Investigação, 1a Edição*. Loures: Editora Lusociência.
- Freire, J. (2006). *Sociologia do Trabalho – Uma introdução*. Porto: Edições Afrontamento.
- Gauthier, B. (2003). *Investigação Social da problemática à colheita de dados*. Loures: Lusodidáctica.
- Huteau, J., & Pigeat, H. (2000). *Déontologie des Médias – Institutions, pratiques et nouvelles*. Paris: UNESCO/Economica.
- K. Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planeamento e métodos. 3ª edição*. Porto Alegre: Bookman.
- Livro de Estilo do Público*. (Fevereiro de 1998). Obtido de [publico.pt: http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/](http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/)
- Mallon, T. (2001). *Stolen Words. The Classic Book On Plagiarism*. San Diego: Harcourt.
- Marshall, C., & Rossman, G. (1995). *Designing Qualitative Research* (Second Edition ed.). Thousands Oaks, London: Sage Publications.
- Mascarenhas, Ó. (1998). *Por uma carta 98 da auto-regulação, in AAVV, 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses – Conclusões, teses, documentos*. Lisboa: Comissão Executiva do III Congresso dos Jornalistas Portugueses.
- Mateus, M. H., Mira, A. M., Brito, I. D., & Faria, I. H. (1989). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (Vol. 5). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra : MinervaCoimbra.
- Moreira, V. (2003). *Administração Autónoma e Associações Públicas*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Moreira, V. (1997). *Auto-Regulação Profissional e Administração Pública*. Coimbra: Almedina.
- Pennycook, A. (1996). *Borrowing Others' Words: Text, Ownership, Memory, and Plagiarism* (Vol. 30). Tesol Quarterly.
- Pereira, A. D. (1999). *"Jornalismo e Direito de Autor"*. Boletim da Faculdade de Direito de Lisboa, Vol. LXXV.

- Pereira, H. S. «*Deontologia dos jornalistas – Breve incursão histórica*», monografia.
- Pina, S. (1997). *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses*. Coimbra: Minerva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rebello, L. F. (2002). *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, Anotado, 2ª edição*. âncora editora.
- Rieffe, R. (2005). *Que Sont les Medias?* Gallimard.
- Rieffel, R. (2003). *Sociologia dos Media*. Porto: Porto Editora.
- Rossman, C. M. *Designing Qualitative Research*. 1995: Sage Publications.
- Savoie-Zajc, L. (2003). A entrevista semidirigida. In B. Gauthier, *Investigação Social: da problemática à colheita de dados* (3ª edição ed., p. 281). Loures: Lusociência.
- Separata da Revista da Faculdade de Direito de Lisboa, Vol. LXXVIII, n.º 1 e 2, 2007 .
- Trabuco, C. (2006). *Direito de Reprodução de Obras Literárias e Artísticas no Ambiente Digital*. Coimbra Editora.
- Trabuco, C. (2008). Repetir nunca é repetir: reflexões sobre a reprodução e o plágio de obras de arquitectura. In *Estudos em Honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão* (Vol. Vol. I). Almedina.
- Tuchman, G. (1993). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. T. (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"* (p. 76). Lisboa: Vega.
- Tuchman, G. (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press.
- Tuckman, B. (2000). *Manual de investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Veríssimo, H. Â. (2003). *Os Jornalistas nos Anos 30/40 – Elite do Estado Novo*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Ward, S. J. (2004). *The Invention of Journalism Ethics – The path to objectivity and beyond*., Montreal, Londres, Ithaca: McGill-Queen's University Press.
- Weber, M. (2000). *A Política Como Profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Wikipedia. (12 de Janeiro de 2007). *Sun Tanning*. Obtido em 2011 de Janeiro de 2011, de publico.pt:
http://static.publico.pt/homepage/provedor/formaDePlagio/pdf/sunTanning_wikipedia.pdf
- Wolton, D. (1999). *Pensar a Comunicação*. Algés: Difel.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed)*. Thousand Oaks, CA: SAGE

Publications .

Legislação nacional e comunitária:

Código Deontológico dos Jornalistas, 1993. Obtido em Janeiro de 15 de 2011, de [bocc.ubi.pt: http://www.bocc.ubi.pt/pag/Codigo-Deontologico.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/Codigo-Deontologico.pdf)

Código do Direito de Autor e Direitos Conexos, 2004.

Código Penal, 2011.

Despacho n.º 22265/2009, de 30 de Setembro.

Diário do Governo, II Série, n.º 229/42, de 30 de Setembro.

Directiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Maio. Obtida em 14 de Março de 2011, de http://europa.eu/legislation_summaries/information_society/data_protection/l26053_pt.htm

Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro.

Resolução 1003, aprovada pela Assembleia Geral do Conselho da Europa. (1 de Julho de 1993). Obtida em 10 de Janeiro de 2011, de Gabinete para os Meios de Comunicação Social: <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=http://assembly.coe.int/Documents/AdoptedText/ta93/ERES1003.htm>

Documentos do Conselho Deontológico e do Sindicato dos Jornalistas:

Estatuto do Sindicato dos Jornalistas 1975.

Estatuto do Sindicato dos Jornalistas, 1979.

Estatutos do Sindicato dos Jornalistas, 1990. Obtido em 10 de Janeiro de 2011, de [erc.pt: http://www.erc.pt/documentos/legislacaosite/EstatutosdoSindicato.pdf](http://www.erc.pt/documentos/legislacaosite/EstatutosdoSindicato.pdf)

Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas de 1934.

Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1940.

Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1962.

Posição do Sindicato dos Jornalistas sobre a Proposta de Lei n.º 76/X/1, que altera o Estatuto do Jornalista. (3 de Julho de 2006). Obtido em 10 de Junho de 2011, de Sindicato dos Jornalistas: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia1.asp?id=4836&idCanal=539&currPos=0>

Comunicados, Notas, Pareceres, Declarações, Recomendações:

Comunicado do Conselho de Redacção do Público. (12 de Janeiro de 2007). Obtido em 12 de Janeiro de 2011, de [publico.pt: http://static.publico.pt/homepage/provedor/formaDePlagio/pdf/comunicadoCR.pdf](http://static.publico.pt/homepage/provedor/formaDePlagio/pdf/comunicadoCR.pdf)

Comunicado do Sindicato dos Jornalistas. (12 de Setembro de 1991). *Declaração do Sindicato dos Jornalistas sobre a propalada criação de uma Ordem de Jornalistas*.

Comunicado do Sindicato dos Jornalistas. (22 de Maio de 1992). *Quatro razões para dizer não à Ordem*.

RECOMENDAÇÃO 3/96 do Conselho Deontológico dos Jornalistas. (Julho de 2003). *Utilização abusiva de trabalhos de agências*. Obtido em 15 de Janeiro de 2011, de O Sítio do Sindicato dos Jornalistas: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=69&idselect=6&idCanal=6&p=4>

Jornalistas, F. I. (25-28 de Abril de 1954). *Declaração de Princípios de Conduta dos Jornalistas*. Obtido em 10 de Janeiro de 2011, de Sítio do Sindicato dos Jornalistas: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=8446&idselect=577&idCanal=577&p=368>

Nota da Direcção do Público. (10 de Janeiro de 2007). Obtido em 12 de Janeiro de 2011, de [publico.pt: http://static.publico.pt/homepage/provedor/formaDePlagio/](http://static.publico.pt/homepage/provedor/formaDePlagio/)

Nota da Direcção sobre o caso "Uma forma de plágio". (18 de Janeiro de 2007). Obtido em 10 de Janeiro de 2011, de [publico.pt: http://static.publico.pt/homepage/provedor/formaDePlagio/pdf/NotaDireccao.pdf](http://static.publico.pt/homepage/provedor/formaDePlagio/pdf/NotaDireccao.pdf)

Parecer 2/2006 do Conselho Regulador. (23 de Março de 2006). *Parecer Relativo ao Anteprojecto da Proposta de Lei que Altera o Estatuto dos Jornalistas*. Obtido em 10 de Março de 2011, de Sindicato dos Jornalistas: www.jornalistas.online.pt/getfile.asp?tb=FICHEIROS&id=204

Acórdãos:

Acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 445/93, de 14 de Julho.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 8864/2008-5 de 16 de Dezembro.

Jornais, Revistas:

Araújo, R. (1 de Abril de 2007). *A Nova Máxima*. Obtido em 10 de Março de 2011, de [publico.pt: http://static.publico.pt/homepage/provedor/04.ruiAraujo/textos/2007.04.01.aNovaMaxima.asp](http://static.publico.pt/homepage/provedor/04.ruiAraujo/textos/2007.04.01.aNovaMaxima.asp)

Araújo, R. (21 de Maio de 2006). *Autoria, Primeira Parte*. Obtido em 10 de Março de 2011, de [publico.pt: http://static.publico.pt/homepage/provedor/04.ruiAraujo/textos/2006.05.21.autoriaPrimeiraParte.asp](http://static.publico.pt/homepage/provedor/04.ruiAraujo/textos/2006.05.21.autoriaPrimeiraParte.asp)

Araújo, R. (28 de Maio de 2006). *Autoria, Segunda Parte*. Obtido em 10 de Março de 2011, de [publico.pt: http://static.publico.pt/homepage/provedor/04.ruiAraujo/textos/2006.05.28.autoriaSegundaParte.asp](http://static.publico.pt/homepage/provedor/04.ruiAraujo/textos/2006.05.28.autoriaSegundaParte.asp)

Araújo, R. (25 de Março de 2007). *Copianço*. Obtido em 10 de Março de 2011, de publico.pt: <http://static.publico.pt/homepage/provedor/04.ruiAraujo/textos/2007.03.25.copianco.asp>

Araújo, R. (14 de Janeiro de 2007). *Uma Forma de Plágio (Epílogo)*. Obtido em 10 de Janeiro de 2011, de publico.pt: <http://static.publico.pt/homepage/provedor/04.ruiAraujo/textos/2007.01.13.umaFormaDePLagioEpi logo.asp>

Araújo, R. (7 de Janeiro de 2007). *Uma forma de Plágio*. Obtido em 14 de Fevereiro de 2011, de PUBLICO.PT: http://static.publico.pt/homepage/provedor/04.ruiAraujo/textos/2007.01.07.uma_forma_de_plagio.a sp

Barata, C. (2006). Em busca do autobronzeador ideal. *Revista Pública* , 72.

Callapez, M. E. (5 de Novembro de 2006). *Citação ou Plágio?* Obtido em 4 de Março de 2011, de Ciência Hoje: <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=9593&op=all>

Charaudeau, P. (Mai-Jun, de 2000). L'événement dans le contrat médiatique. *Dossiers de l'audiovisuel*, n° 91 .

Esler, G. (3 de Abril de 2006). *How the US "lost" Latin America*. Obtido em 18 de Fevereiro de 2011, de BBC News: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/4861320.stm>

Ferreira, A. G. (2011). Antes & Agora Manifesto em defesa do autocarro da Avenida de Roma (Suplemento Cidades). *Jornal Público* , 2 e 3 .

Fragoso, A. (6 de Maio de 2006). Erro do ICN viabilizou parque eólico em Espanha. *Jornal Público*, 61.

Hakim, P. (1 de January/February de 2006). *Is Washington Losing Latin America?* Obtido em 14 de Abril de 2011, de Foreign Affairs: <http://www.foreignaffairs.com/articles/61372/peter-hakim/is-washington-losing-latin-america>

Henriques, F. G. (9 de Abril de 2006). Como os EUA perderam a América Latina... *Jornal Público*, 27.

Lusa. (5 de Maio de 2006). Erro do ICN permitiu construção de parque eólico espanhol numa área protegida em Bragança.

Maia, A. (2007). O imperativo da auto-regulação. *Comunicação e Sociedade - Regulação dos media em Portugal* , 11, pp. 149-158.

Maurer, H., Kappe, F., & Bilal, Z. (28 de Agosto de 2006). *Plagiarism-A Survey*. Obtido em 10 de Janeiro de 2011, de Journal of Universal Computer Science: http://www.jucs.org/jucs_12_8/plagiarism_a_survey

Mesquita, M. (16 de Março, 2001). «A turbodeontologia». *Público*, 13.

Pickrell, J. (20 de Setembro de 2006). *Tan stimulant may bronze even the fairest skins*. Obtido em 10 de Janeiro de 2011, de publico.pt:

<http://static.publico.pt/homepage/provedor/formaDePlagio/pdf/tanStimulantMayBronzeEvenTheFairSkins.pdf>

Queirós, J. (27 de Março de 2011). *Negligência sim, plágio não*. Obtido em 15 de Janeiro de 2011, de bloques.publico.pt: <http://blogues.publico.pt/provedordoleitor/2011/03/27/negligencia-sim-plagio-nao/>

Skandalakis, J. E., & Mirilas, P. (9 de Setembro de 2004). *Plagiarism*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2011, de Archives of Surgery: <http://archsurg.ama-assn.org/cgi/content/full/139/9/1022>

VII APÊNDICE

VII. 1 Guião da Entrevista

- 1-Dados pessoais do entrevistado: idade, sexo, formação académica, anos de experiência profissional.
- 2- Alguma vez detectou casos de plágio na imprensa escrita?
 - 2.1- Com que frequência detectou a ocorrência desta conduta?
 - 2.2- Que tipo de plágio esses jornalistas praticaram?
- 5- O que considera configurar situações de plágio no jornalismo?
- 6- Como encara a prática de plágio no exercício jornalístico?
- 7- Que factores considera que podem contribuir para a ocorrência de situações de plágio no jornalismo?
- 8- Quais as principais consequências para o jornalista por este ter cometido plágio?
- 9- Que sanção considera que deveria ser aplicada aos jornalistas que cometem plágio?
- 10- Há algum aspecto que gostaria de mencionar relativamente ao plágio que eu não tivesse perguntado?

VIII ANEXOS

VIII. 1

Crónica: “Uma Forma de Plágio”

Por: Rui Araújo

Publicada no Jornal Público em 07.01.2007

“Embora o assunto que aqui abordo não me pareça ser novo (lembro-me de já ter lido uma crítica idêntica em anteriores cartas ao provedor) dado o lado caricato da situação penso que devo fazer uma breve crítica ou pelo menos comentário. Penso ser do código de conduta de um jornalista a citação das fontes bibliográficas do seu texto. Em especial quando esse texto é quase todo baseado num artigo ou trabalho de outro(s).

Na passada edição da PÚBLICA (22/10/2006) na secção ‘Ciência Louca’ de Clara Barata ‘Em busca do autobronzeador ideal’ percebe-se pela leitura do texto que este teve a sua origem numa tradução de um texto de uma revista anglo-saxónica (estaria tentado a dizer qual mas não o faço).

No entanto, por alguma razão de edição (ou esquecimento da autora...) parece mesmo que é efectuado um ‘copy & paste’ do inglês que depois é traduzido por cima. Um resquício de tal procedimento parece ser evidente na coluna da direita no final do parágrafo ‘Efeitos da UVA’ onde o texto aparece ainda em inglês!!

Admito que dada a natureza da secção ser de âmbito de divulgação, o jornalista pode basear-se noutros trabalhos. Mas deve citá-los e evitar erros grosseiros como o que aconteceu nesta edição”, escreve J. Sérgio Seixas de Melo, de Coimbra.

O texto “Efeitos da UVA” termina da seguinte forma:

“is present more uniformly throughout the day, and throughout the seasons than UVB.”

Pedi um esclarecimento a Dulce Neto, editora da Pública, sobre a parte em inglês.

“Tratou-se de um lamentável lapso de edição”, explicou.

O provedor não diria melhor...

Solicitei, portanto, explicações a Clara Barata, editora da secção “Ciência” e autora do artigo em questão.

“É de facto lamentável que o texto tenha saído assim; não tinha reparado que saiu com um extracto da frase em inglês. Sobrou de um local de onde tirei a informação, obviamente. Não está citado

porque consultei vários sítios na Internet, para recolher informação e compará-la. Nem sempre esse trabalho de pesquisa é citável, porque podem ser mais as citações do que o próprio texto, como era o caso dessa caixa. Sei que algumas pessoas gostam de dizer que copiámos tudo e traduzimos, mas fazemos o mesmo que qualquer pessoa que esteja a estudar um determinado tema faz, que é procurar informação, compará-la e trabalhá-la, sobretudo quando se procura fazer passar uma informação útil, como é o caso dessa caixa. As citações são essenciais, mas devem-se fazer quando se utiliza de facto um naco de informação único e precioso para compor o trabalho (por exemplo, podem-se consultar vários jornais e todos reproduzem um mesmo telex, com pequenas afinações; da mesma forma, uma informação de saúde pode ser apresentada em vários “sites”, livros e outras fontes, na íntegra ou com pequenos ajustes, e não se devem citar todos os sítios consultados). Para fazer a caixa, não me lembro que sítios citei, mas sei que andei por vários sítios para coligir informação. O que não devia ter acontecido era sair um extracto em inglês - até porque o texto passou por várias mãos até sair -, isso com toda a certeza...”, respondeu a autora do texto.

As justificações são inaceitáveis.

Clara Barata não se recorda dos sítios que citou na “caixa” porque não mencionou nem um.

E o texto (apesar de a jornalista garantir “*sei que andei por vários sítios para coligir informação*”) resume-se (à excepção de oito palavras) a uma única fonte (http://en.wikipedia.org/wiki/Sun_tanning).

Eis a prosa da revista Pública e a da Wikipedia na internet:

“Faz com que os melanócitos libertem melanina que já está produzida.”

“causes release of preexisting melanin from the melanocytes”

“Faz com que a melanina se combine com oxigénio, o que produz o escurecimento da pele”

“causes the melanin to combine with oxygen (oxidize), which creates the actual tan color in the skin”

“Parece ser menos cancerígena que a UVB, mas causa melanoma, que é uma forma perigosa de cancro da pele”

“seems to cause cancer less than UVB, but causes melanoma, a far more dangerous type of skin cancer than other types”

“Não é bloqueada pela maior parte dos protectores solares, mas pode ser travada, em boa parte, pela

roupa”

“is not blocked by many sunscreens but is blocked to some degree by clothing”

“Desencadeia a produção de mais melanina na pele”

“triggers creation and secretion of new melanin into the skin”

“Causa o crescimento de sinais e algumas formas de cancro da pele (mas não melanoma)”

“is thought to cause the formation of moles and some types of skin cancer (but not melanoma)”

“Envelhece a pele (menos que a UVA)”

“causes skin aging (but at a far slower rate than UVA.)”

“Estimula a produção de vitamina D, que é essencial ao organismo e diminui os riscos de outros cancros”

“stimulates the production of Vitamin D, which promotes lower rates of disease, and ironically lower rates of skin and other types of cancer”

“Queima mais facilmente que a UVA se houver sobreexposição; em pequenas quantidades é benéfica”

“is more likely to cause a sunburn than UVA as a result of overexposure, however moderate exposure can be healthy”

“Pode ser quase completamente bloqueada pelos protectores solares”

“is almost completely blocked by virtually all sunscreens”

Os dois textos são, praticamente (*sic*), idênticos.

Clara Barata não “comparou” nem “trabalhou a informação”, ao contrário do que afirma. Limitou-se a copiar frases na íntegra (na ordem exacta do original) sem inserir aspas e sem indicar a autoria.

A jornalista responde: “E porque haviam de estar colocadas entre aspas essas frases, pergunto eu? Não me lembro de onde tirei os dados da caixa, podem ter vindo em grande parte de um sítio, não faço a mais pequena ideia, mas duvido que seja de algum autor que se sinta espoliado (porque são dados factuais, como já disse várias vezes). E as últimas frases devem estar repetidas em todas as notícias escritas sobre o assunto, mais ou menos da mesma forma, porque são provenientes de um comunicado de imprensa. Quem quiser procurar frases e expressões iguais ou semelhantes a outras

em inglês ou português encontrá-las-à muito no PÚBLICO ou até no *New York Times*”.

O provedor contesta mais uma vez a argumentação.

A jornalista pergunta: (“*E porque haviam de estar colocadas entre aspas essas frases, pergunto eu?*”).

A resposta parece óbvia: por causa dos princípios éticos e do próprio Livro de Estilo do PÚBLICO: “A assinatura de um texto deve reflectir de forma rigorosa a sua autoria”.

Acompanhando o exemplo do *New York Times* mencionado por Clara Barata, também eu cito um caso ocorrido nesse jornal no ano passado: o repórter Jayson Blair foi obrigado a demitir-se (designadamente) por causa do plágio. E esta semana (3/1/2007) uma jornalista do *San Antonio Express-News* demitiu-se depois de ter sido acusada de reproduzir informação do mesmo sítio na internet (Wikipedia) que Clara Barata, sem identificar a fonte.

Poderá parecer excessivo, mas os leitores precisam de poder confiar no jornal que comprem.

O problema, por outro lado, não é um autor sentir-se espoliado. É o princípio. E a argumentação sobre a reprodução de “*dados factuais*” também não colhe. A Wikipedia só por si não pode ser considerada uma fonte credível...

A jornalista afirma que “*as últimas frases devem estar repetidas em todas as notícias escritas sobre o assunto*”.

“*Devem estar*” não é jornalismo, é um palpite. E, por outro lado, as transgressões alheias não servem de justificação.

O provedor questiona os métodos e o desleixo (publicação de uma frase em inglês).

O artigo principal da jornalista também é questionável, do ponto de vista deontológico: Clara Barata revela as fontes das citações (discurso directo) que reproduz, mas omite outras (as de discurso indirecto!). Copiou literalmente – ou quase – inúmeros parágrafos da *New Scientist*, sem mencionar a fonte e sem colocar o texto entre aspas.

Exemplos:

“A chave deste novo autobronzeador está num extracto de plantas chamado forskolina que, nas experiências da equipa, protegeu ratinhos sem pêlo de radiação ultravioleta e permitiu-lhes

desenvolver um bronzado natural, estimulando os seus melanócitos (...).”

“The key chemical, a plant extract called forskolin, protected mice against UV rays and allowed them to develop a natural tan by stimulating pigment-producing cells called melanocytes.”

“A capacidade de se bronzear – (...) – é controlada pela hormona de estimulação dos melanócitos, que se liga a uma proteína que existe no exterior destas células. Esta proteína, que se chama receptor de melanocortina 1, funciona mal em muitas pessoas que têm a pele clara e o cabelo ruivo. É por isso que não se conseguem bronzear, e ainda por cima correm maiores riscos de desenvolver cancro da pele.”

“The ability to tan is largely controlled by a hormone called melanocyte-stimulating hormone, which binds to the melanocortin 1 receptor (MC1R) on the outside of melanocytes. Many people with with red hair and fair skin have a defect in this receptor, meaning they find it almost impossible to tan and are prone to skin cancer”.

“Numa segunda série de experiências os cientistas usaram ratinhos susceptíveis ao cancro, expondo-os ao equivalente a uma a duas horas de Sol na altura do meio-dia solar, diariamente, durante 20 semanas.”

“In a second experiment, a particularly cancer-prone strain of mice, also bred to lack effective MC1Rs, were exposed to the equivalent of 1 to 2 hours of midday Florida sunlight each day for 20 weeks.”

Fonte do texto em inglês: www.newscientist.com/channel/health/mg19125704.100-tan-stimulant-may-bronze-even-the-fairest-skins.html.

O corta e cola (“copy & paste”) extensivo é uma forma de plágio (sobretudo quando as fontes são omitidas). E isso é inadmissível no jornalismo.

O Livro de Estilo é peremptório: “O PÚBLICO considera o plágio uma conduta absolutamente inaceitável. Todas as informações recolhidas em qualquer documento ou noutros órgãos de comunicação devem ser sempre devidamente atribuídas”.

Serge Halimi, jornalista do *Le Monde Diplomatique*, chegou a alertar os leitores para estas práticas, denunciando, do mesmo modo, a indulgência e a convivência generalizadas: “Aviso ao leitor: o plágio, que constitui uma forma de roubo intelectual, é raramente sancionado pela profissão. Pior, os autores confrontados com esse processo continuam a beneficiar dos favores mediáticos. Em França, a técnica mais comum consiste em pilhar o artigo de um colega, a sua análise e os seus dados, citando-o uma única vez, por regra num ponto assaz acessório. Quando é confrontado com a

prova da rapina, o malfeitor, apanhado em flagrante delito, chega, por vezes, a ter a audácia de retorquir: ‘Viram que os homenageei’. Na imprensa americana, uma prática deste género significa o descrédito profissional do culpado; nas universidades, a exclusão definitiva do estudante ou do professor. Mas também podem, apesar de este aviso se destinar ao leitor (ou de não o terem lido), defender-se de qualquer acusação de pilhagem ou de plágio, citando abundante, precisa e constantemente as suas fontes.” (in ACRIMED, Observatório dos Media, www.acrimed.org/article847.html?var_recherche=plagiat).

A ausência de princípios éticos, a demissão e a resignação dos jornalistas acabarão, inevitavelmente, por destruir a frágil relação de confiança com os leitores.

A credibilidade passa pelo profissionalismo e a ética. E a humildade de reconhecer os erros. É bom não o esquecermos, independentemente do resto.

VIII.2

Crónica: “Uma Forma de Plágio (Epílogo)”

Por: Rui Araújo

Publicada no Jornal Público em 14.01.2007

Clara Barata enviou ao provedor duas mensagens (“*com cópia para o director*”).

“Acabei de ler o seu artigo. Vejo que queria chegar à Wikipedia. Muito bem, posso ter usado a informação de lá, mas não me lembro minimamente disso, como já lhe disse. E não me costumo ficar pela Wikipedia para verificar os dados básicos – mas como também já disse, não vou citar todos os sítios que consultei, porque isso faz parte do trabalho do jornalista ou de quem está a procurar apurar os factos. A não ser que passemos a publicar uma bibliografia no final dos artigos. Agora o que me irrita muito, e considero ser um trabalho preguiçoso e faltoso à verdade, é comparar-me com o Jayson Blair, que inventou reportagens, e dizer que copiei parágrafos da *New Scientist* sem citar as fontes.

Como lhe disse, naquela pequena peça, citava três fontes: a *New Scientist*, a *Wired* e a *Nature*. Desde que não esteja a tentar forçar um tema para escrever a sua crónica e arranjar um exemplo forçado, qualquer pessoa normal depreende que eu li os artigos publicados por aqueles meios, e que os cito e que usei o seu conteúdo para os escrever.

Não preciso é de dizer o sítio de onde retirei cada palavra a cada passo, o que seria não só estúpido como atrapalharia a comunicação. E também não preciso de falar em todas as fontes que consultei, que foram mais que as mencionadas – como os comunicados de imprensa e o artigo científico publicado na *Nature*. No decorrer de um trabalho podem-se falar e consultar inúmeras fontes que não serão citadas a não ser que seja relevante para o trabalho final.

Se o conteúdo da caixa está demasiado próximo da Wikipedia e isso não foi mencionado, lamento, mas, ao contrário da imagem que faz passar de mim, não ando a copiar o conteúdo de outros sítios e assumi-lo como meu. Até porque seria bastante estúpido, no caso de informação que pouca gente terá de cor na sua memória. Isso posso reconhecer que foi um erro que aconteceu e não devia ter acontecido. Mas se mo tivesse dito em vez de me massacrar com as citações em inglês, certamente poderia ter tido uma resposta mais adequada.

Agora quanto ao tom e ao usar-me como exemplo de plágio e desleixo, só posso dizer-lhe que o mau trabalho é seu, porque só me enviou as duas frases que cita depois de uma troca de várias mensagens, à noite, quando me disse que estava a acabar o artigo. Nunca teve a hombridade de me

falar nisso antes. E ainda por cima escreve como se eu nunca citasse a *New Scientist* – ou qualquer outra fonte, já agora – durante todo o artigo.

Trabalho incompetente e deliberadamente enganoso é o seu, lamento dizer-lhe. E espero que na próxima crónica se corrija, nem que seja numa nota de rodapé”, escreve Clara Barata.

Eis a outra mensagem da jornalista: “O que o provedor do PÚBLICO faz nesta última crónica é um exemplo de excepção do que um jornalista nunca deve fazer: não confrontar as fontes com a informação necessária para poder dar uma resposta adequada à solicitação, e manipular a informação que detém, doseá-la, para escrever a história que tem na cabeça, sem a preocupação de a fazer corresponder aos factos/vivência de cada uma das fontes. Isto é péssimo jornalismo, aquele tipo de jornalismo que faz com que os consumidores de informação desconfiam da comunicação social. E sendo o provedor jornalista, além do rosto de ligação do jornal aos leitores, é especialmente grave”.

RESPOSTA DO PROVEDOR

Clara Barata optou por continuar a debater o acessório quando o cerne da questão é o plágio.

1 – A jornalista reconhece que pode ter usado a informação da Wikipedia, mas não se recorda “*minimamente disso*”. É pena (na medida em que a sua “caixa” reproduz (à excepção de oito palavras) o texto da Wikipedia.

2 – A jornalista escreve: “*Considero ser um trabalho preguiçoso e faltoso à verdade é comparar-me com o Jayson Blair, que inventou reportagens, e dizer que copieei parágrafos da New Scientist sem citar as fontes .*”

Foi Clara Barata quem se socorreu inicialmente do *New York Times*. O que o provedor escreveu é que “Jayson Blair foi obrigado a demitir-se (designadamente) por causa do plágio”. É um facto inquestionável.

A jornalista reproduziu textos da Wikipedia e da *New Scientist* sem mencionar a fonte e sem inserir quaisquer aspas. É outro facto inquestionável.

3 – Clara Barata escreve: “*Como lhe disse, naquela pequena peça, citava rês fontes: a New Scientist, a Wired e a Nature.*”

A Wikipedia não é citada uma única vez.

E a *New Scientist* só é mencionada no último parágrafo do artigo a propósito de uma declaração de John D’Orazio (depois de a jornalista ter reproduzido vários parágrafos sem indicar a fonte e sem colocar aspas na prosa alheia). O provedor considera que a fonte devia ter sido indicada em todos os parágrafos (anteriores) copiados (à semelhança do que devia ser feito com a Wikipedia, obviamente).

4 – A jornalista escreve: “(...) *qualquer pessoa normal depreende que eu li os artigos publicados por aqueles meios, e que os cito e que usei o seu conteúdo para os escrever.*”

Os leitores e o provedor não são, portanto, pessoas normais porque não depreenderam, nem no caso da “caixa” (copiada na íntegra) nem no resto do texto, que a autoria devia ser atribuída a fontes que a jornalista não menciona. É mais um argumento inaceitável.

5 – A afirmação “*No decorrer de um trabalho podem-se falar e consultar inúmeras fontes que não serão citadas a não ser que seja relevante para o trabalho final*” é controversa. Consultar é uma coisa (legítima). Plagiar é um erro. O artigo contém parágrafos copiados na íntegra de apenas duas fontes (não são “inúmeras”!, como pretende Clara Barata): Wikipedia e *New Scientist*...

6 – A jornalista escreve, por outro lado: “*se o conteúdo da caixa está demasiado próximo da Wikipedia e isso não foi mencionado, lamento, mas, ao contrário da imagem que faz passar de mim, não ando a copiar o conteúdo de outros sítios e assumi-lo como meu.*”

O conteúdo da caixa não está “*demasiado próximo*”: é a reprodução fiel e na ordem exacta do original.

7 – Clara Barata afirma: “*Agora quanto ao tom e ao usar-me como exemplo de plágio e desleixo, só posso dizer-lhe que o mau trabalho é seu, porque só me enviou as duas frases que cita depois de uma troca de várias mensagens, à noite, quando me disse que estava a acabar o artigo. Nunca teve a hombridade de me falar nisso antes.*”

É grave uma jornalista recorrer à mentira e à ofensa para defender o indefensável.

O provedor não enviou à jornalista duas frases, mas 13 (a quase totalidade do texto em causa). E não o fez depois de ter dito “*que estava a acabar o artigo*”, é outro argumento falso. Foi antes. E mais: o provedor propôs à jornalista a reformulação da sua resposta inicial e comunicou-lhe que o podia fazer até às 16h30 do dia seguinte. Não era obrigado a fazer nem uma coisa nem outra...

CRONOLOGIA

O provedor contactou a jornalista no dia 4 (10h56): “Tomo a liberdade de lhe comunicar que os elementos de que disponho apontam para a reprodução de frases e parágrafos sem indicação das fontes e sem aspas. Permita-me formular a seguinte sugestão: não quer reformular a sua resposta?”

Nessa mesma noite (20h51) o provedor contactou novamente a jornalista: “Como não respondeu à mensagem que lhe enviei esta tarde, tomo a liberdade de lhe dizer que – caso pretenda – pode enviar-me as respostas reformuladas (proposta minha) sobre os artigos "Em busca do autobronzeador ideal" + "Os efeitos de UVA e UVB" até amanhã, sexta-feira – posso esperar até às 16h30 [do dia seguinte, nota do provedor]”.

Caso opte por não o fazer, as respostas iniciais que teve a amabilidade de me enviar serão publicadas na próxima crónica do provedor do leitor do PÚBLICO”.

Clara Barata respondeu pouco depois (21h12): “Tudo o que disse antes se mantém; quando se procura informação básica consultam-se várias fontes e comparam-se para fazer a aferição dos dados. É informação repetida de sítio para sítio, o que se procuram são os factos. Não me lembro dos sites que consultei para fazer essa caixinha mas acho completamente louco que alguém possa considerar isso plágio, como a Dulce Neto me disse que lhe falou. Não é propriamente preciso comparar citações de vários canhenhos para explicar uma escala ou uma fórmula química, que são matérias assentes em termos científicos.”

PROVEDOR – (21h15): “Publicarei então as respostas iniciais, já que tudo o que disse antes ‘*se mantém*’.

Permita-me formular então mais um pedido de comentário seu: quais as fontes do artigo (Em busca do autobronzeador ideal) e a razão que a levou a não as explicitar na totalidade e a não colocar as aspas nos textos alheios?”

PROVEDOR – (21h18): “Por uma questão de honestidade, permita-me comunicar-lhe o seguinte: Os dois textos seus já referidos nas anteriores mensagens contêm inúmeras frases de fontes não mencionadas.

Essas mesmas frases também não estão entre aspas. Caso pretenda complementar as suas respostas iniciais, eu aceito.”

CLARA BARATA – 21h23: “Sinceramente, não faço a menor ideia daquilo a que se refere.”

PROVEDOR – 21h29: “Eis alguns exemplos de frases polémicas:

‘Faz com que os melanócitos libertem melanina que já está produzida.’

causes release of preexisting melanin from the melanocytes (...).

[NOTA: o provedor cita 13 frases e não duas como pretende erradamente a jornalista]

Acho que dá para entender. Estas frases assinadas por si não contêm a indicação da autoria e não estão colocadas entre aspas... Não posso ajudar mais.”

PROVEDOR – 21h33: “Enviei-lhe apenas algumas frases. Há mais texto nessas condições... Caso pretenda reformular a sua resposta em relação aos dois textos, repito, aceito.

Diga-me só o que pretende fazer pf para eu dar por finda a escrita da próxima crónica do provedor com as suas respostas iniciais ou as suas respostas reformuladas.”

CLARA BARATA – 21h38: “E porque raio haviam de estar colocadas entre aspas, pergunto-lhe eu? Não me lembro minimamente de onde tirei os dados da caixa, podem ter vindo em grande parte de um sítio, não faço a mais pequena ideia, mas duvido que seja de algum autor que se sinta espoliado (porque são dados factuais, como já disse várias vezes). E as últimas frases devem estar repetidas em todas as notícias escritas sobre o assunto, mais ou menos da mesma forma, porque são provenientes de um comunicado de imprensa. Quem quiser procurar frases e expressões iguais ou semelhantes a outras em inglês ou português encontrá-las há muito no PÚBLICO ou até no New York Times.”

PROVEDOR – 21h41: “Respeito a sua opinião, mas discordo. Esta última resposta que me facultou é o complemento da sua resposta inicial ou não prefere que não seja publicada na crónica do provedor? Caso seja o complemento de resposta, não prefere reformulá-lo? Diga-me só pf o que pretende.”

CLARA BARATA – 21h45: “E o facto de citar três fontes diferentes no texto, já agora...”

CLARA BARATA – 21h46: “Já lhe enviei o complemento reformulado, sem o ‘raio’ e uns advérbios.”

PROVEDOR – 21h47: “Se bem percebi, damos por concluídas as respostas. As respostas (incluindo este complemento) serão publicadas na próxima crónica do provedor do leitor.”

PROVEDOR – 21h49: “O problema não está nas fontes que cita, mas nas que omite.”

Na segunda mensagem a jornalista acusa o provedor de manipulador, de praticar “*péssimo jornalismo*”, etc. – depois de o ter tratado de “*incompetente*.”

Todos nós cometemos erros. É pena Clara Barata não ter reconhecido os seus, porque não tenhamos dúvidas: a honestidade e a humildade só nos enobrecem.

PS – Clara Barata indicou-me, entretanto, que as suas mensagens reproduzidas no início desta crónica “*são para ignorar*” por terem sido escritas “*a quente*” e enviou-me um documento com mais de 30.000 caracteres (praticamente o triplo do espaço desta página). Considero que a jornalista não pode invocar, por um lado, ter sido pressionada pelo provedor para responder e logo a seguir dar o dito por não dito por causa da sua alegada precipitação. O referido documento foi publicado no blogue do provedor pela direcção.

VIII.3

Artigo: “Em busca do autobronzeador ideal”

Por: Clara Barata

Publicado na revista PÚBLICA em 22.10.2006

Um creme que estimula as células produtoras do pigmento melanina em vez de simplesmente pintar a pele está a ser desenvolvido nos EUA

O bronzeado do Verão dentro de uma garrafa é o que já prometem muitos produtos de beleza, mas os resultados nem sempre são os prometidos. Há os que deixam a pele cor-de-laranja, delineando uma clara fronteira de cor com a parte do corpo em que não foi esfregado, outros que fazem com que se tenha um ar de quem não se lava há um mês... Mas agora os cientistas inventaram o que promete ser o autobronzeador ideal e que, ainda por cima, protege contra o cancro da pele.

Por ora, as experiências foram feitas apenas com ratinhos sem pêlo, mas a equipa de John D’Orazio, da Universidade do Kentucky (EUA), relatou na revista “Nature” ter criado um creme que estimula as células a produzir o efeito de bronze, mas sem ser necessária a exposição ao Sol.

Até um certo limite de exposição, a luz solar pode deixar-nos com uma cor bonita. Mas, passados esses limites, a radiação pode provocar alterações no ADN celular que conduzam ao desenvolvimento de cancro. É contra isso que pretende lutar a equipa de D’Orazio: “Não estamos a fazer isto por motivos cosméticos – estamos a tentar encontrar formas de prevenir o cancro”, explicou D’Orazio à revista “Wired”.

“O melanoma é o cancro cuja incidência mais tem crescido nas últimas três décadas.” O problema é não só a exposição à luz solar na praia, mas também a procura de um bronzeado rápido obtido sob as lâmpadas de um centro de estética. “Se este creme poder ajudar a evitar que as pessoas se deitem nas camas de bronzamento, ficarei feliz”, comentou.

A chave deste novo autobronzeador está num extracto de plantas chamado forskolina que, nas experiências da equipa, protegeu ratinhos sem pêlo de radiação ultravioleta e permitiu-lhes desenvolver um bronzeado natural, estimulando os seus melanócitos, que são células produtoras de pigmentos – que nos fazem ficar mais escuros, quando nos expomos ao Sol.

A capacidade de se bronzear – ou de simplesmente se queimar, como acontece a algumas pessoas – é controlada pela hormona de estimulação dos melanócitos, que se liga a uma proteína que existe no exterior destas células. Esta proteína, que se chama receptor de melanocortina 1, funciona mal em muitas pessoas que têm a pele clara e o cabelo ruivo. É por isso que não se conseguem bronzear, e ainda por cima correm maiores riscos de desenvolver cancro da pele.

A equipa de D’Orazio usou ratinhos que tinham esse receptor defeituoso, e concluiu que, se fossem tratados com o creme com forskolina, bronzeavam-se, sem ficarem queimados. Numa segunda série de experiências os cientistas usaram ratinhos susceptíveis ao cancro, expondo-os ao equivalente a uma a duas horas de Sol na altura do meio-dia solar, diariamente, durante 20 semanas. Os ratinhos que usaram o creme protector desenvolveram menos tumores.

“Não há nenhuma razão para que este tratamento não resulte em seres humanos”, comentou D’Orazio, citado pela revista “New Scientist”. No entanto, este produto nunca foi testado em pessoas, por isso não se sabe se será seguro e tão eficiente como nos ratinhos, embora haja já algumas empresas interessadas em fazer ensaios com vista à sua comercialização.

Os efeitos de UVA e UVB

Há frequências da radiação ultravioleta que bronzeiam a pele: UVA (315 a 400 nanómetros) e UVB (280 a 315 nanómetros).

Efeitos da UVA

- Faz com que os melanócitos libertem melanina que já está produzida.
- Faz com que a melanina se combine com oxigénio, o que produz o escurecimento da pele.
- Está relacionada com o rápido envelhecimento da pele.
- Parece ser menos cancerígena que a UVB, mas causa melanoma, que é uma forma perigosa de cancro da pele.
- Não é bloqueada pela maior parte dos protectores solares, mas pode ser travada, em boa parte, pela roupa is present more uniformly throughout the day, and throughout the seasons than UVB.

Efeitos da UVB

- Desencadeia a produção de mais melanina na pele.
- Distorce e danifica as cadeias de ADN das células.
- Causa o crescimento de sinais e algumas formas de cancro da pele (mas não melanoma).
- Envelhece a pele (menos que a UVA).
- Estimula a produção de vitamina D, que é essencial ao organismo, e diminuiu os riscos de outros cancros.
- Queima mais facilmente que a UVA se houver sobreexposição; em pequenas quantidades, é benéfica.
- Pode ser quase completamente bloqueada pelos protectores solares.

VIII.4

Texto:"Sun tanning"

Entrada da Wikipédia

Sun tanning describes a darkening of the skin (especially of fair-skinned individuals) in a natural

physiological response stimulated by exposure to ultraviolet radiation from sunshine (or a sunbed). With excess exposure to the sun, a suntanned area can also develop sunburn.

Cause and effect

Darkening of the skin is caused by an increase or release of the pigment melanin into the skin's cells after exposure to ultraviolet radiation. Melanin is produced by cells called melanocytes and protects the body from absorbing an excess of solar radiation, which can be harmful. Depending on their genes some people can sundarken very fast and very much whereas other people do not.

The ultraviolet frequencies responsible for tanning are often divided into the UVA (315 to 400nm wavelength) and UVB (280 to 315nm wavelength) ranges. UVB have higher energy than UVA waves and are therefore more damaging and more carcinogenic.

UVB

- triggers creation and secretion of new melanin into the skin
- is thought to cause the formation of moles and some types of skin cancer (but not melanoma)
- causes skin aging (but at a far slower rate than UVA.)
- stimulates the production of Vitamin D, which promotes lower rates of disease, and ironically lower rates of skin
- and other types of cancer
- is more likely to cause a sunburn than UVA as a result of overexposure, however moderate exposure can be healthy is almost completely blocked by virtually all sunscreens

UVA

- causes release of preexisting melanin from the melanocytes
- causes the melanin to combine with oxygen (oxidize), which creates the actual tan color in the skin
- seems to cause cancer less than UVB, but causes melanoma, a far more dangerous type of skin cancer than other types
- is not blocked by many sunscreens but is blocked to some degree by clothing
- is present more uniformly throughout the day, and throughout the seasons than UVB

Cultural history

Culturally, a suntan may be regarded as attractive, although this is susceptible to the whims of fashion. In ancient Rome, women deliberately lightened their skin with lead based cosmetics. At the time of Shakespeare, before the industrial revolution, Sunbathing nude on a clothing-optional beach; many people do so to prevent tan lines. untanned skin signified higher status; in *Much Ado About Nothing*, Act II, Scene I, Beatrice observes of her self-perceived unattractiveness and her consequent lack of marriage prospects:

Thus goes every one to the world but I, and I am sunburnt; I may sit in a corner and cry heigh-ho for a husband!

In Europe, during much of the 18th and 19th centuries, fair, freckleless skin was considered attractive, especially in women, since tanned skin was associated with manual labour such as on a farm or in the outdoor employ of a wealthier person. Having fair skin signified that one was wealthy enough to hire other people to do manual labour. In 18th-century France, members of the royal court emphasised this point by powdering their faces to look as white as possible. As labour patterns shifted during the early 20th century, with indoor work becoming the norm, tanned skin came to be seen as a credential for membership of the leisured classes. When famous fashion designer Coco Chanel accidentally acquired a dark tan during a vacation on the French Riviera in the 1920's, she ignited a fad among whites for tanned skin. By the 1960s, a tan's earlier social significance had been reversed and bronzed skin among whites often signified social status, wealth and health, possibly for the opposite reason. Now that most jobs are done inside, tans among whites signify the wealth required to have the leisure time to acquire one.

In 1985, however, the American Academy of Dermatology (AAD) launched a public education program warning about the risks of overexposure to the sun and in 1988, modeling agency director Eileen Ford said, "The tanned look is dead". 72.3% of the white skinned population admits to tanning at least once a year either in the sun or in tanning beds. By 1990, 600,000 new cases of skin cancer had been diagnosed and 27,600 of these involved malignant melanoma. That year, there were 8,800 deaths from melanoma or squamous cell carcinoma and the incidence of these skin diseases continued to rise. Although these risks were widely publicised, in a 1997 Seventeen magazine survey, two thirds of teens responding said they "look better with a tan and feel healthier, more sophisticated," and half said they looked "more athletic." In fact many white bodybuilders use to darken their skin at very high level.

Health risks

Sunburns are a symptom of skin damage and are associated with skin cancer. Overexposure to the sun has been linked to melanoma. Too much sun can also lead to eye problems if UV Protected sunglasses aren't worn, along with damage to the immune system.

Concerns about skin damage due to UV exposure have resulted in the development of products which give the appearance of a suntan without exposure to the sun (see sunless tanning).

A study by Mandeep Kaur, M.D., and others, published in the July 2004 issue of the Journal of the American Academy of Dermatology, Part 1, suggests that indoor sun tanning may be addictive. Ultraviolet light stimulates the production of endorphins (through the production of Vitamin D), resulting in a natural sensation of well-being.

Health benefits

In 2002, Dr. William B. Grant published an article in the claiming that 23,800 premature deaths occur in the US annually from cancer due to insufficient UVB exposures (apparently via vitamin D deficiency). [1] This is much higher than 8,800 deaths occurred from melanoma or squamous cell carcinoma, so the overall effect of sun tanning might be beneficial. Another effect of vitamin D deficiency is osteomalacia, which can result in bone pain, difficulty in weight bearing and sometimes fractures. This work has been updated in Grant et al. 2005 [2] and Grant and Garland, 2006 [3] In addition, it was reported that in Spain, risk of non-melanoma skin cancer is balanced by reduced risk of 16 types of cancer [Grant, 2006] [4]

Ultraviolet radiation has other medical applications, in the treatment of skin conditions such as psoriasis and vitiligo. Sunshine is informally used as a short term way to treat or hide acne, but research shows that in the long term, acne worsens with sunlight exposure and safer treatments now exists (see phototherapy.)

In 2004 iBooks published "The UV Advantage" written by Michael F. Holick, Ph.D.,MD. Dr. Holick at this time was professor of Medicine, Dermatology, Physiology and Biophysics at Boston University Medical Center.

A new book on UVB and vitamin D was published in August 2006: Solar Power for Optimal Health

by Marc Sorenson, Dr.Ed.

Prevention

To avoid sunburn or excess tanning, covering up skin, wearing hats and staying out of direct sunlight is the primary defense.

If long sun exposure cannot be avoided or is desired one may use sunscreen, tanning oil or various over-the-counter creams to reduce sun exposure. The SPF (Sun Protection Factor) number on a sunscreen product shows its rated effectiveness. Products with a higher SPF number are those designed to provide more defense for the skin against the effects of solar radiation. However in 1998, the Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Science reported that some sunscreens advertising UVA and UVB protection do not provide adequate safety from UVA radiation and could give sun tanners a false sense of protection.

Tanning oils or creams, when applied, are usually thicker on some parts of skin than on others. This causes some parts of skin to get more UVA and UVB than others and thus get sunburns. For this reason, tanning oils or creams may increase the occurrence of skin cancer and other skin diseases.

For those who choose to tan, some dermatologists recommend the following preventative measures: Make sure the sunscreen blocks both UVA and UVB rays. These types of sunscreens, called broad-spectrum sunscreens, contain more active ingredients. Ideally a sunscreen should also be hypoallergenic and noncomedogenic so it doesn't cause a rash or clog the pores, which can cause acne.

Sunscreen needs to be applied thickly enough to make a difference. People often do not put on enough sunscreen to get the full SPF protection. In case of uncertainty about how much product to use, or discomfort with the amount applied, switching to a sunscreen with a higher SPF may help.

Reapply sunscreen every 2 to 3 hours and after swimming or sweating. In direct sun, wear a sunscreen with a higher SPF (such as SPF 30). For playing sports the sunscreen should also be waterproof and sweatproof.

The rays of the sun are strongest between 10:00 AM and 4:00 PM, so frequent shade breaks are recommended during these hours. Sun rays are stronger at higher elevations (mountains) and lower latitudes (near the equator). One way to deal with time zones, daylight savings (summer time) and latitude is to check shadow length. If a person's shadow is shorter than their actual height, the risk of sunburn is much higher.

Wear a hat with a brim and anti-UV sunglasses which can provide almost 100% protection against ultraviolet radiation entering the eyes.

Be aware that reflective surfaces like snow and water can greatly increase the amount of UV radiation to which the skin is exposed.

The American Academy of Dermatology recommends the use of sunscreens, wearing sun protective clothing and avoiding the sun altogether. Protection of the skin through use of a beach umbrella „

See also

- „ Skin whitening
- „ Skin cancer
- „ Ganguro
- „ Freckles
- „ Social nudity
- „ Melanotan (Injection Tanning)
- „ Tanning bed
- „ Tanning lamp
- „ Sun protective clothing

External links

- „ History of Suntanning
- „ BBC info page on tanning
- „ Calculate how long sunscreen protects you
- „ Research on the benefits of UV exposure

References

- „ Grant, William B. (2002). An estimate of premature cancer mortality in the US due to inadequate doses of solar ultraviolet-B radiation. *Cancer* 94 (6), 1867–1875.
- „ Matsumura Y, Ananthaswamy HN (2004). Toxic effects of UV radiation on the skin. *Toxicol. Appl. Pharmacol.* 195 (3), 298-308.
- „ Hu S, et al. (2004). UV radiation and melanoma in US Hispanics & blacks. *Arch Dermatol.* 140 (7), 819-824.
- „ Bhatia, Suruchi, MD. , (2002). Increase of rickets in young tracked in Bay Area
- „ Bouillon, Roger, Ph.D, (2006).

VIII.5

Artigo: “Tan stimulant may bronze even the fairest skins”

Por: John Pickrell

Publicado na New Scientist em 22.09.2006

Could it be goodbye to the porcelain-skinned English Rose? A paint-on treatment has been developed that may one day allow a real tan without sun, for even very fair skins. The key chemical, a plant extract called forskolin, protected mice against UV rays and allowed them to develop a natural tan by stimulating pigment-producing cells called melanocytes.

The ability to tan is largely controlled by a hormone called melanocyte-stimulating hormone, which binds to the melanocortin 1 receptor (MC1R) on the outside of melanocytes. Many people with red hair and fair skin have a defect in this receptor, meaning they find it almost impossible to tan and are prone to skin cancer.

John D'Orazio of the University of Kentucky College of Medicine in Lexington, US, used depilated mice with defective MC1Rs to show that applying forskolin to the skin can restore their ability to produce the skin pigment melanin. When it was applied for four weeks before mice were exposed to UV light, they were subsequently able to tan.

In a second experiment, a particularly cancer-prone strain of mice, also bred to lack effective MC1Rs, were exposed to the equivalent of 1 to 2 hours of midday Florida sunlight each day for 20 weeks. Nine control mice developed 11 tumours and showed other evidence of skin damage, while nine mice treated with forskolin developed just six tumours. Their skin also showed less evidence of damage (Nature, vol 443, p 340).

"We see no logical reason why it shouldn't work in humans too," says D'Orazio, although no clinical trials have yet taken place. Because forskolin stimulates melanin production, it could give fair-skinned people a natural tan that would also afford some protection from the sun. Unlike UV-blocking creams, the forskolin tan would have the added benefit of not washing off.

Since forskolin has also been shown to cause a degree of tanning in mice with normal MC1Rs, it might allow sunless tanning for all skin types, says D'Orazio.

From issue 2570 of New Scientist magazine, 20 September 2006, page 15

VIII.6

Crónica: “Copianço”

Por: Rui Araújo

Publicado no Jornal Público em 25.03.2007

“Venho, por este meio, mostrar a minha indignação com a peça apresentada nas páginas 6 e 7 do P2 (24/02/2007) como sendo da autoria da ‘jornalista’ Joana Amado.

De facto, trata-se tão somente de uma peça da REUTERS que foi traduzida para português. Sendo assim, no máximo poderia ser atribuída à dita jornalista o papel de tradutora.

Junto envio a peça da Reuteurs, publicada no dia antecedente ao Jornal PÚBLICO em vários sites (<http://edition.cnn.com/2007/SHOWBIZ/Movies/02/23/oscar.ellen.reut/index.html> - este 'link' é para a versão da CNN) e peço-lhe que a compare com o texto do jornal.

A ordem dos actores que vão apresentar os prémios, as frases de Ellen DeGeneres, as citações das preocupações de audiência são TEXTUALMENTE IGUAIS.

É imensamente lamentável que um jornal com um tão paginoso Livro de Estilo ainda precise destas artimanhas para apresentar notícias ‘próprias’. Imensamente lamentável mesmo...”, escreve Pedro Maia, um leitor de Barcelona.

Os reparos são pertinentes, mas o provedor não reconhece ao leitor competências legais para determinar quem é ou não jornalista (i.e., “‘jornalista’” – escrito entre aspas).

A jornalista (uma das editoras do caderno P2) reproduziu inúmeros parágrafos de um despacho da agência noticiosa britânica Reuters sem os colocar entre aspas e sem mencionar a fonte.

Solicitei, portanto, um esclarecimento a Joana Amado.

“Não devia ter assinado esse texto. A ambição inicial para o artigo era maior do que aquilo que, por limitações de tempo e sobreposição de tarefas, consegui fazer. Cito três vezes a Reuters e cito a revista The Advocate (o primeiro artigo que me chamou a atenção para a história), mas devia ter citado mais. Reconheço que foi um erro não o ter feito”, respondeu a jornalista.

A jornalista tem o mérito de reconhecer que errou, mas as suas justificações são só parcialmente aceitáveis.

Joana Amado afirma que citou “três vezes a Reuters”. É pena não o ter feito sistematicamente. É o mínimo que o provedor pode dizer.

O Livro de Estilo do jornal é peremptório: “O PÚBLICO considera o plágio uma conduta absolutamente inaceitável. Todas as informações recolhidas em qualquer documento ou noutros órgãos de comunicação devem ser sempre devidamente atribuídas.”

A jornalista colocou, por exemplo, entre aspas oito palavras (antecedidas de: “escreve a Reuters”) antes e depois de reproduzir na íntegra (sem aspas e sem indicação da fonte) vários parágrafos do despacho da agência.

É uma opção incorrecta que induz o leitor em erro, levando-o a acreditar que tudo o resto era da autoria de Joana Amado.

Na realidade, a jornalista copiou (sem mencionar a fonte e quase sempre sem inserir quaisquer aspas) cerca de uma dezena de parágrafos (em parte ou na totalidade), o que representa mais de metade do texto da agência noticiosa.

Exemplos:

PÚBLICO: “Mas em termos estilo, Degeneres não podia ser mais diferente de Goldberg ou dos seus dois antecessores imediatos, John Stewart e Chris Rock, os três conhecidos por um tipo de humor mais irreverente e arriscado”.

REUTERS: “But in terms of style, the easygoing DeGeneres, host of the weekday talk show ‘Ellen’, could not be more different from Goldberg or her two immediate Oscar predecessors, John Stewart and Chris Rock, all of whom are known for a more edgy, irreverent brand of humor”.

PÚBLICO: “A escolha de Degeneres também parece marcar o fim da preocupação dos produtores da cerimónia em escolherem apresentadores (como Rock ou Stewart) que fossem mais apelativos para as audiências mais novas que cada vez ligam menos à noite dos Óscares.”

REUTERS: “Her choice also seemed to mark an end to Oscar producers’ preoccupation with picking hosts – such as Rock and Stewart – thought to be especially appealing to younger TV viewers who have increasingly shied away from the Oscars”.

CONCLUSÕES DO PROVIDOR

O Livro de Estilo do PÚBLICO (à semelhança das regras vigentes nos grandes jornais diários europeus) estipula de forma clara que “a assinatura de um texto deve reflectir de forma rigorosa a sua autoria. Se há mais de uma participação para um dado texto, a ordem de assinaturas deve reflectir a contribuição de cada um dos autores. (...);

Os textos baseados em despachos de agências devem ser assinados de acordo com o tipo de

contribuição do redactor que elaborou a notícia. Quando a sua contribuição se cingiu a uma mera tradução, adaptação e/ou edição do telex, a notícia deve mencionar apenas o nome da agência. Ex.: AFP, Reuters. (...);

Quando o resultado é um trabalho de fusão de dois ou mais despachos de agência, sem qualquer participação do jornalista além do trabalho de tradução, adaptação e/ou edição, a assinatura deve apenas referir as agências noticiosas envolvidas, segundo a ordem em que tenham contribuído para o texto final. (...);

É, pois, um erro grave, por exemplo, uma peça sobre um surto de cólera na Índia ser assinada em cima e, no fim, ‘com Reuters e AFP’, quando eram estas agências que tinham jornalistas no local e se citava testemunhos directos e pormenores de reportagens delas. Só coloca mal quem faz a apropriação indevida e, naturalmente, o jornal”.

À luz do Livro de Estilo do PÚBLICO e da transparência teria sido, portanto, preferível que a assinatura do texto referisse “Joana Amado com Reuters”. Pelo menos isso.

Essa formulação (que não demorava muito tempo a formular e não representava um aumento substancial do número de caracteres) teria evitado o protesto do leitor e a intervenção do provedor. E mais: teria tornado a leitura do artigo, decididamente, bem mais escorreita.

VIII.7

Crónica: “A Nova Máxima”

Por: Rui Araújo

Publicada no Jornal Público em 01.04.2007

“Nas páginas destacáveis referentes à colecção de BD do Spirou (que aliás é vendida com uma numeração não cronológica e inexplicável!), o texto de Carlos Pessoa tem um plágio objectivo retirado da Larousse de la BD, de Patrick Gaumer (ed. 2004).

A título de exemplo no 7º e 8º parágrafos, que passo a citar um extracto do original: “Sous l’impulsion de Franquin, Spirou et Fantasio conquièrent une véritable stature. (...) Outre le rôle fantaisiste joué par Fantasio, la saga développe une succession de personnages secondaires fabuleux. Ne citons que pour mémoire Pacôme (...), comte et mycologue de son état, l’ignoble Zantafio (le cousin criminel de Fantasio), le non moins mégalomane (et génial) Zorclub, la collant Seccotine... sans oublier l’ineffable Marsupilami (...) En quelques récits, Franquin met en place un univers cohérent (...), ses architectures futuristes et sa Turbotraccion, (...).”

Não verifiquei o resto do texto porque fiquei chocado... e tenho mais que fazer.

A sucessão de casos já começa a ser assustador para a credibilidade do jornal e parece-me que responsabilidades terão que ser assumidas. (...)”, escreve Nuno Moreira, um leitor de Lisboa.

Os reparos são pertinentes.

CRONOLOGIA

Solicitei um esclarecimento ao Departamento de Marketing do PÚBLICO sobre o critério que presidiu à ordem de publicação da colecção Spirou.

“A numeração/ordenação dos álbuns do Spirou não é cronológica e em nenhum suporte de comunicação efectuamos tal afirmação.

O PÚBLICO e a ASA decidiram editar uma selecção das 20 melhores aventuras do Spirou. Esta selecção é obviamente subjectiva e sujeita a opiniões divergentes.

Os livros desta colecção estão todos numerados de 1 a 20 e são assinadas por diversos artistas que desenvolveram a série. Alguns deles são inéditos em Portugal.

A ordem de saída teve como objectivo iniciar a colecção com 3 álbuns de Franquin que consideramos ser um dos autores de destaque desta BD.

Ao longo da colecção procurámos intercalar álbuns do Spirou desenvolvidos pelos vários autores, não sendo a ordem cronológica o nosso critério”, respondeu João Porto, administrador da área de Marketing e Comercial do PÚBLICO.

É uma opção, nada a acrescentar.

COPIANÇO

Carlos Pessoa reproduziu texto da Larousse sem mencionar a fonte e sem inserir quaisquer aspas.

Eis dois exemplos:

PÚBLICO: “um irreprimível desejo de correr mundo leva-o a pedir ao jovem Franquin (1924-1997) que o substitua”.

LAROUSSE: “une irrésistible envie de voyager, demande au jeune André Franquin de lui succéder”.

PÚBLICO : “Pacôme Hégésippe Adélard Ladislas de Champignac, conde e micólogo; o vilão Zantáfio”.

LAROUSSE: “Pacôme Hégésippe Adélard Ladislas de Champignac, comte et mycologue de son état, l’ignoble Zantafio”.

Pedi, portanto, um esclarecimento ao jornalista.

“Depois de ler a carta do leitor fui verificar. A surpresa deu lugar ao espanto, depois ao estado de choque e por fim, à estupefacção: como é possível que ‘isto’ tenha acontecido?!”

Como explicarei mais à frente, a resposta é simples: não sei...

Em quase 30 anos de profissão não têm conta as vezes em que já passei por situações semelhantes, mas sempre do outro lado da equação; ou seja, reconhecendo (ou julgando reconhecer) em textos alheios, assinados ou não, fragmentos ou vestígios do trabalho próprio, aos quais não foi atribuído o legítimo crédito. Não gostei, claro, tal como Patrick Gaumer ou o meu amigo Claude Moliterni (até à presente edição do Larousse de la BD, a autoria do livro era assumida por este último especialista, com a colaboração de Gaumer) não gostariam certamente de saber que me apropriei, sem os citar, de parte da entrada sobre Spirou para o meu próprio artigo.

Não vou ofender a inteligência de ninguém com justificações esfarrapadas. O mal está feito e não há nada que possa apagar o erro. Resta-me, pois, assumir a responsabilidade pelo ocorrido.

Mas devo acrescentar algo em minha defesa.

É prática corrente aquilo que na gíria do meio designamos por ‘reciclagem de informação’ – uma expressão usada para traduzir a reutilização em data posterior de informação produzida num dado

momento pelo próprio. Foi o que sucedeu com o texto de apresentação de Spirou no destacável a que o leitor alude, no qual é recuperada parte substancial de um outro artigo meu publicado em 1998 (creio que na revista dominical do PÚBLICO), sobre os 60 anos de existência daquele herói da BD. Nesse texto, e no final da passagem referenciada pelo leitor, é citado expressamente Claude Moliterni, embora não nomeie a obra:

‘Além disso, em poucas aventuras Franquin consegue criar um universo muito coerente, onde não falta uma decoração de interiores que o crítico Claude Moliterni define como ‘em estilo átomo’, arquitecturas futuristas e invenções como a ‘turbotraccção’, que aplica na construção do turbomóvel em que se deslocam os dois heróis.’

Este bloco de texto constava do texto de 2007 – de facto, desta vez nem sequer recorri ao referido Larousse para elaborar os textos do destacável distribuído com o jornal –, mas limitações de espaço obrigaram-me a fazer cortes no momento da paginação e a referência a Moliterni caiu...

A manutenção dessa referência seria suficiente para afastar a acusação de plágio? Não me compete responder.

Como a infalibilidade não é um dos meus dons, apenas posso garantir aos leitores um aprofundamento, em todas as suas vertentes, do ‘controlo de qualidade’ da escrita – tornado ainda mais imperioso pela recente polémica sobre plágio envolvendo uma camarada da redacção do PÚBLICO. Neste contexto, não posso deixar de agradecer o e-mail do zeloso e diligente leitor Nuno Moreira”, respondeu o jornalista.

As explicações de Carlos Pessoa são (quase) aceitáveis. Mais que não seja quando o jornalista invoca a velha máxima “errare humanum est”, i.e., errar é próprio do homem.

Porém, a questão que começa a colocar-se, à luz dos vários casos submetidos ao Provedor nos últimos meses, é de outra natureza.

Estamos nós, jornalistas, a edificar um princípio peculiar?

Temos sempre tempo e espaço para transcrever os textos de outrem, mas falta-nos sempre espaço e tempo para mencionar as fontes?

Se assim for, espera-se que a nova máxima nunca alcance, à semelhança da locução latina, o estatuto de “velha máxima”...

VIII.8

Crónica: “Autoria, Primeira Parte”

Por: Rui Araújo

Publicada no Jornal Público em 21.05.2006

Sr. provedor, um artigo da BBC News, escrito pelo sr. Gavin Esler, foi "traduzido" e publicado no jornal PÚBLICO no dia 10/04/2006 sob a assinatura de um jornalista.

Neste artigo, o sr. jornalista não menciona a fonte e limitou-se a fazer uma tradução literal desse artigo.

Na universidade, isso dá direito a nota 0 (zero).

Como leitor do PÚBLICO, gostaria de saber se Gavin Esler é o nome artístico deste senhor jornalista, ou se este sr. jornalista não fez o trabalho de casa, escreve Victor Alves Gomes.

Como o rigor é importante, à semelhança da ironia, é preciso esclarecer o seguinte:

1 - O "sr. jornalista" é uma senhora jornalista. E é mais exactamente Francisca Gorjão Henriques.

2 - A data exacta da publicação é 09/04/2006 (e não 10/04/2006).

3 - A jornalista não fez "uma tradução literal" do artigo da BBC, recorreu à BBC e à revista norte-americana Foreign Affairs.

4 - A jornalista do PÚBLICO cometeu, apesar de tudo, alguns erros.

Reproduziu literalmente, por exemplo, o título da BBC ("Como os EUA perderam a América Latina..." - "How the US "lost" Latin America").

Solicitei um esclarecimento a Francisca Gorjão Henriques.

"O título baseia-se numa citação do analista que escreveu o artigo da BBC, devidamente identificada no meu texto. Como tal, considere, assim como a minha editora, que a sua autoria ficava atribuída para quem lesse o conteúdo (o que duvido que o leitor tenha feito). O próprio título da BBC poderá ser inspirado no de outro artigo (que também vem citado amplamente no meu texto, mas não no da BBC) escrito por Peter Hakim para a Foreign Affairs de Janeiro-Fevereiro: "Is Washington losing Latin America?"

Ao contrário do que diz o leitor, as referências ao artigo da BBC on-line estão sempre identificadas e devidamente citadas, ou seja, dentro de aspas. Só posso concluir que, ou o leitor não leu o artigo, ou está de má-fé. O meu texto baseou-se claramente no confronto dos pontos de vista de dois analistas, que foram sempre identificados e citados, do princípio ao fim", explicou a jornalista.

A argumentação da jornalista não parece aceitável.

O título copiado é da BBC e o primeiro parágrafo do artigo está relacionado com a Foreign Affairs.

Francisca Gorjão Henriques não pode dizer "considere" que a autoria do título "ficava atribuída para quem lesse o artigo". Isso não é rigor, é feeling. É um sentimento, não é um critério jornalístico.

A jornalista também não tem razão quando refere que "o próprio título da BBC poderá ser inspirado no de outro artigo". "Inspirado" é uma coisa (perfeitamente válida), "copiado" é outra. É uma opção

incorrecta.

O argumento não colhe, portanto.

O provedor retém a seguinte afirmação da jornalista: "Ao contrário do que diz o leitor, as referências ao artigo da BBC on-line estão sempre identificadas e devidamente citadas, ou seja, dentro de aspas."

O leitor pode não ter razão, mas a jornalista reproduziu, por exemplo, um parágrafo inteiro da revista "Foreign Affairs" sem colocar uma única aspa e sem mencionar a autoria do texto.

PÚBLICO: "Os Estados Unidos têm ainda assim um mercado considerável na região, com as exportações americanas a atingirem mais de 150 mil milhões de dólares por ano - quase tanto como o que exporta para a União Europeia."

FOREIGN AFFAIRS: "The United States still has a big market in Latin America, with U.S. exports to the region valued at more than \$150 billion a year, almost as much as the value of its exports to the European Union."

O provedor considera que Francisca Gorjão Henriques assumiu indevidamente a autoria de parcelas de texto.

Eis a explicação da jornalista: "Todo o meu artigo é construído à volta das duas análises, e apenas duas, sendo isso bastante claro ao longo do texto. Considero que a informação que estou a dar é atribuída ao autor do artigo da Foreign Affairs, Peter Hakim, já que a frase que lhe segue é claramente uma citação, bem identificada como tal: "Dois terços deste montante..." Realço aqui a expressão "deste", porque nos remete para a informação que a antecede. Mudei algumas palavras à frase de Hakim, ainda que poucas, já que se trata de uma informação factual e não de carácter opinativo, e por isso não coloquei as aspas nessa frase - que é antecedita por uma citação e seguida da conclusão de Hakim, que, repito, estão entre aspas. Julgo que não levanta quaisquer dúvidas sobre o facto de se tratar ainda de uma referência ao artigo da Foreign Affairs e que não reclama para mim a sua autoria."

O que é claro para Francisca Gorjão Henriques não é necessariamente óbvio para os leitores.

O provedor defende que o texto reproduzido pela jornalista do PÚBLICO devia estar entre aspas e indicar a fonte.

A única alteração introduzida (substituiu "Latin America" por "região") é irrelevante e não pode servir de justificação para omitir as aspas e a paternidade do texto.

Fica, designadamente, por explicar o facto de a jornalista ter sistematicamente citado as fontes e não o ter feito neste caso. O provedor não entende...

Para além das maiores ou menores responsabilidades individuais de Francisca Gorjão Henriques, há constrangimentos relacionados com a produção do jornal e em particular com os procedimentos em vigor no PÚBLICO que podem influenciar decisivamente a produção deste tipo de erros.

VIII.9

Artigo: “Como os EUA perderam a América Latina”

Por: Francisca Gorjão Henriques

Publicado no Jornal Público em 09.04. 2006

Depois do 11 de Setembro, a Administração Bush deixou de prestar atenção ao que se vai passando no seu “quintal”. “Os custos desta distância serão altos para ambos os lados”, diz um analista.

“As relações entre os Estados Unidos e a América Latina estão actualmente no seu ponto mais baixo desde o fim da guerra fria”, escreveu na *Foreign Affairs* de Janeiro/Fevereiro Peter Hakim, presidente do Diálogo Inter-Americano. Hakim questionava-se no mesmo artigo se Washington estará a perder a região, ou seja, se os Estados Unidos não estariam a deixar de exercer influência no seu próprio “quintal”. A resposta é claramente sim.

Depois de no princípio dos anos 1990 a América Latina ter feito uma viragem em direcção à economia de mercado, e de muitos observadores americanos olharem para o fim dos conflitos na região como um bom ponto de partida para o estreitamento das suas relações com os EUA- que passaram até pela assinatura do Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) entre EUA, Canadá e México- os avanços pertencem agora ao passado. “A política dos EUA na América Latina está a caminhar sem vapor ou direcção”.

A razão, defende Hakim, está nos atentados terroristas de 11 de Setembro contra Nova Iorque e Washington. “Desde então, a atenção que os EUA dão à região tem sido esporádica e apenas direccionada para situações instáveis ou urgentes”.

“É uma das mais importantes, e apesar disso, menos contadas histórias do nosso mundo em 2006. George W. Bush perdeu a América Latina”, observou também o jornalista Gavin Esler, da BBC. As razões apontadas por Esler são as mesmas: as guerras no Afeganistão e Iraque estão a consumir todas as atenções da Casa Branca. Os vizinhos do Sul ficaram esquecidos.

Isto, depois de o Presidente Bush ter afirmado, quando tomou pose pela primeira vez, em 2001, que a América Latina era a sua prioridade. “Não surpreende. Foi uma prioridade para qualquer Presidente americano desde James Monroe, em 1823, cuja “doutrina Monroe” avisava os países europeus para se manterem longe das questões da América Latina”.

Esler recorda que para cumprir os seus interesses na região, os EUA derrubaram nada menos que cerca de 40 governos latino-americanos durante o século XX. “O Presidente Bush até sugeriu que os EUA não tinham aliado mais importante que...aguardem...o México. Nada disso sobreviveu aos ataques de 11 de Setembro”.

Aumento do anti-americanismo

Por sua vez, por toda a região, o apoio às políticas de Washington também tem vindo a diminuir. E os EUA já não são vistos como um parceiro indispensável. A agenda internacional da liderança da Casa Branca está desacreditada na América Latina.

Hakim aponta o dedo também aos líderes latino-americanos: muitos não cumpriram as reformas económicas e políticas a que se propuseram, negligenciaram as desigualdades sociais e as tensões sociais. Alguns dos seus responsáveis tornaram-se populistas e com uma retórica anti-EUA para conquistar votos. O caso mais evidente é o do Presidente venezuelano, Hugo Chávez, que chama ditador e nazi a Bush.

Enquanto as atenções americanas se viraram para a Al-Qaeda e para os taliban, “um país a seguir ao outro na América Latina elegia governos de esquerda, por vezes uma esquerda implacavelmente “anti-gringo”, sonoramente sem simpatias pela visão do mundo de George W. Bush, e reflectindo um continente com as maiores disparidades entre ricos e pobres”, referiu Esler.

“Quase toda a gente que preste atenção aos acontecimentos na Venezuela e na Nicarágua, no Norte, no Peru e Bolívia, mais a sul, e de formas diferentes no México, Argentina e Brasil, chega à mesma conclusão: há uma onda de um profundo sentimento anti-americano que vai da fronteira do Texas ao Antártico”, diz o especialista da BBc. “E quase todos acham que vai piorar”.

“Oportunidades perdidas para ambos os lados”, conclui Hakim.

Os Estados Unidos têm ainda assim um Mercado considerável na região, com as exportações americanas a atingirem mais de 150 mil milhões de dólares por ano- quase tanto como o que exporta para a União Europeia. “Dois terços deste montante dizem respeito ao México, enquanto o Brasil e outros mercados sul-americanos continuam relativamente fechados, na ausência de acordos comerciais mais produtivos”. “Os custos desta distância serão altos para ambos os lados”,conclui.

VIII.10

Artigo: “Is Washington Losing Latin America?”

Por: Peter Hakim

Publicado na Revista Foreign Affairs em 01.02.2006

DRIFTING DANGEROUSLY

Relations between the United States and Latin America today are at their lowest point since the end of the Cold War. Many observers in the 1980s had hoped that Latin America's turn toward democracy and market economics, coupled with Washington's waning emphasis on security matters, would lead to closer and more cooperative ties. Indeed, for a time, the Americas seemed to be heading in the right direction: between 1989 and 1995, Central America's brutal wars were largely settled; the Brady debt-relief proposal (named for then U.S. Treasury Secretary Nicholas Brady) helped end Latin America's decade-long, debt-induced recession; the United States, Canada, and Mexico signed the North American Free Trade Agreement (NAFTA); the United States hosted the hemisphere's first summit meeting in more than a generation; and in 1995 a bold Washington-led rescue package helped prevent the collapse of Mexico's economy. But much of this progress has since stalled, with U.S. policy on Latin America drifting without much steam or direction.

After 9/11, Washington effectively lost interest in Latin America. Since then, the attention the United States has paid to the region has been sporadic and narrowly targeted at particularly troubling or urgent situations. Throughout the region, support for Washington's policies has diminished. Few Latin Americans, in or out of government, consider the United States to be a dependable partner. U.S.-Latin American relations have seriously deteriorated -- the result of failures of Washington's leadership, the United States' uncompromising stance on many critical issues, and the unwillingness of the administrations of both [Bill Clinton](#) and [George W. Bush](#) to stand up to powerful domestic constituencies.

The United States is not the only culprit, however. Latin American leaders have also performed badly. Most Latin American governments have only partially completed the political and economic reforms needed to sustain robust growth and healthy democratic institutions. They have mostly neglected the region's deep economic inequities and social tensions. Too often, Latin American governments have only grudgingly cooperated with the United States and one another. Some of the region's leaders have turned to populist and anti-American rhetoric to win supporters and votes.

So far, Washington's tattered relations with Latin America have mainly translated into a series of lost opportunities for both sides. At a time when the Bush administration needs partners and allies across the globe, the United States and its international agenda are discredited in Latin America. Democratic progress is faltering in the region, in large part because of the dismal economic and social performance in country after country. The United States still has a big market in Latin America, with U.S. exports to the region valued at more than \$150 billion a year, almost as much as the value of its exports to the European Union. But two-thirds of that goes to Mexico, while Brazil and other South American markets remain relatively untapped in the absence of more productive

hemispheric trade arrangements. The burgeoning Hispanic population in the United States is already providing important new links to countries throughout Latin America, but its potential contribution is constrained by Washington's muddled and unworkable immigration rules.

U.S. interests in the region are endangered in other ways, too. Oil and natural gas supplies from politically troubled Venezuela and other energy-rich Andean nations are less secure than ever. Several small and weak states in the Caribbean and Latin America are at risk of becoming permanent centers of drug activity, money laundering, and other criminal operations. Stability is threatened by the upsurge of crime and violence almost everywhere in Latin America. The United States could end up paying a stiff price for the region's economic reversals and unsettled politics. Unfortunately, there are few prospects for a turnaround in U.S.-Latin American relations anytime soon.

SOUTHERN EXPOSURE

At the beginning of his administration, President Bush declared that Latin America would be a priority for U.S. foreign policy. The White House hailed the region's progress toward democracy and market economics and set out to complete the ongoing negotiations for a hemisphere-wide free-trade pact, build broader economic partnerships, and resolve such chronic problems as immigration and drug trafficking. The administration was confident that it could reinvigorate relations with the region's two largest and most influential countries, Brazil and Mexico. In particular, it saw the newly installed government of President Vicente Fox, whose election ended 70 years of one-party rule in Mexico, as a special opportunity to reshape and deepen the relationship.

VIII.11

Artigo: “How the US 'lost' Latin America”

Por: Gavin Esler

Publicado em 3 de Abril de 2006 no site da BBC News

There is trouble ahead for Uncle Sam in his own backyard. Big trouble.

It is one of the most important and yet largely untold stories of our world in 2006. George W Bush has lost Latin America.

While the Bush administration has been fighting wars in Iraq and Afghanistan, relations between (Esler)the United States and the countries of Latin America have become a festering sore - the worst for years.

Virtually anyone paying attention to events in Venezuela and Nicaragua in the north to Peru and Bolivia further south, plus in different ways Mexico, Argentina and Brazil, comes to the same conclusion: there is a wave of profound anti-American feeling stretching from the Texas border to the Antarctic.

And almost everyone believes it will get worse.

President Bush came into office declaring that Latin America was a priority. That's hardly surprising. It's been a priority for every American president since James Monroe in 1823 whose "Monroe Doctrine" told European nations to keep out of Latin American affairs.

In pursuit of American interests, the US has overthrown or undermined around 40 Latin American governments in the 20th Century.

For his part, President Bush even suggested that the United States had no more important ally than... wait for it... Mexico.

None of that survived the attacks of 9/11.

More ulcers?

Mr Bush launched his War on Terror and re-discovered the usefulness of allies like Britain.

While Washington's attention turned to al-Qaeda, the Taleban, Iraq and now Iran, in country after country in Latin America voters chose governments of the left, sometimes the implacably "anti-gringo" left, loudly out of sympathy with George Bush's vision of the world, and reflecting a continent with the world's greatest gulf between rich and poor. The next country to fall to a strongly anti-American populist politician could be Peru.

Voters there go to the polls on 9 April to elect a president and Congress.

The presidential frontrunner is Ollanta Humala, a retired army commander who led a failed military

uprising in October 2000 and who is now ahead in the opinion polls.

Now, opinion polls in Peru are not especially reliable. They under-represent poor voters in the countryside.

But that is the point. The rural poor form the backbone of Mr Humala's support. If he is ahead even in the flawed opinion polls which tend to under-count his key constituency, Mr Humala is confident he can take the presidency.

And if he does, there will be more ulcers in George Bush's White House.

Shades of red

Like President Hugo Chavez in Venezuela and President Evo Morales in Bolivia, Mr Humala talks of the evils of what he calls "the neo-liberal economic model that has failed to benefit our nation".

He dismisses the role of multinational companies that "offer no benefits" to the people of Peru, and he where once Cuba's Fidel Castro could harangue the US with talk of the colonisers and the colonised, Ollanta Humala attacks globalisation as a plot to undermine Peru's national sovereignty and benefit only the rich on the backs of Latin America's poor.

"Some countries globalise, and others are globalised," is how he puts it. "The Third World belongs in the latter category."

All this may discourage foreign investment, but it is mild compared to Venezuela's Hugo Chavez.

He compares President Bush to Hitler.

"The imperialist, genocidal, fascist attitude of the US president has no limits," Mr Chavez says. "I think Hitler would be like a suckling baby next to George W Bush."

If you were to colour a map of anti-Americanism in Latin America, for nearly 50 years Fidel Castro's Cuba has been the deepest red. Three of the most economically developed countries - Brazil, Chile and Argentina - are now in varying shades of left-of-centre pink.

Peru - if Mr Humala wins - would join Venezuela and Bolivia in bright post-box red, with two other countries - Mexico and Nicaragua - possibly about to follow.

Bogeyman returns?

Nicaragua is close to my heart. What has happened there for the past 20 years sums up the failures of US policy across Latin America.

As a young reporter I travelled across Nicaragua witnessing the fall of the left-wing Sandinista government led by speaks of a new division in the world.

For years Mr Ortega was Washington's Enemy Number One, the ultimate bogeyman.

President Bush's father, George Bush senior, was a key player in undermining Mr Ortega and the Sandinistas.

Mr Bush senior had been Director of Central Intelligence and Ronald Reagan's vice-president before he became president of the United States in January 1989.

During the Reagan administration money was channelled - illegally Democrats said - to the Nicaraguan "Contra" guerrillas, a motley crew of CIA trained anti-communists, paramilitaries and thugs.

The resulting scandal - known as "Iran-Contra" - almost brought down the Reagan administration. George Bush senior survived the scandal, and as president managed to see his policies finally work when Nicaragua's own people threw out the Sandinistas in a democratic election in 1990.

After the polls closed in the capital, Managua, I stood in a counting station next to a young Sandinista woman in green military fatigues. Shaking with emotion she brushed away a tear as the voting papers piled up for the Washington-supported opposition candidate, Violeta Chamorro.

"Adios, muchachos," the Sandinista girl called out to her defeated comrades, "companeros de mi vida!!!" (Goodbye boys, comrades of my life.)

Money issue

That was then. This is now. The young Sandinista revolutionary, Daniel Ortega, is back. He may well be re-elected president of Nicaragua.

Can you imagine it? The man who survived CIA plots and Contra death squads, who relinquished power peacefully to Washington's candidate, Violeta Chamorro, sweeping back into the Nicaraguan presidency?

It will be a huge embarrassment for George Bush junior, a symbol of everything that has gone

wrong with American foreign policy in the hemisphere. And guess who predicted it would go wrong? Violeta Chamorro herself.

The night before her election victory over Mr Ortega I was invited to dinner at the walled compound of Mrs Chamorro's house in Managua. She told me that Washington politicians could always find money for wars in Latin America - but rarely for peace in Latin America.

She said even a slice of the money used to back the anti-communist Contra guerrillas could build a new Nicaragua - but she predicted that if she won the election Washington would declare victory - and then cut off the money supply. She was right.

Potential realised

And now? Well, most of my travelling in Latin America in the 1990s was to cover bad news: insurgency in Peru, American troops invading Panama, the killings by the Contras in Nicaragua, the repressive regime of Fidel Castro in Cuba, and armed thugs burning the rainforest in Brazil.

Even then, the potential of this wonderful continent was obvious.

Now in this new century things are changing, and the potential is being realised. With the exception of Cuba and Haiti, democracy has flourished, almost everywhere.

Latin American voters have thrown out their governments and - often - given a two-fingered salute to Washington. That is their prerogative.

Economically, some countries - including Peru - have been roaring ahead.

Their cultures are flourishing too. A new generation of novelists is following the path blazed by Gabriel Garcia Marquez, Mario Vargas Llosa, and Carlos Fuentes.

The music? In this special series, we'll be hearing from Novalima from Peru - just one of the talented new bands.

And the cinema? If you haven't seen some of the new hot films from Mexico or Argentina, then you are missing a real treat.

I will be reporting shortly for Newsnight from Argentina on the New Generation cinema which is hotter than a chilli pepper and cooler than a long-neck beer. Plus we'll be covering the run-up to Peru's elections live from Lima, and assessing the huge leftward shift from Argentina to Venezuela.

Oh, yes, and I've also been an extra in a film being made in Buenos Aires. (I don't think the Oscar judges are likely to get too interested. But it was fun.)

I hope, in other words, that Newsnight's Inside Latin American season will capture some of the spice and rhythms of a continent full of life, and hope and promise.

VIII.12

Crónica: “Autoria, Segunda Parte”

Por: Rui Araújo

Publicada no Jornal Público em 28.05.2006

"Ontem, 6 de Maio, o PÚBLICO publicou no caderno Local de Lisboa (admito que noutros) uma notícia da jornalista Ana Fragoso com o título "Erro do ICN viabilizou parque eólico em Espanha".

A minha primeira perplexidade é a assinatura da notícia: é que a notícia transcreve um texto da agência noticiosa Lusa, disponível no PÚBLICO on-line desde sexta-feira às 9h47. Tenho no meu mail o texto original da Lusa e a diferença é apenas de organização dos parágrafos. É normal o PÚBLICO copiar textos de terceiros, não os referir e assinar como se fossem notícias suas?

A segunda perplexidade é o facto do público reproduzir um facto objectivamente falso sem contactar as pessoas envolvidas. Como do texto da notícia é evidente, foi o início das obras que motivou o alerta do Parque Natural de Montezinho. Tal significa que nesse momento o parque eólico estava já licenciado em Espanha. Logicamente não é o atraso no tratamento dessa informação de Montesinho que viabiliza o parque eólico. Há, portanto, um erro factual no título da notícia e em toda a sua construção. Esse erro é da Lusa, portanto, enquanto leitor do PÚBLICO, não é sobre esse erro que questiono o seu provedor, mas sobre os procedimentos adoptados no jornal para produzir notícias: é normal que o jornal transcreva notícias de terceiros sem a mínima verificação da sua correcção e autenticidade?", escreve Henrique Pereira dos Santos.

Solicitei uma explicação à jornalista Ana Fragoso sobre a omissão da fonte na assinatura, já que a autoria de uma parte significativa do texto é da agência Lusa.

"Começo por justificar que o título da notícia se baseou num texto da agência Lusa, que citava um dos responsáveis do ICN.

Efectivamente, não é prática dos jornalistas do PÚBLICO escreverem os seus textos sem contactar directamente as fontes e eu, por regra, também não o faço.

Neste caso concreto, tive conhecimento da situação pela agência Lusa, tentei localmente (Bragança) reunir as informações necessárias para compreender a questão e conseguir esclarecer os leitores. Por apertar o tempo para o fecho da edição, acabei por utilizar as informações da Lusa, na boa fé, e por considerar que se trata de uma agência de informação creditada, que trabalha com verdade e honestidade.

No texto que eu escrevi, as declarações transcritas da Lusa estão devidamente identificadas. Exemplo: "O erro foi da minha divisão. O erro foi meu!", declarou à agência Lusa Henrique Pereira dos Santos, chefe da divisão de apoio à gestão das áreas protegidas no ICN.

O texto foi assinado por mim com agência Lusa. Por razões que desconheço, acabou por ser publicado unicamente com a minha assinatura. Também não é norma cortar o nome da Lusa ou de outros jornalistas do próprio jornal, quando há textos escritos em conjunto", respondeu a jornalista.

O provedor considera que a jornalista agiu correctamente ao assinar o texto com o seu nome e o da agência Lusa.

Se as assinaturas tivessem sido mencionadas tudo estaria dito. Ora, só o nome da jornalista foi publicado. Para o leitor que teve acesso à Lusa e leu a notícia no PÚBLICO, a usurpação da autoria parece evidente. Eis, por exemplo, os leads (primeiros parágrafos):

PÚBLICO: O arquivamento indevido de uma informação no Instituto de Conservação da Natureza (ICN) permitiu a instalação, sem avaliação ambiental, de um extenso parque eólico espanhol junto a uma área protegida de Bragança.

LUSA: O arquivamento indevido de uma informação no Instituto da Conservação da Natureza (ICN) permitiu a instalação de um extenso parque eólico espanhol junto a uma área protegida de Bragança sem avaliação ambiental, disse à Lusa fonte do ICN.

A única diferença entre os dois textos é "disse à Lusa fonte do ICN", ou seja, a opção da jornalista (que consistiu em identificar a fonte no final da notícia) acabou por ser escamoteada no PÚBLICO. Para o leitor, o que conta é o que é publicado no jornal e não os quês e os porquês labirínticos que conduziram ao texto apresentado.

Pedi uma explicação a Nuno Sousa, o editor que retirou o nome da Lusa da assinatura.

"1 - A ausência de uma referência à agência Lusa na assinatura do texto é um mero lapso, que muitas vezes deriva dos constrangimentos de fecho do jornal. Sempre que as peças jornalísticas são elaboradas por um jornalista do PÚBLICO com recurso a informações de agência, é regra assinar-se "com Lusa" (no caso) no final do texto, logo a seguir ao trinco. Acontece que, por vezes e inadvertidamente, essa última referência desaparece na etapa de fecho das páginas quando é necessário ajustar o tamanho do texto ao espaço disponível.

Lamentavelmente, o trabalho em causa, que para além dos esforços de investigação próprios se socorreu de informações prestadas pela agência Lusa, foi publicado somente com o nome da jornalista. Será relevante, porém, notar que as declarações extraídas do telex da Lusa estão perfeita e devidamente identificadas no texto - a expressão utilizada é "declarou à agência Lusa" Henrique Pereira dos Santos -, pelo que me parece não haver margem para dúvidas relativamente ao veículo

dessa informação em particular.

2 - Como acontece com todos os trabalhos do Local Porto, o texto em causa foi atenta e integralmente revisto, tendo sido inclusive pedidas à jornalista algumas informações adicionais, por forma a clarificar os mecanismos de actuação dos estados-membros da União Europeia em matérias desta sensibilidade e a localizar com maior precisão o parque eólico em apreço. É prática corrente dos jornalistas do PÚBLICO confirmarem previamente todas as informações a publicar, mas o volume de trabalho diário e o cumprimento de horários de fecho levam a que, ocasionalmente, sejamos obrigados a confiar no serviço prestado pelas agências noticiosas. Embora seja esta a excepção e não a regra, não pode, contudo, ser ignorado o facto de, no momento em que escrevo e a avaliar pelos telexes colocados em linha, o ICN não ter desmentido as referidas declarações em sede própria, no caso a agência Lusa", disse o editor.

O editor reconhece que se trata de um lapso. Errou, reconhece o erro, mas socorre-se da Lusa. É um exercício meritório no plano da dialéctica, mas no mínimo controverso a nível do jornalismo.

O provedor considera que o PÚBLICO não pode querer, por um lado, reivindicar para si uma notícia com o mérito que isso acarreta e, por outro, quando se verifica que os factos relatados são questionados sacudir a água do capote imputando a responsabilidade à Lusa ou a terceiros que se esqueceu de referir.

A jornalista (ao dizer "por apertar o tempo para o fecho da edição acabei por utilizar as informações da Lusa") refugia-se na escassez de tempo e o editor (ao referir "o volume de trabalho diário e o cumprimento de horários de fecho " e "é necessário ajustar o tamanho do texto ao espaço disponível) nas condições de trabalho e em circunstancialismos (o tempo e o espaço) que sempre marcaram esta profissão.

Como certamente se compreende, não é missão do provedor pronunciar-se sobre isso, mas apenas sobre o resultado final da sua actividade. O provedor é, primeiramente, uma ponte entre os jornalistas e os leitores.

VIII.13

Texto: "Erro do ICN permitiu construção de parque eólico espanhol numa área protegida em Bragança"

Publicado pela Agência Lusa em 05.05.2006

O arquivamento indevido de uma informação no Instituto da Conservação da Natureza (ICN) permitiu a instalação, sem avaliação ambiental, de um parque eólico espanhol junto a uma área protegida em Bragança.

De acordo com o chefe da divisão de apoio à gestão das áreas protegidas no ICN, Henrique Pereira dos Santos, o instituto foi informado pela direcção do Parque Natural de Montesinho (PNM) há mais de dois anos sobre as movimentações dos espanhóis na linha da fronteira.

Mas a informação que pedia ao ICN que questionasse as autoridades espanholas "foi arquivada erradamente" aquando da mudança de instalações dos serviços centrais do instituto.

"O erro foi da minha divisão. O erro foi meu", declarou Henrique Pereira dos Santos, explicando que a informação deveria ter ido para os documentos à espera de despacho.

A questão foi retomada na sequência de um requerimento apresentado na Assembleia da República pelo PCP, através do deputado Agostinho Lopes, que obteve resposta do Governo anteontem.

O Ministério do Ambiente informa que não recebeu "qualquer informação relativa ao projecto" e que irá "procurar obter essa informação através dos serviços tutelados".

O responsável pelo apoio às áreas protegidas no ICN garantiu à Lusa que entretanto informou a tutela e solicitou que Espanha seja questionada sobre os impactes ambientais do extenso parque eólico, uma questão que terá de ser decidida entre os ministérios do Ambiente e dos Negócios Estrangeiros.

Nos últimos três anos não tem parado de crescer o número de torres espanholas para a transformação do vento em energia junto à fronteira transmontana com Espanha e ao PNM, que é uma das maiores áreas protegidas de Portugal.

A situação levantou dúvidas aos comunistas de Bragança, que levaram o caso à Assembleia da República, através do grupo parlamentar do partido.

O dirigente local do PCP, José Brinquete, disse à Lusa não compreender "como é que está a surgir ali aquilo, mesmo às portas do parque, se tem havido posições radicalmente contra a instalação de eólicas na área protegida por parte das diferentes autoridades ligadas ao ambiente".

"São muitas torre" afirmou, garantido que só na zona próxima da aldeia de Montesinho (Bragança) contabilizou cerca de uma centena destas estruturas.

O parque espanhol estende-se também para outro lado da fronteira até Moimenta (Vinhais).

"Em alguns locais, as torres estão tão próximas que parece que estão mesmo em Portugal", afirmou.

O dirigente comunista disse ter apurado que o parque eólico servirá para os espanhóis garantirem a energia para as obras do TGV.

Embora do lado espanhol não existam valores ambientais com o mesmo estatuto da área protegida portuguesa, uma directiva comunitária da União Europeia obriga a que os Estados-membros informem e avaliem os impactes ambientais dos seus projectos em outro Estado membro.

Estes estudos podem levar à revogação ou alterações dos projectos, conforme as conclusões sobre os seus impactos.

De acordo com o ICN, Espanha não deu conhecimento a Portugal nem dos projectos do parque eólico, nem de qualquer estudo.

O instituto foi, no entanto, informado das movimentações espanholas no documento do PNM, que acabou indevidamente arquivado.

O ICN entende agora que "se deve pedir a Espanha informação sobre essa matéria", três anos depois da abertura de caminhos e instalação das torres com, pelo menos, um impacte evidente - o visual.

Para Henrique Pereira dos Santos, outros impactes podem existir, nomeadamente ao nível da fauna. Considera porém que "tem-se verificado menor mortalidade do que a que se temia inicialmente" junto aos parques eólicos em funcionamento.

VIII.14

Artigo: Erro do ICN viabilizou parque eólico em Espanha

Por: Ana Fragoso

Publicado no Jornal Público em 06.05.2006

Espanha não terá cumprido obrigação de comunicar estrutura passível de provocar impactes ambientais negativos na zona de Bragança.

O arquivamento indevido de uma informação no Instituto de Conservação da Natureza (ICN) permitiu a instalação, sem avaliação ambiental, de um extenso parque eólico espanhol junto a uma área protegida de Bragança. O erro terá acontecido na altura da mudança de instalações dos serviços

centrais e já foi assumido pelos responsáveis do Instituto.

De acordo com a legislação em vigor, os Estados-membros da União Europeia estão obrigados a comunicar aos países vizinhos as intenções de avançarem com empreendimentos que possam trazer impactes ambientais negativos, processo que deverá desencadear a realização dos necessários estudos de avaliação dos dois lados da fronteira. Estudos esses que podem levar à revogação ou alteração dos projectos, conforme as conclusões apuradas. Foi precisamente este procedimento que não foi cumprido em relação ao parque eólico instalado em 2003 no maciço da serra de Montesinho, perto da povoação de Clabor, em Espanha.

Ainda assim, apercebendo-se das movimentações de terras no território vizinho, a direcção do Parque Natural do Montesinho alertou na altura o ICN no sentido de que fossem pedidas explicações aos espanhóis sobre a empreitada em curso. Acontece que essas justificações não foram solicitadas e o ICN continua sem conhecer os estudos de impacte ambiental realizados do lado espanhol.

“O erro foi da minha divisão. O erro foi meu!”, declarou à agência Lusa Henrique Pereira dos Santos, chefe da divisão de apoio à gestão das áreas protegidas no ICN. Este responsável justificou que a informação que foi enviada pelo Parque Natural de Montesinho “foi arquivada erradamente”, quando os serviços centrais do instituto mudaram de instalações.

O parque eólico em questão foi construído em Espanha, a 40 metros da fronteira, e, apesar do empreendimento estar encostado ao Parque Natural de Montesinho, nos concelhos de Bragança e Vinhais, não foi realizado do lado português qualquer estudo de avaliação de impacte ambiental. Henrique Pereira dos Santos justifica, desta forma, o facto de o Ministério do Ambiente ter respondido que “desconhecia o assunto” a um requerimento apresentado na Assembleia da República, pelo grupo parlamentar do PCP.

Governo afirma desconhecer o projecto

Face à posição do Parque Natural de Montesinho, que se opõe à construção de parques eólicos dentro da área protegida, o dirigente do PCP em Bragança José Brinquete diz estranhar “como se expande um parque daquela natureza junto ao parque natural” sem que haja “qualquer posição assumida do lado português”.

“As torres estão tão próximas que até parece que estão dentro do parque”, acrescentou, referindo-se às dezenas de aerogeradores já em funcionamento, que se avistam ao longo de toda a extensão do

parque e inclusive da cidade de Bragança. O dirigente comunista disse ter apurado que a estrutura servirá para os espanhóis garantirem energia para as obras do TGV, o comboio de alta velocidade que vai passar próximo daquela zona.

A dúvida levantada pelo comunista suscitou mesmo um pedido de explicações na Assembleia da República, apresentado por Agostinho Lopes, ao qual o Governo respondeu no passado dia 3 de Maio. O Ministério do Ambiente garantiu não ter recebido “qualquer informação relativa ao projecto” e sustentou que irá “procurar obter essa informação através dos serviços tutelados”. “Tivemos uma não resposta, o Ministério do Ambiente diz que desconhece a situação, o que consideramos lamentável”, afirmou Brinquete, dizendo-se a favor da exploração de energia eólica, mas sublinhando a necessidade de haver diálogo nestas matérias.

Henrique Pereira dos Santos garantiu, entretanto, à agência Lusa que o ICN informou a tutela sobre o processo e solicitou que Espanha seja questionada sobre os impactes ambientais provocados pelo extenso parque eólico espanhol. Uma questão que terá agora que ser dirimida entre os ministérios do Ambiente e dos Negócios Estrangeiros.

VIII.15

Crónica: “Negligência sim, plágio não”

Por: José Queirós

Publicada no Jornal Público em 27.03.2011

A acusação de plágio é das mais graves que podem ser feitas a um jornalista. Trata-se, aliás, de uma prática proibida pelas normas éticas a que o PÚBLICO se obriga. No caso de que hoje me ocupo, essa acusação foi dirigida a uma redactora do jornal pelo autor de um blogue. Como irei explicar,

considero a acusação injusta, mas penso que os factos que lhe deram origem revelam erros que devem ser corrigidos, tanto na elaboração de textos como na relação do jornal com os seus leitores.

Vamos então aos factos. Nas páginas de abertura do suplemento semanal Cidades, publicado aos domingos, existe uma secção intitulada Antes & Agora, que permite comparar duas fotografias (uma antiga, outra actual) de um mesmo fragmento de paisagem urbana. Um pequeno texto acompanha essas imagens, evocando aspectos da história do local fotografado e sinalizando as transformações nele ocorridas. No passado dia 23 de Janeiro, esse espaço do suplemento foi ocupado, na edição Lisboa, por imagens da Avenida de Roma, sob as quais um apontamento assinado pela jornalista Ana Gomes Ferreira dedicava especial atenção à carreira 7 de autocarros da Carris, que serve há décadas aquela avenida.

Percebe-se, pela leitura desse pequeno texto, que ele foi redigido com base em dados recolhidos “na Internet”. A autora escreve, a certa altura que, “para esta história fotográfica, interessa-nos o blogue que conta a história das carreiras da Carris”, já que “na imagem está a carreira 7, que foi muito importante para esta avenida”. Segue-se uma descrição em traços largos da história da relação entre a avenida e a referida carreira de autocarros, no âmbito da qual se cita, entre aspas, a seguinte frase: “Em 1956, a Câmara iniciou finalmente a grande reconstrução da Avenida de Roma; e durante cerca de um ano o 7 viajou com alterações de percurso, quarteirão a quarteirão, enquanto a avenida ganhava um rosto condizente com a modernidade que apregoava”. Essa frase, segundo se explicava, “lê-se na página dedicada ao 7”.

Trata-se de uma frase retirada, na íntegra, de um longo texto intitulado “7 (e 7A): O autocarro da Avenida de Roma”, publicado em Fevereiro de 2010 num blogue intitulado “História das Carreiras da Carris”, cujo conteúdo e valor informativo aliás se recomendam a todos os interessados pela história dos transportes públicos de Lisboa. O seu autor, Luís Cruz-Filipe, queixa-se, em mensagem que me enviou, de não ter sido feita na peça do PÚBLICO qualquer referência ao nome do blogue, ao respectivo link ou à sua própria identidade de autor do texto sobre a carreira 7, e ainda de não ter sido contactado pela jornalista. Afirmo, nomeadamente: “O corpo do artigo não é mais do que um resumo da história do 7, conforme contada no meu blogue, contendo citações textuais sem indicação da fonte e várias expressões por mim usadas”. E, apesar de anteriormente ter reconhecido não saber “se tecnicamente esta situação se considera plágio ou não”, viria afinal a formular essa acusação.

Escreve Luís Cruz-Filipe que a situação criada foi para si “extremamente desagradável”, pois, conforme explica, “o texto com a história do 7 demorou-me várias horas a escrever, não contando com os vários anos de pesquisa para recolher todos os dados que nela refiro”. O seu desagrado é compreensível, e não apenas pelo modo deficiente como o jornal citou o seu blogue. O autor de “História das Carreiras da Carris” queixa-se também do “silêncio” a que terão sido votadas várias comunicações enviadas ao jornal sobre este caso, que terão ficado sem resposta. O que é lamentável, embora possa também ser fruto de equívocos, a avaliar pelo caso de uma mensagem que diz ter-me endereçado a 27/1, e que de facto não recebi (o endereço electrónico do provedor do leitor é publicado diariamente no jornal impresso e é acessível junto de qualquer notícia na edição on line; quando Luís Cruz-Filipe o utilizou, cerca de um mês depois, recebi a mensagem e respondi-lhe).

A única explicação vinda do PÚBLICO chegou ao autor do blogue a 15/2. Nela, a jornalista que redigira o apontamento sobre a Avenida de Roma salientava que a referência “ao blogue que conta a História das Carreiras da Carris” constava do seu texto, mas reconhecia: “Lamentavelmente, o nome do blogue [na peça de 23/1] não está em caixa alta, esse sim um lapso da nossa parte, pelo qual devemos pedir-lhe as maiores desculpas”. A explicação não satisfaz o investigador da história dos autocarros lisboetas, para quem o modo como o blogue foi referido não permitiria a sua identificação, e por isso enviou a 21/2 nova mensagem ao jornal, solicitando a publicação, “no mesmo suplemento Cidades e na mesma rubrica”, de uma nota que esclarecesse que o texto se baseava num artigo do seu blogue, cujo nome, título e endereço pedia que fossem indicados. Finalmente, a 26/2, surgiu na secção O PÚBLICO errou uma nota em que se reconhecia que, na peça de 23/1, “foi indevidamente grafado o nome de um blogue, que surge em caixas baixas em vez de maiúsculas” e se apresentavam desculpas “aos leitores e ao autor do blogue História das Carreiras da Carris”.

Penso que se tratou de uma correcção insuficiente, e que a pequena peça sobre a Avenida de Roma revela a existência de más práticas no recurso a sítios da Internet para a obtenção e divulgação de informações. Se no caso do blogue de Luís Cruz-Filipe a referência à origem de uma frase citada é feita no texto, embora de forma negligente e incorrecta, pior é o facto de a peça fechar com outra citação de uma frase entre aspas, que tem por única indicação de origem as palavras “comenta-se na Internet” — um tipo de expressão que deveria ser pura e simplesmente banido dos textos jornalísticos. A citação do excerto de um texto alheio, por pequeno que seja, deve ser sempre acompanhada da referência clara à sua origem ou autoria. Tratando-se de informações ou opiniões encontradas em sítios da Internet, a referência ao seu endereço deve ser vista como um serviço

prestado aos leitores que desejem confirmá-las ou conhecer melhor o tema tratado. Sem descurar, ainda, a aferição da credibilidade das fontes utilizadas.

Dito isto, considero desadequada e injusta a acusação de plágio. No plano da ética jornalística, que é o que para aqui importa, o plágio implica a ocultação deliberada da autoria alheia de um texto. Não foi isso que aconteceu. A jornalista Ana Gomes Ferreira citou entre as devidas aspas a frase que retirou do blogue sobre os autocarros lisboetas, tornando claro que esta não era da sua autoria, e identificou — é certo que de forma deficiente — a sua origem. Se a quisesse ocultar, não teria referido “o blogue que conta a história das carreiras da Carris”, que qualquer busca na rede permite de imediato identificar como sendo o que tem por título “História das Carreiras da Carris” e por autor alguém que se identifica apenas como “Luís”, e que aliás designa esse blogue, logo à entrada, como um “espaço de partilha de dados”. Nem teria escrito, como escreveu, que a frase citada se encontrava “na página [do blogue] dedicada ao 7”.

Luís Cruz-Filipe diz que a peça da secção Antes & Agora não é mais do que “um resumo” do seu artigo sobre a carreira 7. Mas não só o que nela se escreve sobre autocarros não é tudo, embora seja parte substancial, como é precedido da referência ao “blogue que conta a história das carreiras da Carris”. E, ainda que a jornalista se tenha inspirado principalmente no seu texto (como parece decorrer da própria referência ao blogue), as poucas linhas em que refere um ou outro facto sobre os autocarros na Avenida de Roma não podem ser vistas como um resumo de um extenso artigo de cerca de 20.000 caracteres. Na ausência de utilização de quaisquer excertos, ou adaptações de excertos, do texto consultado, para além do que foi citado entre aspas, considero que a invocação de plágio, neste caso, não é só desproporcionada. É errada.

O que não impede que se reconheçam como justificados os motivos de desagrado do responsável pelo blogue, que esperou demasiado tempo por uma explicação do PÚBLICO e tinha o direito a ver os seus créditos de estudioso da história dos autocarros de Lisboa salientados com maior nitidez.

VIII.16

Artigo: “Antes & Agora Manifesto em defesa do autocarro da Avenida de Roma”

Por: Ana Gomes Ferreira

Publicado em 23 de Janeiro de 2011 no Suplemento Cidades do Jornal Público

Na Internet há de tudo. Há páginas sobre a Avenida de Roma em que se discute o problema das varandas. Horríveis, dizem uns; necessárias, respondem outros. Os problemas de barulho solucionam-se com vidros duplos e triplos, argumentam os primeiros; é muito caro e não é bem verdade consideram os segundos. Para esta história fotográfica, interessa-nos o blogue que conta a história das carreiras da Carris. Na imagem está a carreira 7, que foi muito importante para esta

avenida, que antes de o Estado Novo urbanizar a zona e ter baptizado as ruas com os cosmopolitas nomes de capitais europeias se chamou Avenida 19. A carreira 7 chegou a ser a mais importante da rede, ligando a Praça do Chile à Calçada de Carriche. Arrancou em Fevereiro de 1950. “Em 1956, a câmara iniciou finalmente a grande reconstrução da Avenida de Roma, e durante cerca de um ano o 7 viajou com alterações de percurso, quarteirão a quarteirão, enquanto a avenida ganhava um rosto condizente, com a modernidade que apregoava”, lê-se na página dedicada ao 7. Tudo terminado e a avenida, de mais de dois quilómetros, ficou belíssima com os autocarros verdinhos de dois andares a circular, majestosos, transportando centenas de pessoas- depois milhares. A “decadência” do 7 chegou com as estações de metro. Os autocarros ficaram cada vez mais espaçados. No final de 2010 apregoava-se o fim do sexagenário 7. Ainda não desapareceu e há quem não queira que a avenida perca o “seu” autocarro. “É essencial deixar o 7 como reforço da Avenida de Roma”, comenta-se na Internet.